



UNIVERSIDADE NOVA
DE LISBOA

RELATÓRIO DE CONTAS 2020

Ficha Técnica

Título

Universidade Nova de Lisboa – Relatório de Contas – Ano 2020

Edição

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa

Campus de Campolide – 1099-085 Lisboa

reitoria@unl.pt | www.unl.pt

Serviços de Apoio à Fundação da Universidade Nova de Lisboa

Maio 2021

ÍNDICE

MISSÃO

1. INTRODUÇÃO

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1. NOTA PRÉVIA

3.2. BALANÇO

3.2.1. ATIVO

3.2.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

3.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

3.3.1. RENDIMENTOS

3.3.2. GASTOS

3.3.3. RESULTADOS

3.4. INDICADORES

3.5. RÁCIOS DE ESTRUTURA

3.6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.2.1. RECEITA

4.2.2. DESPESA

4.2.3. SALDO ORÇAMENTAL DA GERÊNCIA

4.2.4. ANÁLISE COVID-19

4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

4.4. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

5. COVID -19

6. OBRIGAÇÕES FISCAIS

7. CUMPRIMENTO DE RÁCIOS FINANCEIROS E LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

8. AÇÕES FUTURAS

1	9. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATIVIDADES E CONTAS E DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	57
2		
4	ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS	58
4	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SNC-AP	58
6	NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	58
6	NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	67
7	NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS	82
7	NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	84
10	NOTA 10 – INVENTÁRIOS	89
12	NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	90
12	NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	93
14	NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	95
16	NOTA 16 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	95
18	NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	96
19	NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	97
20	NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	99
21	NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	100
21	NOTA 21 – OUTRAS DIVULGAÇÕES	102
26	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	112
26	DOR1 – DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	112
27	DOR2 – DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE RECEITA	113
27	DOR3 – DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE DESPESAS	114
27	DOR5.1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA	115
34	DOR5.2 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA	116
40	DOR5.4 – OPERAÇÕES DE TESOURARIA	117
41	DOR5.5 – CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	117
44	DOR5.6 – CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO	118
45	DOR5.7 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA	119
47	DOR5.8 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA	120
47	DOR5.9.2 – DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS	121
51	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	122
51	RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO	123
53		
53	LISTA DE SIGLAS	124
55		

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ativo Líquido por EC para 2020 em milhões de EUR.....	8	Gráfico 8 – Receita cobrada líquida por agrupamento de receita (em %)	
Gráfico 2 – Disponibilidades por EC 2020 em milhões EUR	9	2020-2019.....	30
9		Gráfico 9 – Distribuição de despesa paga por agrupamento (em %) – 2020-	
Gráfico 3 – Percentagem de Ativo Corrente e Não Corrente -2020	9	2019.....	35
Gráfico 4 – Percentagem Património líquido e Passivo por EC - 2020	11	Gráfico 10 – Distribuição de despesa paga por rubricas de pessoal (em %) –	
Gráfico 5 – Rendimentos por EC 2020-2019	13	2020.....	36
Gráfico 6 – Gastos por EC 2020	16	Gráfico 11 – Distribuição de Saldo Orçamental da gerência por EC 2020-	
Gráfico 7 – Resultado Líquido por Entidade Constitutiva - 2020.....	17	2019.....	40

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução dos principais indicadores do Balanço 2020	7	Quadro 48 – Indicadores orçamentais – 2020	44
Quadro 2 – Balanço Ativo – 2020 e 2019	7	Quadro 49 – Desempenho Orçamental 2020	45
Quadro 3 – Balanço Passivo – 2020 e 2019	10	Quadro 50 – Limites Endividamento 2019	53
Quadro 4 – Evolução dos principais indicadores da demonstração de resultados 2020	12	Quadro 51 – Rácio da Capacidade de Autonomia	53
Quadro 5 – Rendimentos 2020-2019	12	Quadro 52 – Órgãos de Gestão e de Governo	65
Quadro 6 – Gastos 2020-2019	14	Quadro 53 – Alteração de posicionamento de rubricas SNC-AP no balanço 66	
Quadro 7 – Resultados 2020-2019	16	Quadro 54- Disponibilidades	66
Quadro 8 – Resultados por EC 2020-2019	17	Quadro 55- Taxas de depreciação por classe de bens	71
Quadro 9 – Indicadores 2020-2019	18	Quadro 56 – Ativos intangíveis, quantias escrituradas	82
Quadro 10 – Rácios 2020-2019	19	Quadro 57 – Ativos intangíveis, variações do período	82
Quadro 11 – Balanço 2020-2019	20	Quadro 58 – Ativos intangíveis, adições do período	83
Quadro 12 – Demonstração de Resultados 2020-2019	21	Quadro 59– Ativos fixos tangíveis, quantias escrituradas	85
Quadro 13 – Demonstração de Alterações no Património Líquido	21	Quadro 60 – Ativos fixos tangíveis, variações do período	86
Quadro 14 – Demonstração de Fluxos de Caixa 2020	22	Quadro 61 – Ativos fixos tangíveis, adições do período	86
Quadro 15 – Estrutura dos fluxos de caixa das atividades da NOVA - 2020	24	Quadro 62 – Ativos fixos tangíveis, diminuições do período	87
Quadro 16 – Principais indicadores de fluxos orçamentais - 2020	26	Quadro 63 – Excedentes de revalorização	88
Quadro 17 – Distribuição do Financiamento de Estado (FF 311) por EC da NOVA – 2020	27	Quadro 64 – Inventários	89
Quadro 18 – Rácio de receita próprias sobre total das receitas da NOVA – 2020	27	Quadro 65 – Inventários, movimentos do período	89
Quadro 19 – Distribuição de receita cobrada por tipo – 2020	28	Quadro 66 – Prestações de serviços	91
Quadro 20 – Receita cobrada líquida por agrupamento de receita – 2020	28	Quadro 67– Vendas de bens	91
Quadro 21 – Execução Orçamental Receita 2020	29	Quadro 68– Juros e rendimentos similares obtidos	92
Quadro 22 – Distribuição da receita cobrada 2020-2019	29	Quadro 69– Outros rendimentos	92
Quadro 23 – Comparação da receita de propinas e taxas por ano letivo 2020-2019	30	Quadro 70– Impostos, contribuições e taxas	93
Quadro 24 – Distribuição de receita de propinas por EC – 2020	31	Quadro 71– Transferências e subsídios correntes obtidos	94
Quadro 25 – Rácio de receita próprias sobre total das receitas da NOVA – 2020	32	Quadro 72– Provisões	95
Quadro 26 – Variação da receita cobrada 2020-2019	32	Quadro 73– Diferenças de câmbio	96
Quadro 27 – Distribuição de receita cobrada por atividade 2020-2019	33	Quadro 74– Imparidades ativos	98
Quadro 28 – Origem de fundos 2020	33	Quadro 75– Instrumentos financeiros, passivos	98
Quadro 29 – Saldos de gerência anterior por fonte de financiamento e por atividade	33	Quadro 76– Gastos com pessoal	99
Quadro 30 – Distribuição de despesa paga por tipo – 2020	34	Quadro 77– Partes relacionadas, % controlo	100
Quadro 31 – Resumo Execução Orçamental Despesa 2020	34	Quadro 78– Partes relacionadas, investimentos	101
Quadro 32 – Resumo Execução Orçamental Despesa 2020	35	Quadro 79– Partes relacionadas, transações rendimentos/ganhos	102
Quadro 33 – Distribuição de despesa paga por agrupamento 2020-2019	35	Quadro 80– Partes relacionadas, transações gastos/perdas	102
Quadro 34 – Distribuição de despesa paga por rubricas de pessoal – 2020	36	Quadro 81– Partes relacionadas, saldos	102
Quadro 35 – Distribuição de despesa paga em rubricas de pessoal por fonte de financiamento 2020-2019	38	Quadro 82– Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	103
Quadro 36 – Distribuição de despesa paga em rubricas de pessoal por atividade 2020-2019	38	Quadro 83– Clientes, contribuintes e utentes	103
Quadro 37 – Variação da despesa por Fonte de Financiamento 2020-2019	39	Quadro 84– Estado e outros entes públicos	104
Quadro 38 – Distribuição de despesa paga por fonte de atividade 2020-2019	39	Quadro 85– Outras contas a receber	104
Quadro 39 – Aplicação de fundos 2020	40	Quadro 86– Diferimentos ativos	105
Quadro 40 – Distribuição de Saldo da Gerência por EC 2020-2019	40	Quadro 87– Diferimentos passivos	105
Quadro 41 – Execução orçamental por Fonte de Financiamento – 2020	41	Quadro 88– Fornecedores	106
Quadro 42 – Execução por Atividade – 2020	41	Quadro 89– Fornecedores de investimento	106
Quadro 43 – Evolução de despesa paga no âmbito COVID-19 por Entidade Constitutiva - 2020	42	Quadro 90– Outras contas a pagar	107
Quadro 44 – Distribuição de despesa paga por medida COVID-19 – 2020	42	Quadro 91– Fornecimentos e serviços externos	108
Quadro 45 – Distribuição de despesa paga no âmbito COVID-19 por atividade – 2020	42	Quadro 92– Transferências e subsídios concedidos	109
Quadro 46 – Distribuição de despesa paga no âmbito COVID-19 por fonte de financiamento – 2020	42	Quadro 93– Prestações sociais	109
Quadro 47 – Tipologia de receita relativa à estimativa de redução de receita própria– 2020	43	Quadro 94– Outros gastos e perdas	110
		Quadro 95– Juros e gastos similares suportados	111
		Quadro 96– Património líquido	111
		Quadro 97– Demonstração do desempenho orçamental	112
		Quadro 98– Demonstração de execução orçamental de receita	113
		Quadro 99– Demonstração de execução orçamental de despesa	114
		Quadro 100– Alterações orçamentais da receita	115
		Quadro 101– Alterações orçamentais da despesa	116
		Quadro 102– Operações de tesouraria	117
		Quadro 103– Contratação administrativa – Adjudicação por tipo de procedimento	118
		Quadro 104– Transferências e subsídios - Despesa	119
		Quadro 105 – Transferências e subsídios - Receita	120

Quadro 106 – Dívidas por antiguidade de saldos 121

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organigrama da Universidade NOVA de Lisboa	62
---	----

MISSÃO¹

A Universidade NOVA de Lisboa, enquanto instituição de ensino superior pública, tem por missão servir a sociedade a nível local, regional e global, pelo avanço e disseminação do conhecimento e da compreensão entre culturas, sociedades e pessoas, através de um ensino e de uma investigação de excelência e de uma prestação de serviços sustentados num forte sentido de comunidade e com as seguintes componentes:

- a) Um ensino com **perfil internacional** com ênfase nos segundos e terceiros ciclos, mas fundado em primeiros ciclos sólidos, focado nos seus estudantes e dotando-os de conhecimentos rigorosos, criatividade, espírito crítico e sentido de cidadania e de justiça que lhes permita o sucesso profissional e liderança;
- b) Uma **investigação colaborativa**, responsável e internacionalmente relevante, privilegiando áreas interdisciplinares e incluindo a investigação orientada para a resolução dos problemas que afetam a sociedade;
- c) Uma prestação de serviços promotora da **solidariedade e desenvolvimento sustentável**, nos planos da saúde, económico, tecnológico, cultural e social, alicerçada na região de Lisboa e comprometida a nível nacional e internacional, dedicando particular atenção aos países onde se fala a língua portuguesa;
- d) Uma **base alargada de participação interinstitucional**, voltada para a integração das diferentes culturas científicas, com vista à criação de sinergias inovadoras em todas as áreas da sua atividade.



¹ Artigo 2.º dos Estatutos da NOVA – 6 de fevereiro de 2020.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar as Contas da Universidade NOVA de Lisboa referentes ao exercício económico de 2020. Contém as demonstrações orçamentais e financeiras e demais anexos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas², tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Os mapas financeiros da Fundação são produzidos de forma agregada, depois de eliminados os movimentos internos. Estes movimentos são refletidos nos mapas de Prestação de Contas de cada entidade constitutiva da NOVA. De salientar que, as entidades constitutivas da NOVA, não obstante o modelo fundacional, mantiveram a autonomia administrativa e financeira, pelo que estão obrigadas à prestação de contas individuais à semelhança dos exercícios anteriores. A descrição mais aprofundada poderá ser encontrada nos respetivos relatórios individuais.

Nos pontos abaixo retratados são apresentadas as componentes relativas às Contas de 2020 da UNL, dando cumprimento às disposições legais aplicáveis. Sucede-se uma caracterização da NOVA, bem como os anexos às demonstrações financeiras, os relatórios da auditoria e a certificação legal de contas.

As demonstrações financeiras foram objeto de auditoria externa e certificação legal de contas.

² Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro

2

SUMÁRIO EXECUTIVO



2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Universidade NOVA de Lisboa, tal como as restantes instituições de ensino superior, tem estado sujeita aos diversos estrangulamentos orçamentais impostos pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado. A dotação do Orçamento do Estado, destinado às despesas de funcionamento, não acompanhou o aumento da despesa com o pessoal provocado pelo PREVPAP, pelas alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório e pela legislação do emprego científico.

Importa ainda referir que, face à pandemia COVID-19 a UNL assistiu a perda de receita própria no âmbito das suas atividades de receita, bem como, à necessidade de investimento para medidas de prevenção e contenção e para garantir a normalidade da operação da NOVA.

Desta forma, existe a necessidade de recorrer, cada vez mais, a financiamentos complementares e alternativos.

Verificamos que, à data de 31 de dezembro de 2020, a Universidade NOVA de Lisboa obteve um saldo orçamental para a gerência seguinte de 36,8 milhões de EUR e um Resultado Líquido do Exercício positivo de 3,5 milhões de EUR.

As demonstrações financeiras e orçamentais são as primeiras apresentadas no novo normativo SNC-AP, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

3

ANÁLISE ECONÓMICO- FINANCEIRA



3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1. NOTA PRÉVIA

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

As demonstrações financeiras são comparáveis com o exercício anterior na sua maioria. Contudo, ressaltamos as seguintes notas.

Foi efetuada uma atualização do referencial contabilístico SNC-AP nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis, que pode condicionar a sua comparação individual com o ano de 2019. Importa referir que esta atualização não afetou o valor total dos ativos, mas sim, a Classificação Complementar e a respetiva rubrica SNC-AP.

Adicionalmente, o plano de contas local da NOVA apresentou algumas divergências no primeiro ano de aplicação do SNC-AP (2019) para com as parametrizações da UniLeo.

Esta situação acarretou a perda de comparabilidade em algumas rubricas das demonstrações financeiras entre 2019 e 2020, implicando que as respetivas variações possam não ter a leitura mais adequada. Nas notas às demonstrações financeiras, detalha-se os impactes mais significativos e fundamenta-se.

3.2. BALANÇO

Ativo Líquido	Fundos Próprios	Passivo
401 565 165 €	228 174 515 €	173 390 650 €
↑ 29%	↓ (1%)	↑ 117%

Quadro 1 – Evolução dos principais indicadores do Balanço 2020

3.2.1. ATIVO

Ativo Líquido	2020		2019		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Ativo Não Corrente	225 660 225 €	56%	224 780 768 €	72%	879 457 €	0%
Ativos fixos tangíveis	219 162 185 €	97%	219 332 495 €	98%	(170 310) €	(0%)
Ativos intangíveis	2 046 953 €	1%	2 246 018 €	1%	(199 065) €	(9%)
Participações financeiras	1 125 582 €	0%	209 040 €	0%	916 542 €	438%
Outros ativos financeiros	3 325 505 €	1%	2 993 215 €	1%	332 290 €	11%
Ativo Corrente	175 904 940 €	44%	86 473 459 €	28%	89 431 482 €	103%
Inventários	160 964 €	0%	153 684 €	0%	7 280 €	5%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	105 543 679 €	60%	3 030 583 €	4%	102 513 096 €	3383%
Clientes, contribuintes e utentes	24 665 550 €	14%	19 708 615 €	23%	4 956 935 €	25%
Estado e Outros Entes Públicos	22 842 €	0%	1 796 €	0%	21 045 €	1172%
Outras contas a receber	6 772 426 €	4%	30 865 250 €	36%	(24 092 825) €	(78%)
Diferimentos	531 200 €	0%	450 893 €	1%	80 307 €	18%
Caixa e depósitos	38 208 280 €	22%	32 262 637 €	37%	5 945 643 €	18%
TOTAL	401 565 165 €	100%	311 254 227 €	100%	90 310 938 €	29%

Quadro 2 – Balanço Ativo – 2020 e 2019

Em 2020, o Ativo da NOVA ascende a 401,6 milhões EUR, o que representa um acréscimo de 29% face a 2019, no montante de 90,3 milhões EUR, tendo-se verificado uma diminuição do peso relativo do Ativo não corrente em cerca de 20%, por contrapartida do aumento do peso absoluto do Ativo Corrente.

Da análise à estrutura do ativo, verifica-se que a variação prende-se maioritariamente pela implementação de procedimentos contabilísticos no âmbito da especialização de projetos (NCP 14 e FAQ 42) com impacto na rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis (cerca de 100 milhões EUR).

O ativo líquido da NOVA por EC está demonstrada no gráfico seguinte:



Gráfico 1 – Ativo Líquido por EC para 2020 em milhões de EUR

O Ativo não corrente apresenta um valor de 225,7 milhões EUR, mantendo-se relativamente inalterado face a 2019 – aumento de 0,4% (879 457 EUR). Inclui os Ativos fixos tangíveis, rubrica com maior expressão do Ativo, que totalizou 219,1 milhões EUR, representando cerca de 56% do total.

Analisando as aquisições de ativo, destacamos as rubricas de Equipamento Básico e Equipamento Administrativo, responsáveis por cerca de 5,1 milhões de EUR, com um peso de 66% essencialmente destinado à investigação e ensino. Na rubrica Edifícios e outras construções destacamos cerca de 260 305 EUR, referentes a obras e reparações de edifícios das orgânicas FCT, FCCH, FCM e IMS.

Destaca-se um aumento significativo na rubrica Participações financeiras, devido a novas participações nas empresas *Vortex – Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Cíber-Físicos e Cíber-Segurança* (75 000 EUR), *InnovPlant Protect Associação* (14 000 EUR) e *Madan Parque – Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal* (837 823€).

O Ativo Corrente ascendeu a 175,9 milhões EUR, representando um acréscimo de 100%, no montante de 89,4 milhões EUR, face a 2019.

Desta forma, no reconhecimento do ativo do projeto de investigação ou outros projetos financiados deve-se efetuar o reconhecimento do valor total do projeto, o que originou o aumento da rubrica inicialmente referida.

Destacamos também o aumento da rubrica Clientes, contribuintes e utentes em 5 milhões EUR (variação de 25%), devido ao aumento do Prazo Médio de Recebimento para 200 dias em 2020, enquanto que em 2019 o seu valor foi de 182 dias. Verificamos adicionalmente um aumento da rubrica Caixa e depósitos em 5,9 milhões EUR, com uma variação 18%.

Contudo, em sentido contrário, existe uma variação de 24,1 milhões EUR na rubrica Outras contas a receber justificado pela reclassificação de conta no âmbito da especialização de projetos.

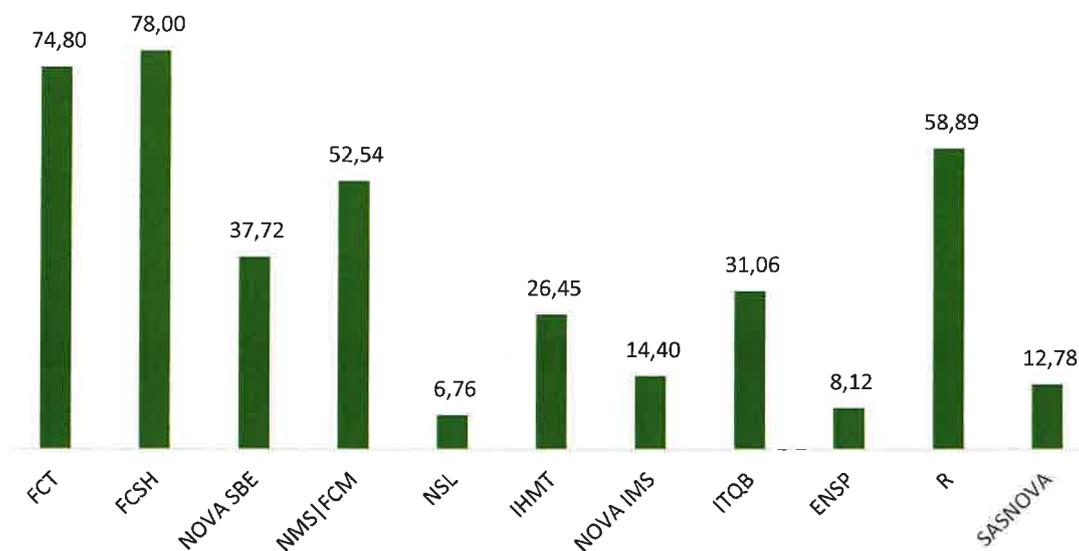


Gráfico 2 – Disponibilidades por EC 2020 em milhões EUR

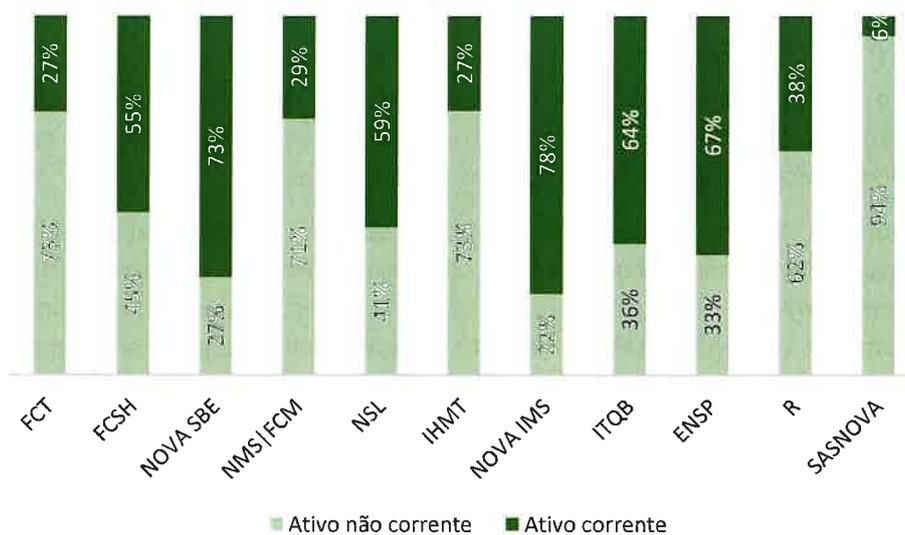


Gráfico 3 – Percentagem de Ativo Corrente e Não Corrente -2020

3.2.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Património Líquido e Passivo	2020		2019		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Património Líquido	228 174 515 €	57%	231 504 840 €	74%	(3 330 325) €	(1%)
Resultados transitados	4 369 241 €	2%	10 852 433 €	5%	(6 483 192) €	(60%)
Excedentes de revalorização	32 107 639 €	14%	32 188 569 €	14%	(80 930) €	(0%)
Outras variações no património líquido	53 751 460 €	24%	59 359 970 €	26%	(5 608 510) €	(9%)
Resultado líquido do período	3 492 785 €	2%	(5 067 657) €	(2%)	8 560 442 €	(169%)
Ajustamentos em ativos financeiros	670 827 €	0%	388 962 €	0%	281 865 €	72%
Reservas	16 451 375 €	7%	16 451 375 €	7%	0 €	0%
Património/Capital	117 331 189 €	51%	117 331 189 €	51%	0 €	0%
Passivo Não Corrente	10 061 726 €	3%	10 064 297 €	3%	(2 571) €	(0%)
Fornecedores de investimentos	957 €	0%	9 919 986 €	99%	(9 919 029) €	(100%)
Provisões	144 311 €	1%	144 311 €	1%	0 €	0%
Outras contas a pagar	9 916 458 €	99%	0 €	0%	9 916 458 €	0%
Passivo Corrente	163 328 924 €	41%	69 685 090 €	22%	93 643 834 €	134%
Fornecedores	855 389 €	1%	434 141 €	1%	421 248 €	97%
Estado e Outros Entes Públicos	4 789 848 €	3%	4 860 792 €	7%	(70 944) €	(1%)
Outras contas a pagar	22 133 641 €	14%	19 936 692 €	29%	2 196 949 €	11%
Diferimentos	135 225 059 €	83%	44 362 043 €	64%	90 863 016 €	205%
Fornecedores de investimentos	324 988 €	0%	82 806 €	0%	242 182 €	292%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0 €	0%	8 617 €	0%	(8 617) €	(100%)
TOTAL	401 565 165 €	100%	311 254 227 €	100%	90 310 938 €	29%

Quadro 3 – Balanço Passivo – 2020 e 2019

No ano em análise, o Património líquido cifra-se em 228,2 milhões de EUR, constatando-se uma redução de 1%, no montante de 3,3 milhões de EUR.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica de resultados transitados se deve essencialmente à aplicação do resultado líquido do exercício anterior em 5 milhões EUR, conjugado com as correções contabilísticas no âmbito da especialização de projetos em 3 milhões EUR, de participações financeiras em 920 306 EUR e outras correções ao ativo e passivo em 893 083 EUR.

De referir o decréscimo da rubrica outras variações no património líquido, que se devem essencialmente às correções e reconhecimento de transferências e subsídios de capital em 5,6 milhões EUR (ao reconhecimento dos subsídios ao investimento).

Relativamente ao Passivo não corrente, o mesmo apresenta uma variação residual, no seu global, apesar das rubricas Fornecedores de investimento e Outras contas a pagar, apresentarem variações significativas (reclassificação de contas entre rubricas SNC-AP de aproximadamente 10 milhões EUR), sendo esta variação justificada pela correção de rubrica de contabilização do montante de 9,9 milhões EUR referente ao estipulado no Despacho Conjunto n.º 291/2004, no âmbito da reafectação ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa.

Relativamente ao Passivo corrente, que ascendeu a 163,3 milhões EUR, verificou-se uma variação significativa de 134%, no montante de 93,6 milhões de EUR. A principal razão para este aumento deve-se à rubrica de Diferimentos, cujo incremento se cifrou em 90,9 milhões EUR, (correspondente a um aumento de 200%).

No que respeita as Outras contas a pagar, estas somaram 22,1 milhões EUR, tendo verificado um acréscimo de 11%, no montante de 2,2 milhões EUR, sendo justificado em simultâneo por um aumento significativo nos montantes referentes a Remunerações a liquidar, devido ao aumento do número de pessoal docente, não docente e investigador durante o exercício de 2020 mas também devido a um aumento significativo da conta de Outros credores face ao período homólogo. Inversamente, verificámos uma diminuição do montante referente à conta

Outros acréscimos de gastos. Esta situação encontra-se detalhada na alínea h, nota 21 do Anexo às DF's da NOVA.

A rubrica de Estado e outros entes públicos, no montante de 4,8 milhões EUR evidência, essencialmente, o montante dos descontos retidos aos trabalhadores no processamento salarial do mês de dezembro, bem como os respetivos encargos da NOVA enquanto entidade patronal.

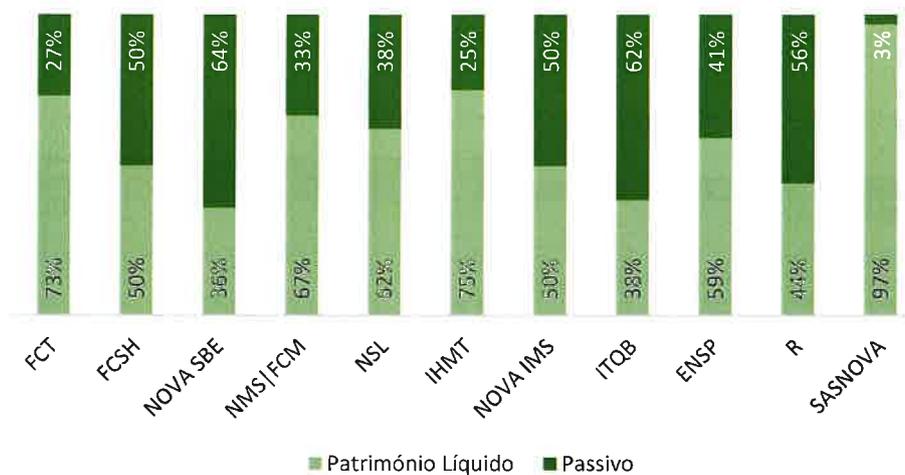


Gráfico 4 – Percentagem Património líquido e Passivo por EC - 2020

3.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido
171 897 761 €	168 404 976 €	3 492 785 €
↑ 7,6%	↑ 2,1%	↑ 168,9%

Quadro 4 – Evolução dos principais indicadores da demonstração de resultados 2020

3.3.1. RENDIMENTOS

Em 2020, e face a 2019, verificou-se um incremento na estrutura dos rendimentos da NOVA.

Rendimentos	2020		2019		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Impostos, contribuições e taxas	37 094 621 €	21,6%	32 792 498 €	20,5%	4 302 123 €	13,1%
Vendas	224 712 €	0,1%	572 116 €	0,4%	(347 405) €	(60,7%)
Prestações de serviços e concessões	7 642 152 €	4,4%	6 175 519 €	3,9%	1 466 633 €	23,7%
Rend. imputados de ent. control. assoc. e empreendimentos conjuntos	62 455 €	0,0%	0 €	0,0%	62 455 €	0,0%
Transferências e subsídios correntes obtidos	118 540 879 €	69,0%	113 141 504 €	70,8%	5 399 375 €	4,8%
Outros rendimentos	8 217 201 €	4,8%	6 977 211 €	4,4%	1 239 991 €	17,8%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	113 451 €	0,1%	93 055 €	0,1%	20 396 €	21,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	2 290 €	0,0%	5 498 €	0,0%	(3 208) €	(58,3%)
TOTAL	171 897 761 €	100,0%	159 757 401 €	100,0%	12 140 361 €	7,6%

Quadro 5 – Rendimentos 2020-2019

No exercício de 2020, os rendimentos ascenderam a 171,9 milhões EUR, o que representou uma variação positiva de 8%, no montante de 12 milhões EUR. Tal como se pode constatar, esta evolução resultou, em grande parte, da rubrica Transferências e subsídios correntes e Impostos, contribuições e taxas.

As Transferências e subsídios correntes obtidos diminuíram o seu peso relativo em cerca de 2 p.p., representando agora 69% do total dos rendimentos, enquanto os Impostos contribuições e taxas (Propinas e emolumentos) vêm aumentando o seu peso relativo em 1,1 p.p. Em termos absolutos estes últimos contribuíram com um aumento de 4,3 milhões EUR, ou seja, 13%.

Em relação às Transferências e subsídios correntes obtidos, apesar da diminuição do peso no conjunto dos Rendimentos, observa-se um aumento da rubrica em 5,4 milhões EUR, o que representa um acréscimo de 5%. Este acréscimo justifica-se essencialmente pelas Transferências correntes obtidas e dos subsídios provenientes de Instituições sem fins lucrativos bem como no aumento do Orçamento de Estado em 4 milhões de EUR face à 2019, representado uma variação de 6%. Em sentido contrário, verificámos um decréscimo acentuado de rendimentos provenientes de subsídios de instituições pertencentes ao Resto do Mundo/União Europeia.

Os rendimentos provenientes de Impostos e taxas, que em 2020 ascenderam a 37 milhões EUR são representativos de cerca de 22% dos rendimentos totais, sendo este um valor bastante superior ao ano de 2019, devendo-se essencialmente ao aumento dos rendimentos provenientes das propinas de mestrados e mestrados integrados. Verifica-se que 50% do valor das propinas provém do 2.º Ciclo, com especial incidência da Nova SBE com um valor de 10,9 milhões de EUR e que corresponde a 61% do total das propinas de mestrado.

As Prestações de serviços e concessões, que evidenciam um peso relativo de 4%, revelaram uma variação de 24% comparativamente com 2019, justificado em grande parte por rendimentos

extraordinários provenientes de serviços prestados pelo NOVA no âmbito do COVID-19, nomeadamente testes rápidos de antígeno para deteção de infeção.

No seguinte quadro, verifica-se a variação do peso por tipo de rendimento em cada EC.

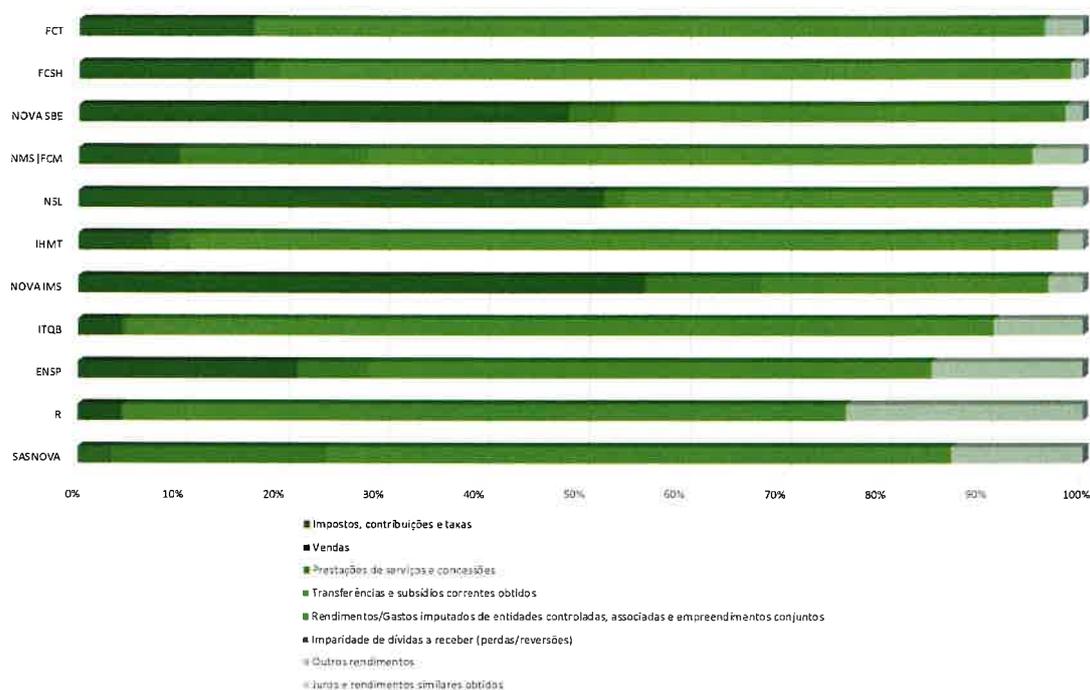


Gráfico 5 – Rendimentos por EC 2020-2019

Analisando a conta Rendimentos por EC destaca-se:

- FCT, FCSH e NOVA SBE foram as entidades que mais contribuíram para o volume de rendimentos, num total de 63%;
- Nos Impostos, contribuições e taxas a NOVA SBE contribuiu com a fatia maior, com um total de 12,8 milhões EUR, no total de 35%;
- Nas Vendas a IHMT contribuiu com a fatia maior, com um total de 121 854 EUR, correspondente a 54%;
- Nas Prestações de serviços e concessões a NMS|FCM contribuiu com a fatia maior, com um total de 3,5 milhões EUR, ou seja, 46% do total;
- Nas Transferências e subsídios correntes obtidos a FCT e FCSH contribuíram com a fatia maior, com um total de 36,7 milhões EUR e 27 milhões EUR, respetivamente, equivalente a 31% e 23%;

3.3.2. GASTOS

Gastos	2020		2019		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	148 594 €	0%	0 €	0%	148 594 €	0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	190 761 €	0%	684 962 €	0%	(494 200) €	(72%)
Fornecimentos e serviços externos	28 242 892 €	17%	31 877 907 €	19%	(3 635 015) €	(11%)
Gastos com pessoal	118 742 382 €	71%	111 525 384 €	68%	7 216 998 €	6%
Transferências e subsídios concedidos	10 130 148 €	6%	11 960 610 €	7%	(1 830 462) €	(15%)
Prestações sociais	249 145 €	0%	309 235 €	0%	(66 091) €	(21%)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas)	55 909 €	0%	0 €	0%	55 909 €	0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	943 379 €	1%	19 091 €	0%	924 288 €	4842%
Outros gastos	1 777 110 €	1%	1 310 726 €	1%	466 384 €	36%
Gastos de depreciação e amortização	7 798 113 €	5%	6 908 635 €	4%	889 478 €	13%
Juros e gastos similares suportados	132 544 €	0%	228 507 €	0%	(95 964) €	(42%)
TOTAL	168 404 976 €	100%	164 825 058 €	100%	3 579 918 €	2%

Quadro 6 – Gastos 2020-2019

O total dos gastos da NOVA ascendeu a 168,1 milhões EUR, o que representou um aumento de 2% face a 2019, sendo que a rubrica com maior expressão consiste nos Gastos com pessoal, que representou 71% dos gastos da NOVA em 2020.

Esta rubrica verifica um acréscimo de 6% face ao ano transato, no montante de 7 milhões EUR. Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente ao acréscimo de gastos com Remunerações do pessoal em 6 milhões EUR, que faz aumentar também os gastos com Encargos sobre remunerações e gastos com Acidentes de trabalho e doenças profissionais. Este aumento encontra-se diretamente relacionado com os procedimentos de recrutamento aprovados durante o exercício de 2020, para recrutamento de pessoal docente, não docente e investigador. Verificámos também integrações nos quadros de investigadores e revisões pontuais de posicionamentos remuneratórios.

Relativamente à componente de fornecimentos e serviços externos, a mesma evidencia um montante de 28,2 milhões EUR, verificando-se assim uma diminuição de 3,6 milhões EUR face ao seu período homólogo. A rubrica possui um peso relativo de 17% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica se deve à diminuição de várias contas de fornecimentos e serviços externos, onde destacamos as seguintes contas com as respetivas diminuições: Deslocações e estadas (2 milhões EUR), Outros serviços especializados (1 milhão EUR), Materiais de consumo (240 785 EUR), Energia e fluídos (209 458 EUR), Conservação e reparação (179 781 EUR), Transportes de pessoal (105 460 EUR) e Despesas de representação dos serviços (94 239 EUR).

A situação pandémica que teve início no nosso país no mês de março de 2020 afetou os gastos do exercício em análise. Devido ao confinamento obrigatório e às deslocações se encontrarem condicionadas, ou proibidas, durante o exercício de 2020 os gastos relativos a deslocações e estadas, transportes de pessoal, despesas de representação dos serviços e materiais de consumo diminuíram consideravelmente. Também as contas referentes a Conservação e reparação e Outros serviços especializados apresentam diminuições significativas relacionadas indiretamente com a situação pandémica referida. Assim, a pandemia COVID-19 teve um forte impacto na diminuição dos fornecimentos e serviços externos das principais atividades da NOVA, principalmente nas rubricas de gastos consumos laboratório, atividades de ensino e investigação condicionadas, bem como, nos gastos relacionados com deslocações no âmbito de investigação.

Em sentido inverso, verificámos o aumento dos gastos do exercício face ao seu período homólogo nos gastos referentes a Honorários (212 606 EUR), Trabalhos especializados (165 340 EUR), Vigilância e segurança (98 957 EUR) e Limpeza, higiene e conforto (86 019 EUR). Esta última encontra-se diretamente associada ao investimento necessário que a NOVA efetuou no âmbito da prevenção ao COVID-19 após a retoma da atividade presencial, com serviços extraordinários e especializados de limpeza.

A rubrica de Transferências e subsídios correntes concedidos evidencia, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 10 milhões EUR, verificando-se assim uma diminuição de 1 milhão EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 6% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica se deve essencialmente à diminuição dos montantes atribuídos a bolsas de investigação e bolsas de estudantes, de 1 milhão EUR e 911 800 EUR, respetivamente. Em sentido contrário, verificámos um aumento das transferências correntes concedidas a entidades públicas e privadas em 505 373 EUR.

No que diz respeito às Imparidades, e conforme consubstanciado através da NCP 18, os montantes de imparidade em dívidas a receber devem ter em conta não a sua antiguidade, mas sim a expectativa de recebimento dos montantes em dívida.

Assim, a NOVA definiu por norma interna aplicável a todas as entidades constitutivas, em linha com o §25 da referida NCP, que o critério de reconhecimento das imparidades de clientes e alunos é com base na evidência da tentativa de cobrança, alicerçada à significativa dificuldade do devedor, incumprimento dos prazos de pagamento e da grande probabilidade do devedor entrar em falência. No que diz respeito à mensuração, deve ser considerado o valor em dívida superior a um ano.

As imparidades de ativos, ainda que não tenham impacto materialmente relevante, totalizam 55 908 EUR e apenas existiram no IHMT, relacionado com o valor de vacinas contra a Encefalite Japonesa em fim de prazo e não inoculadas devido ao abrandar da atividade da consulta do viajante, representado 0,82% do total dos gastos desta entidade constitutiva.

No que se refere às imparidades de dívidas a receber, o total ascendeu a 943 379 EUR com maior expressão na NOVA IMS com 26%, NMS|FCM com 25%, NOVA SBE com 21% e FCT com 14%, sendo que o peso no total dos gastos dessas entidades representa 4% na NOVA IMS e 1% na NMS|FCM.

No que diz respeito aos Gastos de amortização e depreciação, que ascenderam em 2020 a 7,7 milhões EUR, o seu peso relativo manteve-se nos 4% no total dos gastos.

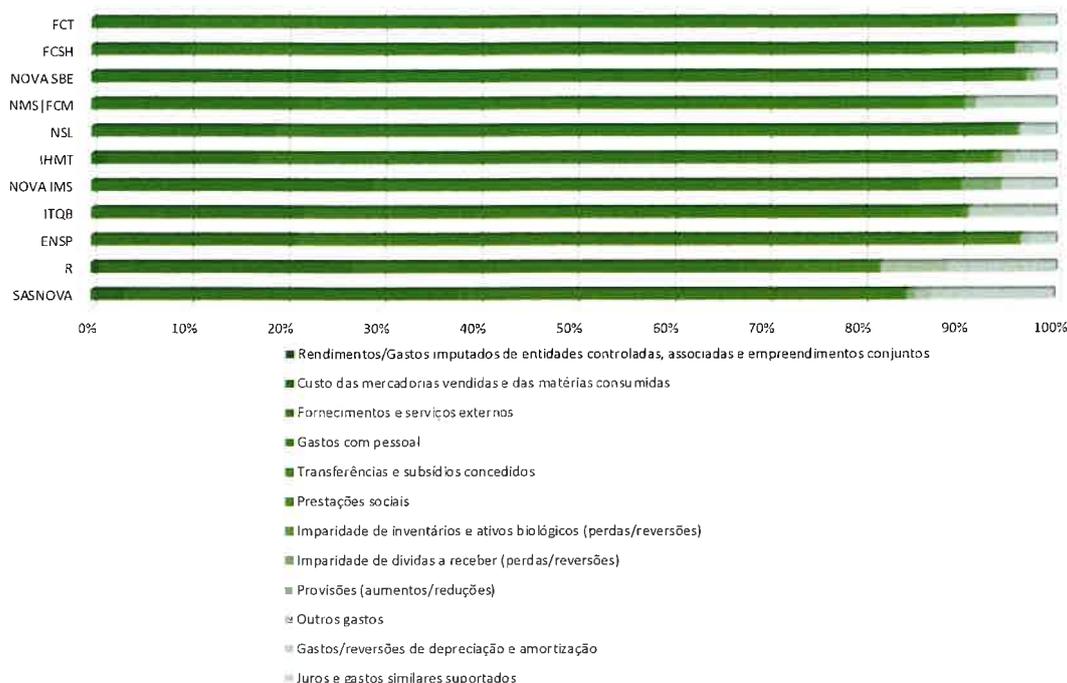


Gráfico 6 – Gastos por EC 2020

3.3.3. RESULTADOS

Resultados	2020	2019	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento	11 421 152 €	2 063 987 €	9 357 164 €	453%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	3 623 039 €	(4 844 648) €	8 467 686 €	(175%)
Resultado antes de impostos	3 492 785 €	(5 067 657) €	8 560 442 €	(169%)
Resultado líquido do período	3 492 785 €	(5 067 657) €	8 560 442 €	(169%)

Quadro 7 – Resultados 2020-2019

Em 2020, os resultados da NOVA evidenciaram um comportamento favorável face ao período anterior. O Resultado líquido do período foi positivo em 3,4 milhões EUR, tendo aumentado cerca de 8,6 milhões EUR.

De salientar, que a NOVA apresenta um resultado de exploração positivo, apresentando um EBITDA que ascendeu a 8 milhões de EUR.

Em sentido inverso, verificámos o aumento dos gastos do exercício face ao seu período homólogo nos gastos referentes a Honorários (212 606 EUR), Trabalhos especializados (165 340 EUR), Vigilância e segurança (98 957 EUR) e Limpeza, higiene e conforto (86 019 EUR). Esta última encontra-se diretamente associada ao investimento necessário que a NOVA efetuou no âmbito da prevenção ao COVID-19 após a retoma da atividade presencial, com serviços extraordinários e especializados de limpeza.

A rubrica de Transferências e subsídios correntes concedidos evidencia, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 10 milhões EUR, verificando-se assim uma diminuição de 1 milhão EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 6% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica se deve essencialmente à diminuição dos montantes atribuídos a bolsas de investigação e bolsas de estudantes, de 1 milhão EUR e 911 800 EUR, respetivamente. Em sentido contrário, verificámos um aumento das transferências correntes concedidas a entidades públicas e privadas em 505 373 EUR.

No que diz respeito às Imparidades, e conforme consubstanciado através da NCP 18, os montantes de imparidade em dívidas a receber devem ter em conta não a sua antiguidade, mas sim a expectativa de recebimento dos montantes em dívida.

Assim, a NOVA definiu por norma interna aplicável a todas as entidades constitutivas, em linha com o §25 da referida NCP, que o critério de reconhecimento das imparidades de clientes e alunos é com base na evidência da tentativa de cobrança, alicerçada à significativa dificuldade do devedor, incumprimento dos prazos de pagamento e da grande probabilidade do devedor entrar em falência. No que diz respeito à mensuração, deve ser considerado o valor em dívida superior a um ano.

As imparidades de ativos, ainda que não tenham impacto materialmente relevante, totalizam 55 908 EUR e apenas existiram no IHMT, relacionado com o valor de vacinas contra a Encefalite Japonesa em fim de prazo e não inoculadas devido ao abrandar da atividade da consulta do viajante, representado 0,82% do total dos gastos desta entidade constitutiva.

No que se refere às imparidades de dívidas a receber, o total ascendeu a 943 379 EUR com maior expressão na NOVA IMS com 26%, NMS|FCM com 25%, NOVA SBE com 21% e FCT com 14%, sendo que o peso no total dos gastos dessas entidades representa 4% na NOVA IMS e 1% na NMS|FCM.

No que diz respeito aos Gastos de amortização e depreciação, que ascenderam em 2020 a 7,7 milhões EUR, o seu peso relativo manteve-se nos 4% no total dos gastos.

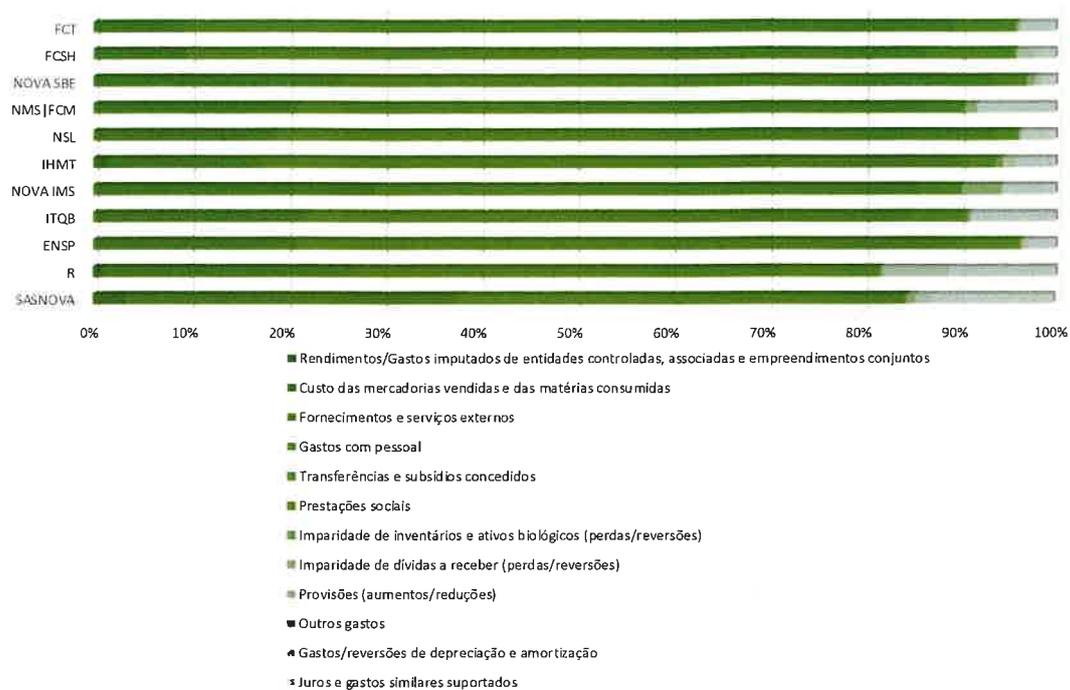


Gráfico 6 – Gastos por EC 2020

3.3.3. RESULTADOS

Resultados	2020	2019	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento	11 421 152 €	2 063 987 €	9 357 164 €	453%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	3 623 039 €	(4 844 648) €	8 467 686 €	N/A
Resultado líquido do período	3 492 785 €	(5 067 657) €	8 560 442 €	N/A

Quadro 7 – Resultados 2020-2019

Em 2020, os resultados da NOVA evidenciaram um comportamento favorável face ao período anterior. O Resultado líquido do período foi positivo em 3,4 milhões EUR, tendo aumentado cerca de 8,6 milhões EUR.

De salientar, que a NOVA apresenta um resultado de exploração positivo, apresentando um EBITDA que ascendeu a 8 milhões de EUR.

Entidades Constitutivas	RESULTADO DO PERÍODO	
	2020	2019
Faculdade de Ciências e Tecnologia	727 793€	(3 121 725€)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	(168 317€)	(930 797€)
Nova School of Business & Economics	3 739 326€	(1 530 105€)
NOVA Medical School Faculdade de Ciências Médicas	(725 020€)	128 554 €
NOVA School of Law	367 825€	2 963 €
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	22 802€	20 696 €
NOVA Information Management School	949 331€	628 997 €
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier	(766 973€)	49 590 €
Escola Nacional de Saúde Pública	25 319€	64 627 €
Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa	(584 824€)	(457 485€)
Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa	(94 478€)	64 995 €
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	3 492 785€	(5 079 690€)

Quadro 8 – Resultados por EC 2020-2019

Para esta variação, contribuiu a uniformização de procedimentos para todas as EC relativamente ao critério de expressão contabilística da especialização de projetos e propinas, bem como, na contabilização de rendimentos de projetos e de constituição/reversão de imparidade.

Estas alterações de procedimentos foram aplicadas a exercícios anteriores o que levou a uma correção de valores na rubrica de Resultados transitados, contribuindo para a variação verificada nesta rubrica entre o período em análise e o seu período homólogo (diminuição de 6 milhões EUR).

Para além das alterações de procedimentos mencionadas, importa também referir que se verificou um aumento das verbas do Orçamento de Estado e dos rendimentos provenientes de propinas, especialmente no 2.º ciclo de estudo, bem como a diminuição dos gastos da NOVA referentes a deslocações e estadas (principalmente na atividade relacionada com investigação) e encargos correntes das instalações (consumos de eletricidade e abastecimento de água) devido à atual situação pandémica que teve início em março de 2020.

Não obstante a NOVA apresentar resultados líquidos positivos, várias entidades constitutivas apresentam resultados líquidos negativos, algumas com carácter estrutural, o que merece uma análise mais detalhada que pode ser consultada nos respetivos relatórios.

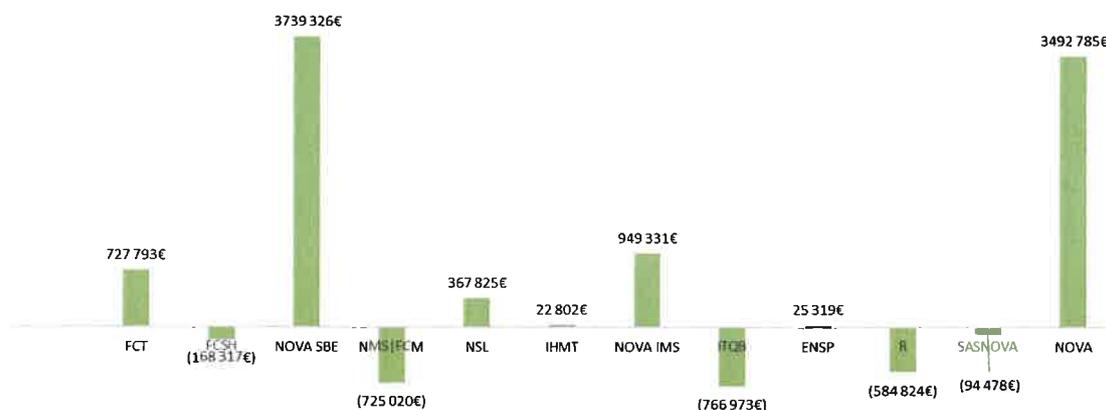


Gráfico 7 – Resultado Líquido por Entidade Constitutiva - 2020

3.4. INDICADORES

Resultados	2020	2019
Orçamento de Estado / Gastos com o pessoal	62%	62%
Grau de autonomia financeira ^{a)}	77%	79%
EBITDA ^{b)}	12 306 988€	1 990 023€
Cash-Flow ^{c)}	12 176 734€	1 767 014€

^{a)} Património Líquido / (Ativo -Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis)

^{b)} Res. Operacional + Gastos / Reversões deprec. e amortizações + Impar. (perdas/reversões)

^{c)} Res. Líquido + Gastos /reversões de deprec. E a mortiz + impar. (perdas/reversões)

Quadro 9 – Indicadores 2020-2019

Após análise aos indicadores, verificamos que os gastos com pessoal são suportados em 62% por verbas de OE em linha com o ano anterior.

O Rácio de autonomia financeira fixa-se nos 77% cumprindo assim com o disposto no requisito mínimo indicado no artigo 7º do Decreto-Lei 20/2017.

No que diz respeito ao EBITDA, este rácio mede a eficiência operacional da entidade e teve uma evolução muito favorável face a 2019, situando-se atualmente nos 12,3 milhões EUR.

A NOVA em 2020 evidencia uma maior capacidade de libertar fundos da sua atividade de exploração que são claramente demonstrados pela evolução dos indicadores EBITDA e Cash-Flow. Este último representa o fluxo financeiro gerado no exercício que em 2020 ascende aos 12,2 milhões EUR.

3.5. RÁCIOS DE ESTRUTURA

RÁCIOS DE ESTRUTURA	2020	2019
Liquidez Geral		
(Ativo Corrente/Passivo Corrente)	1,08	1,24
Liquidez Imediata		
(Disponibilidades / Passivo Corrente)	0,23	0,46
Rentabilidade do Património Líquido		
(Resultados Líquidos/Património Líquido)x 100	153,08%	(218,90%)
Rentabilidade Operacional do Ativo		
(Resultados operacionais/Ativo)x 100	(90,22%)	(155,65%)
Solvabilidade		
(Património Líquido/Passivo)	1,32	2,90
Endividamento		
(Passivo/Ativo)	0,43	0,26

Quadro 10 – Rácios 2020-2019

Os indicadores acima mencionados revelaram uma redução generalizada, ainda assim positiva, nomeadamente o indicador de Endividamento que passou de 0,26 para 0,43 o que significa que o passivo representa 43% do total do Ativo, mantendo uma baixa vulnerabilidade face às responsabilidades de pagamento aos credores.

Em linha com o indicador anterior, a Solvabilidade, quando superior a 1 revela uma grande capacidade de fazer face aos compromissos financeiros. Em 2020 situou-se em 1,32.

A Liquidez geral sendo superior a 1, demonstra capacidade em solver os compromissos, apesar da redução de 1,24 para 1,08.

3.6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	219 162 185 €	219 332 495 €
Ativos intangíveis	3	2 046 953 €	2 246 018 €
Participações financeiras	20	1 125 582 €	209 040 €
Outros ativos financeiros	18	3 325 505 €	2 993 215 €
Total Ativo não corrente		225 660 225 €	224 780 768 €
Ativo Corrente			
Inventários	10	160 964 €	153 684 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	21	105 543 679 €	3 030 583 €
Clientes, contribuintes e utentes	18, 21	24 665 550 €	19 708 615 €
Estado e Outros Entes Públicos	21	22 842 €	1 796 €
Outras contas a receber	21	6 772 426 €	30 865 250 €
Diferimentos	21	531 200 €	450 893 €
Caixa e depósitos	1	38 208 280 €	32 262 637 €
Total Ativo corrente		175 904 940 €	86 473 459 €
Total do Ativo		401 565 165 €	311 254 227 €
Património Líquido			
Património/Capital	21	117 331 189 €	117 331 189 €
Reservas	21	16 451 375 €	16 451 375 €
Ajustamentos em ativos financeiros	21	4 369 241 €	10 852 433 €
Resultados transitados	21	670 827 €	388 962 €
Excedentes de revalorização	21	32 107 639 €	32 188 569 €
Outras variações no património líquido	21	53 751 460 €	59 359 970 €
Resultado líquido do período	21	3 492 785 €	(5 067 657 €)
Total do Património Líquido		228 174 515 €	231 504 840 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	144 311 €	144 311 €
Fornecedores de investimentos	21	957 €	9 919 986 €
Outras contas a pagar	21	9 916 458 €	0 €
Total do Passivo não corrente		10 061 726 €	10 064 297 €
Passivo corrente			
Fornecedores	21	855 389 €	434 141 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	21	0 €	8 617 €
Estado e Outros Entes Públicos	21	4 789 848 €	4 860 792 €
Fornecedores de investimentos	21	324 988 €	82 806 €
Outras contas a pagar	21	22 133 641 €	19 936 692 €
Diferimentos	21	135 225 059 €	44 362 043 €
Total do Passivo corrente		163 328 924 €	69 685 090 €
Total do Passivo		173 390 650 €	79 749 387 €
Total do Património Líquido e Passivo		401 565 165 €	311 254 227 €

Quadro 11 – Balanço 2020-2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	14	37 094 621 €	32 792 498 €
Vendas	13	224 712 €	572 116 €
Prestações de serviços e concessões	13	7 642 152 €	6 175 519 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	118 540 879 €	113 141 504 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20	(86 139) €	0 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(190 761) €	(684 962) €
Fornecimentos e serviços externos	21	(28 242 892) €	(31 877 907) €
Gastos com pessoal	19	(118 742 382) €	(111 525 384) €
Transferências e subsídios concedidos	21	(10 130 148) €	(11 960 610) €
Prestações sociais	21	(243 145) €	(309 235) €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversõ	10	(55 909) €	0 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(829 928) €	0 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/rev		0 €	73 964 €
Outros rendimentos	13	8 217 201 €	6 977 211 €
Outros gastos	21	(1 777 110) €	(1 310 726) €
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento		11 421 152 €	2 063 987 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	(7 798 113) €	(6 908 635) €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3 623 039 €	(4 844 648) €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	2 290 €	5 498 €
Juros e gastos similares suportados	21	(132 544) €	(228 507) €
Resultado antes de impostos		3 492 785 €	(5 067 657) €
Imposto sobre o rendimento		0 €	0 €
Resultado líquido do período		3 492 785 €	(5 067 657) €

Quadro 12 – Demonstração de Resultados 2020-2019

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla						Total do patrimônio líquido	
		Capital / Patrimônio Subscrito	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido		Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	21	117 331 189 €	16 451 375 €	10 852 433 €	388 962 €	32 188 569 €	59 359 970 €	(5 067 657) €	231 504 840 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Realização do excedente de revalorização						(80 930) €			(80 930) €
Transferências e subsídios de capital							(5 617 476) €		(5 617 476) €
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido				(6 483 152) €	281 865 €		8 966 €	5 067 657 €	(1 124 704) €
	(2)	0 €	0 €	(6 483 192) €	281 865 €	(80 930) €	(5 608 510) €	5 067 657 €	(6 823 110) €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)			(6 483 192) €	281 865 €	(80 930) €	(5 608 510) €	3 492 785 €	(3 330 325) €
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)								8 560 442 €	(3 330 325) €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1) + (2) + (3) + (5)	21	117 331 189 €	16 451 375 €	4 369 241 €	670 827 €	32 107 639 €	53 751 460 €	3 492 785 €	228 174 515 €

Quadro 13 – Demonstração de Alterações no Patrimônio Líquido

3.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2020, verificou-se um superavit de caixa no montante de 5,9 milhões EUR, sendo que o saldo para a gerência seguinte contabilizou o montante de 38,2 milhões EUR.

Rubricas	Notas	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		12 036 699 €	12 025 156 €
Recebimentos de contribuintes		2 588 €	35 614 279 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		124 517 438 €	111 789 125 €
Recebimentos de utentes		34 695 926 €	0 €
Pagamentos a fornecedores		(29 348 241) €	(32 377 082) €
Pagamentos ao pessoal		(118 509 015) €	(105 802 043) €
Pagamentos a contribuintes / utentes		(6 116) €	0 €
Pagamentos de transferências e subsídios		(10 843 670) €	(11 672 371) €
Pagamentos de prestações sociais		0 €	(309 235) €
Caixa Gerada pelas Operações		12 545 608 €	9 267 829 €
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		0 €	(1 461 956) €
Outros Recebimentos/Pagamentos		(932 032) €	(2 653 442) €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		11 613 576 €	5 152 431 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(6 946 981) €	(4 082 398) €
Ativos Intangíveis		(184 944) €	(93 310) €
Propriedades de Investimento		0 €	0 €
Investimentos Financeiros		(130 221) €	(911 213) €
Outros Ativos		0 €	0 €
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		0 €	0 €
Ativos Intangíveis		0 €	0 €
Propriedades de Investimento		0 €	0 €
Investimentos Financeiros		0 €	0 €
Outros Ativos		0 €	0 €
Subsídios ao Investimento		208 164 €	355 037 €
Transferências de Capital		1 384 273 €	0 €
Juros e Rendimentos Similares		0 €	0 €
Dividendos		0 €	0 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		(5 669 710) €	(4 731 884) €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		4 €	0 €
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		0 €	0 €
Cobertura de Prejuízos		0 €	0 €
Doações		2 195 €	1 609 €
Outras Operações de financiamento		0 €	0 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		0 €	0 €
Juros e Gastos Similares		(422) €	(194 522) €
Dividendos		0 €	0 €
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		0 €	0 €
Outras Operações de Financiamento		0 €	0 €
Fluxos da Caixa das Atividades de Financiamento (c)		1 777 €	(192 913) €
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)		5 945 643 €	227 634 €
Efeito das Diferenças de Câmbio		0 €	0 €
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	2	32 262 637 €	32 035 003 €
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	2	38 208 280 €	32 262 637 €
Conciliação Entre a Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período			
- Equivalentes a Caixa no Início do Período		0 €	0 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0 €	0 €
- Variações Cambiais de Caixa no Início do Período		0 €	0 €
= Saldo de Gerência Anterior		32 262 637 €	32 035 003 €
De Execução Orçamental		31 525 970 €	28 630 299 €
De Operações de Tesouraria		736 667 €	3 404 704 €
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período			
- Equivalentes a Caixa no Fim do Período		0 €	0 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0 €	0 €
- Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período		0 €	0 €
= Saldo para a Gerência Seguinte		38 208 280 €	32 262 637 €
De Execução Orçamental		36 846 130 €	31 525 970 €
De Operações de Tesouraria		1 362 149 €	736 667 €

Quadro 14 – Demonstração de Fluxos de Caixa 2020

Os fluxos gerados pelas atividades operacionais foram positivos em 11,6 milhões EUR.

Os recebimentos provenientes de clientes, que totalizaram 12 milhões EUR, tiveram origem em Estudos, projetos e assistência tecnológica e Realização de análises clínicas que ascenderam 2,4 milhões e um peso de 20% desta componente e Estudos, pareceres, projetos e consultadoria cifrando 1,4 milhões EUR e um peso de 12%.

A rubrica de Transferências e subsídios correntes totalizou 125,5 milhões EUR, inclui o financiamento das atividades operacionais por parte do Estado, no montante de 73 milhões EUR e com um peso de 59% deste tipo de fluxo. De salientar que 40,6 milhões EUR tem origem em transferências correntes obtidas de projetos essencialmente da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

No que toca às importâncias recebidas dos estudantes (Utentes), rubrica que traduz uma das principais fontes de autofinanciamento da NOVA, esta ascendeu a 34,7 milhões EUR. Este montante é distribuído por Propinas de mestrados cifrando 19,5 milhões e 56% deste agrupamento; Propinas de formação inicial totalizando 4,8 milhões EUR e peso de 14%; Propinas de Mestrados Integrados com 4,5 milhões EUR com peso de 13%; Propinas de doutoramentos que ascendeu a 2,6 milhões EUR e um peso de 8%.

Ainda relativamente aos fluxos operacionais, e no que diz respeito às operações de pagamento a fornecedores, destacam-se os pagamentos relativos a trabalhos especializados que ascenderam a 4 milhões (14% desta componente); aquisição de Produtos químicos e de laboratórios cifrando 2,4 milhões EUR (8%); serviços de vigilância, segurança e eletricidade com 2,2 milhões EUR (7%) e serviços de limpeza e higiene 1,9 milhões EUR com 6% do agrupamento.

Em linha com o que se verificou ao nível de gastos, a rubrica de pagamentos ao pessoal, totalizou cerca de 118,5 milhões EUR, e representa a maior fatia de pagamentos ocorridos na NOVA durante a gerência de 2020.

A rubrica de Transferências e subsídios, compreende o pagamento de bolsas de investigação, que ascendeu a 5,3 milhões EUR (peso 49% desta componente), as transferências de projetos para parceiros de entidades públicas (2,4 milhões EUR – 22%) e privadas (1,1 milhões EUR – 10%), bem como, a pagamento de bolsas de estudantes que cifraram 1 milhão EUR e peso de 10% desta componente.

Os fluxos gerados pelas atividades de investimento foram negativos em 5,7 milhões EUR. Relativamente aos pagamentos gerados por este tipo de atividade, em particular no que concerne aos ativos fixos tangíveis, estes totalizaram 6,9 milhões EUR. Este montante foi essencialmente de investimentos em Equipamento para investigação e formação cifrando em 2,1 milhões EUR e um peso de 30%, Ativos fixos tangíveis em curso (empreitada de reabilitação do Colégio de Campolide, remodelação de biotério no IHMT e empreitadas de remodelações nos edifícios de CEDOC e biotério na NMS|FCM) cifrando 1,4 milhões EUR e peso de 21%; Equipamento informático e de telecomunicações ascendendo a 1,4 milhões EUR e um peso de 19% e Equipamento e material específico dos serviços de saúde com investimento de 1 milhão e peso de 15%.

Em termos de ativos intangíveis, o montante de 184 945 EUR corresponde essencialmente a licenças de sistemas de informação, a solução de gestão documental e workflow da NOVA IMS,

a licença de sistema de gestão académico SIGES (em uso em algumas entidades constitutivas), e software horários e gestão espaços da NOVA IMS.

Fluxos	Valor	Peso
Fluxos das atividades operacionais	11 613 576 €	195%
Fluxos das atividades investimento	(5 669 710 €)	(0%)
Fluxos das atividades financiamento	1 777 €	0%
Varição de caixa e seus equivalentes	5 945 643 €	100%
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	32 262 637 €	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	38 208 280 €	

Quadro 15 – Estrutura dos fluxos de caixa das atividades da NOVA - 2020

4

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Handwritten signature

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

As demonstrações orçamentais são apresentadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

4.1. ORÇAMENTO

Orçamento Inicial	Orçamento corrigido (Receita)	Orçamento corrigido (Despesa)	Saldo Gerência Anterior	Receita cobrada líquida	Despesa paga	Saldo Gerência
181 661 987 €	214 309 414 €	213 974 819 €	31 525 970 €	204 367 330 €	167 521 199 €	36 846 130 €

Quadro 16 – Principais indicadores de fluxos orçamentais - 2020

Em 2020, a NOVA dispôs de um orçamento aprovado para a execução das suas atividades no montante de 181,7 milhões EUR, não tendo afetado verbas no âmbito do orçamento de Investimento do Plano. O orçamento foi elaborado em novembro de 2019, com base nas regras definidas na Circular Série A n.º 1394 de 4 de novembro de 2019, da Direção-Geral do Orçamento.

Durante o exercício económico, o orçamento foi revisto e ajustado em função das necessidades, implicando o registo de alterações orçamentais que, no seu global, determinou um acréscimo de dotação 18% face ao orçamento inicialmente aprovado (este acréscimo não contabiliza o valor do Orçamento de Receita de Investimento do Plano – EC Reitoria).

A dotação inicial atribuída no OE à Universidade NOVA de Lisboa ascendeu ao montante de 181,7 milhões de EUR, sendo que foram adicionados reforços orçamentais que totalizaram 874 847 EUR, com origem nas seguintes operações:

- Em junho um 1º reforço, correspondente à primeira tranche relativa à compensação pela redução do valor das propinas no montante de 433 937 EUR;
- Em outubro um 2º reforço no montante de 6 973 EUR, referente a propinas dos estudantes bolseiros do Governo de Cabo Verde 2019/2020;
- Ainda em outubro, o último reforço de montante idêntico ao do 1º reforço, correspondente à segunda tranche relativa à compensação pela redução do valor das propinas no montante de 433 937 EUR.

As transferências com origem no OE (FF 311) tiveram uma variação de 874 847 EUR, representado uma variação de 1%, face à dotação inicial.

A distribuição da dotação do OE pelas Entidades Constitutivas da NOVA, apresenta-se no quadro em baixo.

	Dotação inicial OE	1º reforço	2º reforço	3º reforço	TOTAL
Faculdade de Ciências e Tecnologia	27 448 618 €	209 265 €	1 743 €	209 265 €	27 868 891 €
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	13 744 969 €	88 346 €	0 €	88 346 €	13 921 661 €
Nova School of Business and Economics	4 892 265 €	46 543 €	872 €	46 543 €	4 986 223 €
Nova Medical School / Faculdade de Ciências Médicas	8 391 479 €	58 790 €	4 358 €	58 790 €	8 513 417 €
Faculdade de Direito	1 315 050 €	17 382 €	0 €	17 382 €	1 349 814 €
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	3 880 182 €	0 €	0 €	0 €	3 880 182 €
Nova Information Management School	1 278 467 €	13 611 €	0 €	13 611 €	1 305 689 €
ITQB Nova - Instituto de Tecnologia Química e Biológica	3 215 976 €	0 €	0 €	0 €	3 215 976 €
Escola Nacional de Saúde Pública	1 508 531 €	0 €	0 €	0 €	1 508 531 €
Reitoria	5 057 825 €	0 €	0 €	0 €	5 057 825 €
Serviços de Ação Social	1 643 652 €	0 €	0 €	0 €	1 643 652 €
TOTAL	72 377 014 €	433 937 €	6 973 €	433 937 €	73 251 861 €

Quadro 17 – Distribuição do Financiamento de Estado (FF 311) por EC da NOVA – 2020

Importa referir que, face a 2019, as verbas com origem no OE (FF 311) aumentaram 3,8 milhões EUR, representado uma variação de 6%.

4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.2.1. RECEITA

Em 2020, a receita arrecadada pela NOVA totalizou 204,4 milhões EUR, verificando-se um aumento de 8% face ao ano transato. No entanto, tendo em consideração que este valor inclui os saldos de gerência, no montante de 31,5 milhões EUR, a receita efetiva cifrou-se em 172,6 milhões EUR.

O grau de execução orçamental da receita foi de 95,36%, face à previsão corrigida, verificando-se, em termos globais, as previsões corrigidas foram superiores às receitas cobradas líquidas em 10 milhões EUR. Para este cálculo, incluímos a verba do Orçamento de Receita de Investimento do Plano (EC – Reitoria – 87 995 EUR). De referir, que não existiu execução de projetos de investimento neste Orçamento de Receita Investimento (PIDDAC).

No que concerne ao rácio das receitas próprias (outras receitas) sobre o total de receita efetiva (expurgando os saldos de gerência anterior), verifica-se que este se fixou em 58%, ou seja, acima do mínimo exigido pela lei (50%) para a NOVA manter o regime fundacional.

Fonte de financiamento	Receita Cobrada Líquida	Peso Relativo
Receita Geral	73 251 861 €	42%
Outras Receitas	99 342 899 €	58%
Total	172 594 760 €	100%

Quadro 18 – Rácio de receita próprias sobre total das receitas da NOVA – 2020

4.2.1.1. Receita cobrada líquida por Agrupamento

A receita cobrada líquida encontra-se distribuída da seguinte forma:

Tipo de Receita	Receita Cobrada Líquida	Peso Relativo
Correntes	138 942 298 €	68%
Capital	32 658 689 €	16%
Reposições não abatidas aos pagamentos	993 773 €	0%
Saldo Gerência	31 525 970 €	15%
Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras	246 600 €	0%
Total	204 367 330 €	100%

Quadro 19 – Distribuição de receita cobrada por tipo – 2020

O seguinte quadro apresenta a receita cobrada líquida por agrupamento económico, sendo de destacar:

- Transferências correntes representaram 45%;
- Taxas, multas e outras penalidades com 17%, referentes a propinas e emolumentos;
- Saldos de gerência anterior que representam 15%;
- Transferências de capital que representam 16%;

Agrupamento de receita	Previsão Corrigida	Receita cobrada líquida	Peso relativo	Grau de execução
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	34 934 500 €	34 579 667 €	17%	99%
R4 - Rendimentos de propriedade	5 061 €	1 019 €	0%	20%
R5 - Transferências correntes	99 020 937 €	92 820 036 €	45%	94%
R6 - Venda de bens e serviços	15 161 728 €	11 487 141 €	6%	76%
R7 - Outras receitas correntes	54 248 €	54 435 €	0%	100%
R9 - Transferências de capital	32 456 935 €	32 658 689 €	16%	101%
R10 - Outras receitas de capital	0 €	0 €	0%	0%
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	903 425 €	993 773 €	0%	110%
RI01 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	31 525 980 €	31 525 970 €	15%	100%
RI04 - Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras	246 600 €	246 600 €	0%	100%
Total	214 309 414 €	204 367 330 €	100%	95%

Quadro 20 – Receita cobrada líquida por agrupamento de receita – 2020

Rubricas	Receita cobrada líquida	Peso relativo
Receita corrente	138 942 298 €	68%
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	34 579 667 €	17%
R4 - Rendimentos de propriedade	1 019 €	0%
R5 - Transferências correntes	92 820 036 €	45%
Administração Central - Estado Português	73 295 569 €	36%
Administração Central - Outras entidades	1 804 150 €	1%
Administração Local	513 131 €	0%
Exterior - U E	11 425 326 €	6%
Outras	5 781 860 €	3%
R6 - Venda de bens e serviços	11 487 141 €	6%
R7 - Outras receitas correntes	54 435 €	0%
Receita de capital	32 658 689 €	16%
R9 - Transferências de capital	32 658 689 €	16%
Administração Central - Estado Português	208 164 €	0%
Administração Central - Outras entidades	31 064 070 €	15%
Exterior - U E	1 303 567 €	1%
Outras	82 888 €	0%
R10 - Outras receitas de capital	0 €	0%
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	993 773 €	0%
RI01 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	31 525 970 €	15%
RI04 - Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras	246 600 €	0%
Total	204 367 330 €	100%

Quadro 21 – Execução Orçamental Receita 2020

A receita cobrada líquida em 2020 teve um aumento de 8% face a 2019 (+15,9 milhões EUR). Os agrupamentos que contribuíram de forma mais expressiva para este aumento foram as Transferências de capital, Saldos de gerência anterior e as Transferências correntes, com uma variação de 38%, 11% e 2%, respetivamente.

Agrupamento de receita	2020		2019		Variação	
	Receita cobrada líquida	Peso relativo	Receita cobrada líquida	Peso relativo	Absoluta	Relativa
Taxas, Multas e Outras penalidades	34 579 667 €	17%	34 113 703 €	18%	465 965 €	1%
Rendimentos da Propriedade	1 019 €	0%	3 886 €	0%	(2 868 €)	(74%)
Transferências Correntes	92 820 036 €	45%	90 659 237 €	48%	2 160 799 €	2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	11 487 141 €	6%	11 094 618 €	6%	392 522 €	4%
Outras Receitas Correntes	54 435 €	0%	191 248 €	0%	(136 813 €)	(72%)
Transferências de Capital	32 658 689 €	16%	23 612 306 €	13%	9 046 383 €	38%
Outras Receitas Capital	0 €	0%	7 218 €	0%	(7 218 €)	100%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	993 773 €	0%	121 326 €	0%	872 448 €	719%
Saldo de Gerência Anterior	31 772 570 €	16%	28 630 299 €	15%	3 142 271 €	11%
Total	204 367 330 €	100%	188 433 841 €	100%	15 933 489 €	8%

Quadro 22 – Distribuição da receita cobrada 2020-2019

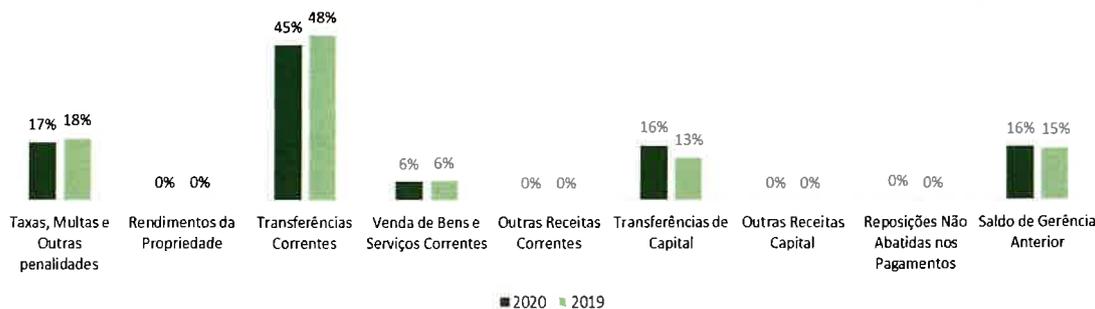


Gráfico 8 – Receita cobrada líquida por agrupamento de receita (em %) 2020-2019

Relativamente à componente das Transferências correntes, que representa cerca de 45% das receitas da NOVA, este inclui o valor das transferências do OE no montante de 73 milhões (79% deste agrupamento). Seguem-se as transferências da União Europeia (7,83 milhões EUR) e da FC&T (1,2 milhões EUR) que representam neste agrupamento, 8% e 1%, respetivamente. A variação positiva de 2%, face a 2019, justifica-se essencialmente pelo aumento do financiamento no âmbito da I&D e pelo aumento de 9% das transferências do OE.

A Venda de bens e serviços, que evidenciou um acréscimo de 4% face a 2019, representando 6% da receita total da NOVA, ascendendo a 11,5 milhões EUR. A componente de Estudos, pareceres, projetos e consultadoria contribuiu com 3,8 milhões EUR (representando 33% deste agrupamento).

Em termos de Transferências de capital, a maior fatia corresponde às transferências efetuadas pela FC&T que representam cerca de 95% desse agrupamento (31 milhões EUR), seguindo-se as transferências da União Europeia com uma representação de 4% (1,3 milhões EUR) e transferências do OE com 1%.

De salientar que os rendimentos de propriedade incorporam as receitas com origem em rendas e juros de bancos e de outras entidades e as outras receitas de capital referem-se a indemnizações recebidas pela NOVA.

A receita com Propinas e Taxas, em 2020, ascendeu a 32,5 milhões EUR, tendo aumentado 488 831 milhões EUR (1%) face a 2019. A distribuição por ciclo de estudo apresenta-se no seguinte quadro:

Propinas	2020		2019		Variação	
	Receita cobrada líquida	Peso relativo	Receita cobrada líquida	Peso relativo	Absoluta	Relativa
Propinas - 1º ciclo + Mestrado Integrado	9 194 073 €	27%	12 676 810 €	37%	(3 482 737 €)	(27%)
Propinas - 2º Ciclo	19 478 996 €	56%	15 637 702 €	46%	3 841 294 €	25%
Propinas - 3º Ciclo	2 333 313 €	7%	2 310 845 €	7%	22 468 €	1%
Outros	3 534 443 €	10%	3 426 638 €	10%	107 806 €	3%
Total	34 540 825 €	100%	34 051 994 €	100%	488 831 €	1%

Quadro 23 – Comparação da receita de propinas e taxas por ano letivo 2020-2019

Como podemos constatar no referido quadro, em 2020, a receita de propinas associada ao 2.º ciclo de estudos representa 56% do total da receita proveniente de propinas e taxas, tendo crescido 25%, ou seja, 3,8 milhões EUR, face a 2019.

A receita de propinas associada ao 1.º ciclo onde se incluem os mestrados integrados fixou-se em 9,2 milhões EUR, mantendo um peso relativo expressivo (27%), mas decresceu 27%, face a 2019. Esta diminuição deveu-se à redução do valor das propinas deste ciclo de estudos determinada pelo Governo, tendo sido compensada pelo aumento da dotação do OE, conforme referido no ponto 11.1.

A receita de propinas outros representa 10% do total da receita proveniente de propinas e taxas, tendo aumentado 3% face ao ano anterior. Destaca-se nesta conta os recebimentos referentes ao Semestre pré-Universitário e cursos pós-graduação.

A distribuição das propinas de 2020, por EC e por ciclo de estudo apresenta-se no quadro seguinte:

Propinas	Propinas - 1º ciclo + Mestrado Integrado	Propinas - 2º Ciclo	Propinas - 3º Ciclo	Outros	Total	Peso Relativo
Faculdade de Ciências e Tecnologia	3 820 013,33 €	721 877,58 €	419 589,92 €	865 473,69 €	5 826 954,52 €	17%
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	2 120 505,35 €	2 080 912,53 €	612 340,81 €	817 195,07 €	5 630 953,76 €	16%
Nova School of Business & Economics	1 340 112,59 €	11 519 566,54 €	118 462,03 €	290 026,56 €	13 268 167,72 €	38%
NOVA Medical School Faculdade de Ciências Médicas	1 179 394,42 €	254 130,63 €	286 659,06 €	206 899,75 €	1 927 083,86 €	6%
NOVA School of Law	439 300,21 €	872 826,90 €	266 128,58 €	129 500,32 €	1 707 756,01 €	5%
Instituto de Higiene e Medicina Tropical		236 472,51 €	235 625,08 €	72 980,97 €	545 078,56 €	2%
NOVA Information Management School	294 746,94 €	3 315 450,20 €	152 832,72 €	221 199,42 €	3 984 229,28 €	12%
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier		35 622,77 €	65 015,00 €	28 242,50 €	128 880,27 €	0%
Escola Nacional de Saúde Pública		442 136,00 €	176 659,99 €	483 534,30 €	1 102 330,29 €	3%
Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa				419 390,72 €	419 390,72 €	1%
Total	9 194 072,84 €	19 478 995,66 €	2 333 313,19 €	9 534 443,30 €	34 540 824,99 €	100%

Quadro 24 – Distribuição de receita de propinas por EC – 2020

Como se pode verificar, a EC com maior peso nas propinas de 1º ciclo é a FCT representando 42% do total desse ciclo de estudo. A nível de propinas de 2º ciclo destaca-se a Nova SBE que cobra 59% do total da receita associada a este ciclo de estudos.

Na globalidade, a Nova SBE é a EC com maior peso na cobrança de receitas com origem em propinas, contribuindo com 38% do total da receita de propinas.

4.2.1.2. Receita cobrada líquida por Fonte de Financiamento

A receita cobrada líquida da NOVA ascendeu a 204,4 milhões EUR, dos quais 40% representam as receitas gerais (80,9 milhões EUR). Nestas estão incluídas as verbas de OE no montante de 73,3 milhões EUR, correspondendo a 91% da receita desta fonte de financiamento. O remanescente, no montante de 7,6 milhões EUR (9%), corresponde ao saldo da gerência anterior.

As receitas próprias em sentido estrito, correspondem a 49% da receita total, 34% derivam de Taxas, multas, propinas e outras penalidades (34,6 milhões EUR) e 31% de Transferências de capital (31 milhões EUR), por sua vez 14% correspondem a Saldos de gerência anterior (14,1 milhões EUR).

Esta componente do financiamento teve uma variação de 13% (+11,2 milhões EUR), face a 2019. Grande parte desta variação é justificada pelo aumento de verba transferida pela FC&T, que aumentou 6,8 milhões EUR (variação de 27%, sendo maioritariamente Transferências de capital). Contribui também para esta variação o agrupamento de Taxas, multas e propinas com um aumento de 465 965 EUR (variação de 1%) e as Transferências de instituições sem fins lucrativos com um aumento de 1,8 milhões EUR (+108%), de entidades como Fundação Alfredo

de Sousa, Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – IBET, Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud, Fundação Calouste Gulbenkian – IGC, Fundação Amélia de Mello, Fundação Belmiro de Azevedo.

Por último, importa referir que a componente de Reposições não abatidas nos pagamentos teve um aumento de 881 033 EUR (+ 808%) face a 2019 resultante do processo de otimização de IVA que a NOVA executou durante 2020. O objetivo do Projeto de Otimização do IVA, visou a identificação das áreas de oportunidade e a recuperação do IVA liquidado e entregue em excesso ao Estado referente ao período 05/2017 a 12/2018.

Fonte Financiamento	Receita Cobrada Líquida	Peso Relativo
Receita Geral	80 866 088 €	40%
Outras Receitas	123 501 241 €	60%
Total	204 367 330 €	100%

Quadro 25 – Rácio de receita próprias sobre total das receitas da NOVA – 2020

Fonte Financiamento	2020		2019		Variação	
	Receita Cobrada Líquida	Peso Relativo	Receita Cobrada Líquida	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Receitas Gerais	80 866 088 €	40%	75 587 055 €	40%	5 279 033€	7%
Receitas Próprias	100 564 089 €	49%	89 373 955 €	47%	11 190 134€	13%
Financiamento U.E.	22 937 153 €	11%	23 472 831 €	12%	(535 678 €)	(0%)
Total	204 367 330 €	100%	188 433 841 €	100%	15 933 489€	8%

Quadro 26 – Variação da receita cobrada 2020-2019

O financiamento com origem na União Europeia totalizou 22,9 milhões EUR, e representa 11% do total de receita arrecadada pela NOVA. Este financiamento sofreu uma diminuição 535 678 EUR (-2%), face a 2019, sendo a sua proveniência a seguinte:

- Saldo de Gerência Anterior (43%);
- Comissão Europeia (12%);
- Agência Nacional – Erasmus+ (9%);
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (7%);
- European Research Council Executive Agency (ERCEA) (3%);
- Research Executive Agency (2%);

4.2.1.3. Receita cobrada líquida por Atividade

Na distribuição das receitas cobradas no período por atividade, verificou-se que 61% se encontravam ligadas à atividade de ensino, enquanto que 31% respeitavam à investigação. A ação social, por sua vez, representou 1% do total da receita cobrada pela NOVA. Face ao período homólogo, constatou-se uma variação positiva de 8% na globalidade da receita por atividade, destacando-se o acréscimo de 13% das receitas associadas às atividades de investigação.

Atividade	2020		2019		Variação	
	Receita cobrada Líquida	Peso Relativo	Receita cobrada Líquida	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Administração	12 364 057 €	6%	12 214 881 €	6%	149 176 €	1%
Investigação	64 370 150 €	31%	56 829 646 €	30%	7 540 505 €	13%
Ensino	124 685 505 €	61%	116 076 421 €	62%	8 609 083 €	7%
Serviços Auxiliares	2 947 617 €	1%	3 312 893 €	2%	(365 276 €)	(11%)
Total	204 367 330 €	100%	188 433 841 €	100%	15 933 489 €	8%

Quadro 27 – Distribuição de receita cobrada por atividade 2020-2019

O seguinte quadro espelha a distribuição da receita cobrada líquida por fonte financiamento e atividade:

Atividade	Receitas Greais	Receitas Próprias	Financiamento União Europeia	Total
Administração	5 456 741 €	2 000 256 €	4 907 061 €	12 364 057 €
Ensino	69 730 058 €	53 990 350 €	965 097 €	124 685 505 €
Investigação	3 787 283 €	43 517 872 €	17 064 995 €	64 370 150 €
Serviços Auxiliares	1 892 007 €	1 055 611 €	0 €	2 947 617 €
Total	80 866 088 €	100 564 089 €	22 937 153 €	204 367 330 €

Quadro 28 – Origem de fundos 2020

4.2.1.4. Saldos de Gerência Anterior

Os saldos de gerência anterior ascendem a 31,5 milhões EUR, sendo distribuídos por fonte de financiamento e por atividades da seguinte forma:

Atividade	Valor	Peso Relativo
Ensino	13 893 921 €	44%
Investigação	13 363 055 €	42%
Administração	3 858 226 €	12%
Serviços Auxiliares	410 768 €	1%
Total	31 525 970 €	100%

Fonte de Financiamento	Valor	Peso Relativo
Receita Geral	7 614 227 €	24%
Receita Própria	13 851 317 €	44%
Financiamento U.E.	10 060 425 €	32%
Total	31 525 970 €	100%

Quadro 29 – Saldos de gerência anterior por fonte de financiamento e por atividade

Em termos de atividade, a componente de ensino é responsável por cerca de 44% do saldo de gerência transitado, enquanto a atividade de investigação representa 42%. O remanescente reparte-se pela Administração e Serviços Auxiliares, 12% e 1%, respetivamente.

Quando analisados na perspetiva da Fonte de Financiamento os saldos provenientes de receitas próprias representam 44% do total, seguindo-se o financiamento da União Europeia com 32% e Receita Geral com 24%.

Na sequência do processo de extinção da Associação das Universidades Portuguesas (AUP), coube a cada associado, a parcela de 246.600,00€, contabilizada como saldo de gerência anterior (classificação económica 16.01.03) na fonte de financiamento 522, uma vez que deriva de saldos de gerência da AUP (em conformidade com orientações do Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP). Por questões de comparabilidade, esta parcela deve ser acrescentada aos saldos de gerência anterior na atividade Administração, perfazendo o total de 4.104.826 EUR (12%), que somada às restantes parcelas, totaliza um saldo de gerência anterior corrigido no montante de 31,8 milhões EUR (31.772.570 EUR).

4.2.2. DESPESA

Em 2020, a despesa paga pela NOVA totalizou 167,5 milhões EUR. Considerando as dotações corrigidas, no montante de 214 milhões EUR, o grau de execução global da despesa da NOVA cifrou-se em 78%.

Em termos de compromissos assumidos, durante 2020, a NOVA comprometeu 178,1 milhões EUR, com uma execução face à dotação de 83%. O agrupamento de Despesas com pessoal com um peso relativo de 69% no total (122,5 milhões EUR), é o agregado com maior expressão, seguindo-se as Aquisições de bens e serviços que representam 18% (31,3 milhões EUR). As Transferências correntes com 6% (11,2 milhões EUR), e por último, as Aquisições de bens de capital com 6% (10,8 milhões EUR), completam a aplicação dos recursos na ótica da despesa.

No final de 2020, os compromissos por pagar ascenderam a 10,6 milhões EUR, distribuídos essencialmente por Despesas com pessoal, no montante 4,1 milhões EUR, representando 38% do total, as Aquisições de bens de capital, no montante 3,6 milhões EUR e representando 34%, e despesas com Aquisição de bens e serviços, que se cifraram em 2,8 milhões EUR, representando 26% dos compromissos assumidos e não pagos.

4.2.2.1. Despesa paga por agrupamento

A despesa paga encontra-se distribuída da seguinte forma:

Tipo de Despesa	Despesa Paga	Peso Relativo
Correntes	160 124 150 €	96%
Capital	7 397 049 €	4%
Total	167 521 199 €	100%

Quadro 30 – Distribuição de despesa paga por tipo – 2020

Em termos de despesa, 96% têm natureza corrente, ou seja, de carácter fixo, nomeadamente despesas com pessoal, instalações e funcionamento das principais atividades e serviços.

O quadro seguinte apresenta a despesa paga por agrupamento económico, sendo de destacar:

- Despesas com Pessoal representaram 71%;
- Aquisição de bens e serviços que representam 17%;
- Transferências correntes com 7%;
- Aquisições de bens de capital 4%;

Rubricas	Dotações corrigidas	Compromissos	Despesas Pagas	Peso Relativo	Grau execução Compromissos	Grau execução Pagamentos
D1 - Despesas com o pessoal	134 674 771 €	122 545 111 €	118 464 534 €	71%	91%	88%
D2 - Aquisição de bens e serviços	46 448 531 €	31 281 935 €	28 495 463 €	17%	67%	61%
D3 - Juros e outros encargos	5 €	1 €	0 €	0%	17%	0%
D4 - Transferências correntes	15 798 203 €	11 201 105 €	11 102 037 €	7%	71%	70%
D5 - Outras despesas correntes	2 376 732 €	2 107 654 €	2 062 116 €	1%	89%	87%
D6 - Aquisição de bens de capital	14 505 091 €	10 831 284 €	7 227 704 €	4%	75%	50%
D7 - Investimento	41 486 €	39 346 €	39 346 €	0%	95%	95%
D9 - Despesa com ativos financeiros	130 000 €	130 000 €	130 000 €	0%	100%	100%
Total	213 974 819 €	178 136 436 €	167 521 199 €	100%	83%	78%

Quadro 31 – Resumo Execução Orçamental Despesa 2020

4.2.2.2. Despesa paga por Fonte de Financiamento

Fonte Financiamento	2020		2019		Variação	
	Despesa Paga	Peso Relativo	Despesa Paga	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Receitas Gerais	77 132 243 €	46%	71 124 660 €	45%	6 007 583 €	8%
Receitas Próprias	79 122 938 €	47%	72 416 888 €	46%	6 706 050 €	9%
Financiamento União Europeia	11 266 018 €	7%	13 366 324 €	9%	(2 100 306 €)	(16%)
Total	167 521 199 €	100%	156 907 872 €	100%	10 613 328 €	7%

Quadro 37 – Variação da despesa por Fonte de Financiamento 2020-2019

Conforme ilustrado no quadro anterior, a despesa paga aumentou em 10,6 milhões EUR, representando uma variação de 7% face a 2019.

No que diz respeito ao detalhe da despesa executada por fonte financiamento, em 2020, constata-se que 46% da despesa foi paga através a receitas gerais do Estado, sendo que 95% desta verba foi consumida através de Despesas com pessoal (73,1 milhões EUR).

Por sua vez, 47% das despesas foram pagas com recursos a receitas próprias, que corresponderam, essencialmente, a Despesas com pessoal (52%), a Aquisição de bens e serviços (29%), e a Transferências correntes (10%). Comparando com o ano 2019, constatou-se que a Despesa com pessoal suportada pelo financiamento em receitas próprias aumentou em 1% (aumento de 4,7 milhões EUR).

No que diz respeito ao financiamento comunitário, que representam 7% das despesas pagas, destacam-se as Despesas com pessoal com 35%, as Transferências correntes e Aquisição de bens com 25% e Aquisição de bens de capital com 13%. Importa salientar a evolução das Despesas com pessoal face a 2019 – um aumento de 1,7 milhões representando uma variação positiva de 12%.

4.2.2.3. Despesa paga por Atividade

Atividade	2020		2019		Variação	
	Despesa Paga	Peso Relativo	Despesa Paga	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Ensino	110 094 801 €	66%	101 956 011 €	65%	8 138 789€	8%
Investigação	46 856 693 €	28%	43 404 303 €	28%	3 452 391€	8%
Administração	8 029 282 €	5%	8 482 728 €	5%	(453 446€)	(5%)
Serviços Auxiliares	2 540 423 €	2%	3 064 830 €	2%	(524 407€)	(17%)
Total	167 521 199 €	100%	156 907 872 €	100%	10 613 328€	7%

Quadro 38 – Distribuição de despesa paga por fonte de atividade 2020-2019

Verifica-se que 66% das despesas pagas encontram-se relacionadas com a atividade de ensino superior e 28% na investigação, administração e serviços auxiliares representam o remanescente.

Constatou-se que as atividades ensino e investigação, sofreram um acréscimo face ao ano anterior de 8%. Correspondendo, em termos absolutos, na atividade ensino a 8,1 milhões EUR.

Em resumo, podemos verificar a distribuição da despesa paga por fonte financiamento e atividades:

Atividade	Receitas gerais	Receitas Próprias	Financiamento U.E.	Total
Ensino	67 203 701 €	42 079 606 €	811 494 €	110 094 801 €
Investigação	3 171 449 €	34 830 610 €	8 854 634 €	46 856 693 €
Administração	5 165 184 €	1 264 208 €	1 599 890 €	8 029 282 €
Serviços Auxiliares	1 591 910 €	948 514 €	0 €	2 540 423 €
Total	77 132 243 €	79 122 938 €	11 266 018 €	167 521 199 €

Quadro 39 – Aplicação de fundos 2020

4.2.3. SALDO ORÇAMENTAL DA GERÊNCIA

Da execução orçamental de 2020 resulta o saldo para a gerência seguinte na quantia de 36,8 milhões de EUR.

Em termos de distribuição de saldo orçamental da gerência por EC, a Nova SBE representa 23% do total do saldo de gerência orçamental, seguindo-se a FCSH com 15%, Reitoria com 14% e a NOVA IMS com 13%.

Entidade Constitutiva	2020	2019	Variação		Peso relativo (2020)
			Absoluta	Relativa	
Faculdade de Ciências e Tecnologia	4 298 513 €	3 915 494 €	383 018 €	10%	12%
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	5 586 632 €	4 551 238 €	1 035 394 €	23%	15%
Nova School of Business & Economics	8 368 583 €	5 879 832 €	2 488 751 €	42%	23%
NOVA Medical School Faculdade de Ciências Médicas	544 902 €	548 512 €	(3 610€)	(1%)	1%
NOVA School of Law	1 786 593 €	1 658 524 €	128 069 €	8%	5%
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	1 558 194 €	1 363 510 €	194 684 €	14%	4%
NOVA Information Management School	4 871 508 €	3 338 277 €	1 533 231 €	46%	13%
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier	1 502 498 €	2 071 779 €	(569 281€)	(27%)	4%
Escola Nacional de Saúde Pública	2 769 214 €	2 758 355 €	10 860	0%	8%
Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa	5 183 924 €	5 091 133 €	92 790	2%	14%
Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa	375 571 €	349 315 €	26 256 €	8%	1%
NOVA	36 846 130 €	31 525 970 €	5 320 161 €	17%	100%

Quadro 40 – Distribuição de Saldo da Gerência por EC 2020-2019

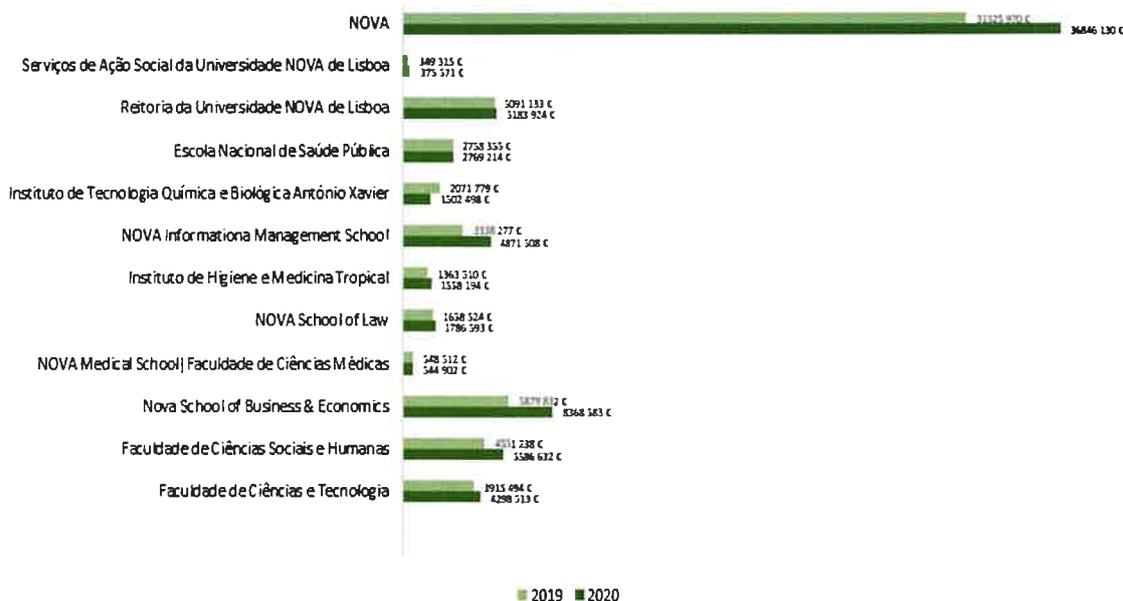


Gráfico 11 – Distribuição de Saldo Orçamental da gerência por EC 2020-2019

Rubricas	Despesas Paga	Peso relativo
Despesa corrente	160 124 150 €	96%
D1 - Despesas com o pessoal	118 464 534 €	71%
Remunerações Certas e Permanentes	93 151 177 €	79%
Abonos Variáveis ou Eventuais	3 353 800 €	3%
Segurança Social	21 959 557 €	19%
D2 - Aquisição de bens e serviços	28 495 463 €	17%
D3 - Juros e outros encargos	0 €	0%
D4 - Transferências correntes	11 102 037 €	7%
Administração Central - Estado Portuga	279 617 €	3%
Administração Central - Outras entida	2 290 880 €	21%
Administração Regional	0 €	0%
Entidades do setor não lucrativo	1 051 651 €	9%
Famílias	6 691 490 €	60%
Outras	708 400 €	6%
Subsídios correntes	80 000 €	1%
D5 - Outras despesas correntes	2 062 116 €	1%
Despesa de capital	7 227 049 €	4%
D6 - Aquisição de bens de capital	7 227 704 €	4%
D7 - Investimento	39 346 €	0%
Administração Central - Outras entida	39 346 €	100%
Despesa não efetiva	130 000 €	0%
D9 - Despesa com ativos financeiros	130 000 €	0%
Total	167 521 199 €	100%

Quadro 32 – Resumo Execução Orçamental Despesa 2020

Agrupamento de despesa	2020		2019		Variação	
	Despesa Paga	Peso relativo	Despesa Paga	Peso relativo	Absoluta	Relativa
Despesas com o pessoal	118 464 534 €	71%	105 670 988 €	63%	12 793 546	12%
Aquisição de bens e serviços	28 495 463 €	17%	31 692 205 €	20%	(3 196 743€)	(10%)
Juros e outros encargos	0 €	0%	3 €	0%	(3€)	(100%)
Transferências correntes	11 102 037 €	7%	12 228 309 €	10%	(1 126 272€)	(9%)
Outras despesas correntes	2 062 116 €	1%	2 184 014 €	1%	(121 898€)	(6%)
Aquisição de bens de capital	7 227 704 €	4%	4 893 339 €	5%	2 334 364	48%
Investimento	39 346 €	0%	44 014 €	0%	(4 668€)	(11%)
Despesa com ativos financeiros	130 000 €	0%	195 000 €	0%	(65 000€)	0%
Total	167 521 199 €	100%	156 907 872 €	100%	10 613 328 €	7%

Quadro 33 – Distribuição de despesa paga por agrupamento 2020-2019



Gráfico 9 – Distribuição de despesa paga por agrupamento (em %) – 2020-2019

A despesa paga em 2020 teve um aumento de 7% face a 2019 (+10 milhões EUR). Os agrupamentos que contribuíram de forma mais expressiva para este aumento foram as Despesas com pessoal e as Aquisições de bens capital, com uma variação de 12% e 48% respetivamente.

Como seria expectável, o agrupamento com maior preponderância foram as Despesas com pessoal, que ascendeu a 118,5 milhões EUR, representando 71% das despesas pagas em 2020 (incluindo os encargos patronais).

Nas imagens abaixo descritas, são apresentadas apenas as rubricas com alguma representatividade neste agrupamento de despesas com pessoal.

Designação	Despesa Paga	Peso Relativo
Pessoal em Cont. Funções Públicas por tempo	42 659 653 €	36,01%
Pessoal dos quadros - Regime de contrato	7 867 685 €	6,64%
Pessoal contratado a termo	25 541 542 €	21,56%
Subsídio de refeição	2 600 676 €	2,20%
Subsídio de Férias	6 864 898 €	5,79%
Subsídio de Natal	6 380 669 €	5,39%
Colaboração técnica e especializada	2 839 619 €	2,40%
Caixa Geral de Aposentações	9 813 165 €	8,28%
Contribuições para a segurança social	11 557 247 €	9,76%
Total	118 464 534 €	100%

Quadro 34 – Distribuição de despesa paga por rubricas de pessoal – 2020



Gráfico 10 – Distribuição de despesa paga por rubricas de pessoal (em %) – 2020

Face a 2019, as despesas pagas com pessoal aumentaram em 12,8 milhões EUR e uma taxa de variação de 12%, sendo justificado, essencialmente por:

- Pessoal não docentes/não investigadores ao serviço da NOVA aumentou 121 ETI
 - Ao nível dos pagamentos com o pessoal não docente/não investigador, houve um acréscimo de cerca de 4M€;
 - Cerca de 1,5M€ estão relacionados com regularizações de vínculos no âmbito do PREVPAP e com alteração do método de contratação (o montante em causa foi “transferido” do agrupamento de transferências para o agrupamento de despesas com pessoal);
 - Os restantes 2,5M€ estão relacionados com aumento das despesas com os PREVPAP regularizados (face ao que era gasto quando eles eram bolseiros) e aumento de despesas com os restantes não docentes/não investigadores (aumento de RH devido a novas contratações e aumento da remuneração média). A título de exemplo, verificou-se um acréscimo de 73 Técnicos Superiores e de 20 dirigentes em funções no final de 2020;
- Pessoal Investigador
 - Em 31 de Dezembro de 2020, verificou-se um aumento de 38 investigadores em funções face ao ano transato;
 - Parte do acréscimo de despesas decorrente das contratações realizadas em 2019 fez-se sentir ainda durante 2020. Em resultado, os pagamentos com o pessoal de investigação cresceram cerca de 3,1M€;
 - O principal fator na base do acréscimo das despesas com o pessoal de investigação prende-se com a legislação e com os programas de promoção do emprego científico. Por exemplo, o crescimento dos pagamentos com pessoal relativos a Investigadores Júnior (principal categoria usada no âmbito do emprego científico) rondou os 2,2M€.
- Pessoal Docente
 - O número de docentes ETI em funções no final de 2020 está praticamente inalterado face a 2019;
 - No entanto, houve uma recomposição relevante do pessoal - ocorreu um acréscimo de 64 professores associados e catedráticos, compensado com um decréscimo de 64 Auxiliares e Assistentes;
 - Assistiu-se a um incremento no número de docentes em dedicação exclusiva;
 - Em resultado da alteração da remuneração média correspondente, os pagamentos com o pessoal docente cresceram cerca de 2M€;
 - De referir que, durante 2019 houve um incremento de cerca de 36 docentes ETI. Uma vez que essas contratações foram ocorrendo durante 2019, a gerência de 2020 corresponde ao primeiro exercício completo de funções desses novos docentes, pelo que parte do acréscimo de despesas decorrente dessas contratações de 2019 ainda se fez sentir em 2020.

De salientar que os principais recursos de financiamento das despesas com pessoal são através de financiamento do OE (62%) e receitas próprias (35%), e em termos de atividade é a componente de Ensino que tem uma maior preponderância com cerca de 75%, seguindo-se a atividade de investigação que representa 20%.

Fonte Financiamento	2020		2019		Variação	
	Despesa Paga	Peso Relativo	Despesa Paga	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Receitas Gerais	73 088 656 €	62%	66 697 382 €	63%	6 391 274 €	10%
Receitas Próprias	41 395 755 €	35%	36 652 223 €	35%	4 743 532 €	13%
Financiamento U.E.	3 980 124 €	3%	2 321 384 €	2%	1 658 740 €	71%
Total	118 464 534 €	100%	105 670 988 €	100%	12 793 546 €	12%

Quadro 35 – Distribuição de despesa paga em rubricas de pessoal por fonte de financiamento 2020-2019

Atividade	2020		2019		Variação	
	Despesa Paga	Peso Relativo	Despesa Paga	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Ensino	88 893 906 €	75%	81 559 814 €	77%	7 334 092€	9%
Investigação	23 712 613 €	20%	19 042 124 €	18%	4 670 488€	25%
Administração	4 791 682 €	4%	3 725 424 €	4%	1 066 257€	29%
Serviços Auxiliares	1 066 333 €	1%	1 343 626 €	1%	(277 292 €)	(21%)
Total	118 464 534 €	100%	105 670 988 €	100%	12 793 546€	12%

Quadro 36 – Distribuição de despesa paga em rubricas de pessoal por atividade 2020-2019

As Aquisições de bens e serviços totalizaram 28,5 milhões EUR, evidenciando um peso de 17% no total de despesa paga. Contrariamente ao verificado na gerência passada, este agrupamento registou uma diminuição de 3,2 milhões EUR (- 10%) face a 2019, justificado maioritariamente pelo abrandamento das atividades de ensino e investigação derivado da pandemia COVID-19.

Neste montante, estão incluídos os Encargos das instalações que ascendem a 3,4 milhões EUR que representam 12% deste agrupamento, os encargos de Vigilância e segurança no montante de 2,2 milhões EUR com um peso de 8%, Matérias-primas e subsidiárias no valor de 2,1 milhões EUR com um peso de 7% e os encargos de Limpeza e higiene no montante de 1,8 milhões EUR com um peso de 6%.

Importa salientar que a componente das Deslocações e estadas registou um decréscimo face a 2019, cifrando-se em 596 472 EUR, com um peso de 2% (em 2019 cifrou 2,6 milhões EUR, representando 8% no total da despesa paga desse agrupamento), motivado pela pandemia COVID-19.

No que concerne ao agrupamento das Transferências correntes, no montante 11,1 milhões EUR, com um peso relativo de 7%, que correspondem, em larga escala, aos pagamentos a bolsiros de investigação (6,3 milhões EUR e um peso de 57%). Neste agrupamento, de salientar as transferências referentes das Instituições sem fins lucrativos com relevância para os projetos da Fundação Calouste Gulbenkian – IGC no montante de 354 635 EUR, para a Associação para a Inovação e desenvolvimento da FCT (NOVA.ID.FCT) no montante de 330 133 EUR, com peso de 34% e 31% desta rubrica económica respetivamente.

Por último, as Aquisições de bens de capital, no montante de 7,2 milhões EUR representando um peso relativo de 4%, sendo que cerca de 53% respeitam a aquisição de Equipamento básico (3,8 milhões EUR), 17% a Conservação ou reparação de edifícios (1,2 milhões EUR) e 9% Equipamento de informática – Outros (631 392 EUR). O aumento desta componente face a 2019 teve incidência na atividade de investigação (62%) e na atividade de ensino (37%).

A sua distribuição por fonte de financiamento e por atividade é efetuada da seguinte forma:

Fonte Financiamento	Receita cobrada líquida	Peso Relativo	Despesa paga	Peso Relativo	Saldos de Gerência	Peso Relativo
Receitas Gerais	80 866 088 €	40%	77 132 243 €	46%	3 733 846 €	10%
Receitas Próprias	100 564 089 €	49%	79 122 938 €	47%	21 441 150 €	58%
Financiamento U.E.	22 937 153 €	11%	11 266 018 €	7%	11 671 134 €	32%
Total	204 367 330 €	100%	167 521 199 €	100%	36 846 130 €	100%

Quadro 41 – Execução orçamental por Fonte de Financiamento – 2020

Atividade	Receita cobrada líquida	Peso Relativo	Despesa paga	Peso Relativo	Saldos de Gerência	Peso Relativo
Ensino	124 685 505 €	61%	110 094 801 €	66%	14 590 704 €	40%
Investigação	64 370 150 €	31%	46 856 693 €	28%	17 513 457 €	48%
Administração	12 364 057 €	6%	8 029 282 €	5%	4 334 775 €	12%
Serviços Auxiliares	2 947 617 €	1%	2 540 423 €	2%	407 194 €	1%
Total	204 367 330 €	100%	167 521 199 €	100%	36 846 130 €	100%

Quadro 42 – Execução por Atividade – 2020

Em termos de saldos orçamentais por fonte de financiamento, a componente com maior peso é o financiamento de Receitas Próprias com cerca de 58%, seguindo-se o financiamento proveniente da União Europeia com 32% e por último o financiamento de Receitas Gerais com 10%.

Em termos de atividade, constata-se que a atividade de Investigação representa 48% dos saldos orçamentais, seguindo-se a componente de Ensino com 40%, a atividade de administração com % e por último os Serviços Auxiliares representando 1%.

Por fim, também se verifica o cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental (“O orçamento de cada serviço ou fundo autónomo é elaborado, aprovado e executado por forma a apresentar saldo global nulo ou positivo” (Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, Artigo 25º, n.º 1)), dado que a receita efetiva (172,6 milhões EUR) é superior à despesa efetiva (167,4 milhões EUR), resultando num saldo global de 5,2 milhões EUR.

4.2.4. ANÁLISE COVID-19

Em termos de despesas executada no âmbito da contingência COVID-19 de prevenção, contenção, mitigação e controlo, a Universidade NOVA de Lisboa até dezembro de 2020, investiu 2 milhões EUR, com maior incidência nas Matérias-primas e subsidiárias (30%), no Equipamento básico (21%) e no Equipamento de informática (8%).

Entidade Constitutivas	Total	Peso Relativo
Faculdade de Ciências e Tecnologia	61 361 €	3%
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	234 460 €	12%
Nova School of Business & Economics	162 457 €	8%
NOVA Medical School Faculdade de Ciências Médicas	880 437 €	43%
NOVA School of Law	23 835 €	1%
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	3 400 €	0%
NOVA Information Management School	125 763 €	6%
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier	299 968 €	15%
Escola Nacional de Saúde Pública	57 855 €	3%
Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa	148 842 €	7%
Serviços de Ação Social	34 343 €	2%
Total	2 032 720 €	100%

Quadro 43 – Evolução de despesa paga no âmbito COVID-19 por Entidade Constitutiva - 2020

A distribuição da despesa paga nas medidas COVID-19 constata-se que 70% refere-se a medidas de prevenção e contenção e os restantes 30% para garantir a normalidade da operação da NOVA.

Medida COVID	Despesa Paga	Peso
Medida 095 - Prevenção, contenção, mitigação e tratamento	1 413 517 €	70%
Medida 096 - Garantir normalidade	619 203 €	30%
Total	2 032 720 €	100%

Quadro 44 – Distribuição de despesa paga por medida COVID-19 – 2020

De referir que a despesa paga no âmbito COVID-19 foi maioritariamente na atividade de Ensino e Investigação, com predominância nas fontes de financiamento de receitas próprias.

Atividade	Despesa Paga	Peso
Ensino	977 419 €	48%
Investigação	869 107 €	43%
Administração	148 842 €	7%
Serviços Auxiliares	37 352 €	2%
Total	2 032 720 €	100%

Quadro 45 – Distribuição de despesa paga no âmbito COVID-19 por atividade – 2020

Fonte Financiamento	Despesa Paga	Peso
Receitas Gerais	488 827 €	24%
Receitas Próprias	1 472 804 €	72%
Financiamento U.E.	71 089 €	3%
Total	2 032 720 €	100%

Quadro 46 – Distribuição de despesa paga no âmbito COVID-19 por fonte de financiamento – 2020

Em termos de componente de receita no âmbito de receitas próprias associada à contingência COVID-19, a NOVA estimou uma redução de receitas próprias em cerca de 4,6 milhões EUR, com uma grande incidência em:

- Propinas – estimativa de 1,9 milhões EUR
- Alimentação e alojamento
 - Devolução e suspensão dos pagamentos de alojamento dos alunos que saíram das residências; devolução das reservas efetuadas antecipadamente; quebra na receita de alimentação das cantinas e bares;
- Aluguer de espaços e equipamentos – estimativa de 282 626 EUR
 - Quebra com os cancelamentos de eventos e alugueres de auditórios
- Matérias de consumo – estimativa de 322 224 EUR
 - Inoculação de vacinas: febre tifóide+hepatite A, hepatite A, hepatite A pediátrica, hepatite A+B, hepatite B, meningite, meningite meningocócica, poliomielite, raiva, tétano-difteria;
- Estudos, pareceres, projetos e consultadoria – estimativa de 271 509 EUR
 - Projetos de prestações de serviços a entidades privadas.

	VALOR	Peso (%)
Aumento da Receitas Próprias	1 816 721 €	100%
Serviços de laboratórios	1 816 721 €	100%
Redução da Receitas Próprias	4 474 282 €	100%
Alimentação e alojamento	797 372 €	18%
Aluguer de espaços e equipamentos	282 626 €	6%
Edifícios	1 400 €	0%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	271 509 €	6%
Instituições sem fins lucrativos	90 075 €	2%
Livros e documentação técnica	14 942 €	0%
Material de escritório	131 €	0%
Matérias de consumo	322 224 €	7%
Mercadorias	484 €	0%
Multas e penalidades diversas	24 663 €	1%
Outros	467 064 €	10%
Propinas	1 906 746 €	43%
Serviços de laboratórios	19 942 €	0%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	45 905 €	1%
Taxas diversas	229 199 €	5%

Quadro 47 – Tipologia de receita relativa à estimativa de redução de receita própria– 2020

Relativamente ao aumento de receitas próprias, a NOVA arrecadou cerca de 1,8 milhões EUR no âmbito de testes COVID-19.

4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicações orçamentais	
Receita	
Transferências recebidas / Total receitas	90%
Receitas próprias / Receita total	49%
Saldo Gerência Anterior / Receita total	16%
Receitas próprias / Receitas correntes	39%
Receita total / Receitas orçamentadas	95%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçamentadas	93%
Receitas correntes / Receita total	68%
Receitas capital / Receita total	16%
Despesa	
Despesas com pessoal / Despesa total	71%
Despesas com pessoal OE / Despesa total OE	95%
Despesa com aquisição de bens e serviços / Despesa total	17%
Despesa total / Despesa orçamentada	78%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçamentadas	80%
Despesas correntes / Despesa total	96%
Despesas capital / Despesa total	4%

Quadro 48 – Indicadores orçamentais – 2020

4.4. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Recebimentos	Fontes de Financiamento (2020)				
	RG	RP	U.E.	Fundos alheios	Total Orç.
R101 - Saldo da gerência anterior	7 614 227 €	14 097 917 €	10 060 425 €	736 667 €	31 772 570 €
Operações Orçamentais	7 614 227 €	13 851 317 €	10 060 425 €		31 525 970 €
Operações tesouraria - Saldo da gerência anterior				736 667 €	0 €
Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras		246 600 €			246 600 €
Receita corrente	73 043 697 €	54 429 941 €	11 468 660 €	0 €	138 942 298 €
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	0 €	34 579 667 €	0 €	0 €	34 579 667 €
R4 - Rendimentos de propriedade	0 €	1 019 €	0 €	0 €	1 019 €
R5 - Transferências correntes	73 043 697 €	8 307 679 €	11 468 660 €	0 €	92 820 036 €
Administração Central - Estado Português	73 043 697 €	95 967 €	155 905 €		73 295 569 €
Administração Central - Outras entidades	0 €	1 561 236 €	242 914 €		1 804 150 €
Administração Local	0 €	513 131 €	0 €		513 131 €
Exterior - U E	0 €	355 485 €	11 069 841 €		11 425 326 €
Outras	0 €	5 781 860 €	0 €		5 781 860 €
R6 - Venda de bens e serviços	0 €	11 487 141 €	0 €	0 €	11 487 141 €
R7 - Outras receitas correntes	0 €	54 435 €	0 €	0 €	54 435 €
Receita de capital	208 164 €	31 046 104 €	1 404 421 €	0 €	32 658 689 €
R9 - Transferências de capital	208 164 €	31 046 104 €	1 404 421 €	0 €	32 658 689 €
Administração Central - Estado Português	208 164 €	0 €	0 €		208 164 €
Administração Central - Outras entidades	0 €	30 963 216 €	100 854 €		31 064 070 €
Exterior - U E	0 €	0 €	1 303 567 €		1 303 567 €
Outras	0 €	82 888 €	0 €		82 888 €
R10 - Outras receitas de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	0 €	990 126 €	3 647 €	0 €	993 773 €
Receita Efetiva	73 251 861 €	86 466 172 €	12 876 728 €	0 €	172 594 760 €
Total	80 866 088 €	100 564 089 €	22 937 153 €	0 €	204 367 330 €
Operações de tesouraria				6 123 301 €	

Pagamentos	Fontes de Financiamento (2020)				
	RG	RP	U.E.	Fundos alheios	Total
Despesa corrente	75 991 959 €	74 321 010 €	9 811 181 €		160 124 150 €
D1 - Despesas com o pessoal	73 088 656 €	41 395 755 €	3 980 124 €		118 464 534 €
Remunerações Certas e Permanentes	59 507 857 €	30 664 940 €	2 978 380 €		93 151 177 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	231 385 €	2 850 120 €	272 295 €		3 353 800 €
Segurança Social	13 349 413 €	7 880 694 €	729 449 €		21 959 557 €
D2 - Aquisição de bens e serviços	2 391 011 €	23 296 848 €	2 807 604 €		28 495 463 €
D3 - Juros e outros encargos	0 €	0 €	0 €		0 €
D4 - Transferências correntes	506 280 €	7 754 199 €	2 841 558 €		11 102 037 €
Administração Central - Estado Português	0 €	279 617 €	0 €		279 617 €
Administração Central - Outras entidades	8 780 €	2 229 429 €	52 670 €		2 290 880 €
Administração Regional	0 €	0 €	0 €		0 €
Entidades do setor não lucrativo	0 €	1 014 419 €	37 232 €		1 051 651 €
Famílias	492 500 €	3 846 712 €	2 352 277 €		6 691 490 €
Outras	0 €	309 021 €	399 379 €		708 400 €
Subsídios correntes	5 000 €	75 000 €	0 €		80 000 €
D5 - Outras despesas correntes	6 013 €	1 874 209 €	181 895 €		2 062 116 €
Despesa de capital	1 049 394 €	4 762 818 €	1 454 837 €		7 267 049 €
D6 - Aquisição de bens de capital	1 049 394 €	4 723 473 €	1 454 837 €		7 227 704 €
D7 - Investimento	0 €	39 346 €	0 €		39 346 €
Administração Central - Outras entidades	0 €	39 346 €	0 €		39 346 €
Despesa efetiva	77 041 353 €	79 083 828 €	11 266 018 €		167 391 199 €
Despesa não efetiva	90 890 €	39 110 €	0 €		130 000 €
D9 - Despesa com ativos financeiros	90 890 €	39 110 €	0 €		130 000 €
Total	77 132 243 €	79 122 938 €	11 266 018 €		167 521 199 €
Operações de tesouraria				5 497 819 €	5 497 819 €
Saldo para a gerência seguinte	3 733 846 €	21 441 150 €	11 671 134 €	1 362 149 €	38 208 280 €
Operações Orçamentais	3 733 846 €	21 441 150 €	11 671 134 €		36 846 130 €
Operações tesouraria				1 362 149 €	1 362 149 €
Saldo global (receita efetiva - despesa efetiva)	(3 789 492 €)	7 382 343 €	1 610 709 €		5 203 561 €
Despesa primária (despesa efetiva - juros)	77 041 353 €	79 083 828 €	11 266 018 €		167 391 199 €
Saldo corrente (receita corrente - despesa corrente)	(2 948 262 €)	(19 891 069 €)	1 657 479 €		(21 181 852 €)
Saldo de capital (receita capital - despesa capital)	(841 230 €)	26 283 286 €	(50 417 €)		25 391 640 €
Saldo primário (receita efetiva - despesa primária)	(3 789 492 €)	7 382 343 €	1 610 709 €		5 203 561 €
Receita total	80 866 088 €	100 564 089 €	22 937 153 €		204 367 330 €
Despesa total	77 132 243 €	79 122 938 €	11 266 018 €		167 521 199 €

Quadro 49 – Desempenho Orçamental 2020

5

OUTRAS MATÉRIAS

5. COVID -19

No final de 2019 um novo vírus da estirpe coronavírus, designado COVID-19, surgiu na China, espalhando-se rapidamente por todo o mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar uma situação de pandemia.

Atenta à realidade internacional, a Universidade Nova de Lisboa desde cedo adotou um conjunto de medidas para evitar a propagação do vírus Covid-19 e permitir manter o princípio de continuidade de todas as atividades, das quais destacamos:

- Disponibilização de dispensadores de solução alcoólica nos espaços comuns (corredores, refeitórios/cafetarias, zonas de refeições);
- Criação de área reservada à divulgação de informação atualizada sobre o COVID-19 no sítio da Internet da NOVA, nos sítios de Internet das Unidades Orgânicas e na Intranet da NOVA, com a indicação do contacto de um ponto focal designado para esclarecimento de dúvidas;
- Sessões de informação aos estudantes e colaboradores com especialistas convidados para o efeito (quando necessário);
- Suspensão de reuniões científicas públicas na NOVA com mais de 50 pessoas e com participantes provenientes do estrangeiro;
- Suspensão de quaisquer eventos públicos não científicos no perímetro da Universidade;
- Suspensão do ensino prático clínico da Medicina que leva alunos aos hospitais;
- Substituição das aulas (teóricas e práticas), sempre que possível, por conteúdos e-learning;
- Minimização das viagens ao estrangeiro, que, caso tenham ocorrido para as zonas consideradas de risco, implicam quarentena social de 14 dias;
- Manutenção do trabalho nos Laboratórios, usando e reforçando escrupulosamente as medidas de profilaxia explícitas no Plano de Contingência;
- Redução do pessoal de apoio presente na Universidade e nas Unidades Orgânicas, promovendo o trabalho a partir de casa;
- Eliminação do controlo biométrico;
- Redução da frequência de pessoas em cantinas e residências ao mínimo possível, apelando aos alunos para que o façam.

No dia em que a Organização Mundial de Saúde declarou a COVID-19 pandemia, a Universidade NOVA de Lisboa decidiu, a partir do dia 16 de março de 2020, suspender todas as aulas presenciais que ainda não tivessem sido substituídas pelo ensino através de plataformas digitais, encerrando também bibliotecas e salas de estudo.

Tendo sido decretado o estado de emergência em Portugal no dia 18 de março de 2020, o Governo promulgou um decreto de lei que determina um conjunto de medidas que entraram em vigor a 22 de março de 2020, as quais visam conter a transmissão do novo coronavírus e a expansão da doença COVID-19.

Assim, em linha com as orientações do Governo, procurando garantir o regular funcionamento da instituição e respeitando todas as normas de saúde pública, a Universidade NOVA de Lisboa, determinou que, a partir de dia 23 março de 2020:

- O trabalho à distância ou teletrabalho passou a ser aplicado a todos os trabalhadores da NOVA, com exceção das situações em que era imperioso continuar a assegurar trabalho presencial;
- Foram considerados serviços essenciais com necessidade de presença física dos trabalhadores em instalações da NOVA:
 - Atividades tecnológicas, médicas e biológicas, associadas à investigação científica, incluindo laboratórios, cabendo aos Diretores das Unidades Orgânicas determinar os serviços essenciais que teriam de continuar a ser garantidos;
 - Serviços prestados nas cantinas e residências, que deveriam ser assegurados através de um regime de rotatividade dos trabalhadores afetos a esta atividade;
 - Serviços de manutenção, limpeza e vigilância dos edifícios e espaços exteriores/verdes;
 - Serviços mínimos administrativos, técnicos e financeiros necessários ao funcionamento da Universidade no atual contexto.

Dado o fim do estado de emergência a 02 de maio de 2020 a UNL procedeu a um plano de levantamento faseado e seguro das restrições, que vigorou de 04 de maio a 31 de agosto, onde esteve presente o uso obrigatório de máscaras – tendo sido disponibilizadas gratuitamente pela NOVA até ao final do semestre, o distanciamento social obrigatório em todas as situações presenciais, e a preferência por ensino à distância e teletrabalho, sempre que fosse possível.

A Universidade NOVA de Lisboa a 22 de maio de 2020 realizou testes serológicos à comunidade académica. Sendo testados professores, investigadores, funcionários e alunos que frequentavam aulas presenciais e ainda todos os que estão em residências universitárias. Os testes, gratuitos e voluntários, foram efetuados em todas as faculdades, institutos e escola da NOVA, bem como na Reitoria.

Realizada a colheita de sangue, as amostras foram, posteriormente, analisadas na NOVA Medical School - Faculdade de Ciências Médicas (NMS|FCM). Esta foi mais uma iniciativa que a NOVA desenvolveu para garantir as melhores condições sanitárias e de segurança, tendo em vista ano académico (2020-21).

A 6 de julho de 2020 o foi elaborado um despacho com os Princípios, Normas Gerais e Medidas Estruturais para o Ano académico de 2020/2021.

A 10 de agosto de 2020 foi criado um Grupo de Missão NOVA COVID out 2020/21, onde qualquer ocorrência de risco ou factual relacionada com a COVID num Unidade Orgânica, deveria comunicada a este grupo para ser devidamente acompanhada e aconselhada. Este grupo também acompanhou de forma proactiva e sempre em estrita colaboração com as Unidades Orgânicas, o desempenho das estratégias locais COVID OUT.

A 19 de outubro foi atualizado o Plano de Contingência de acordo com orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS), onde os estudantes e colaboradores da NOVA foram informados sobre a doença por coronavírus (COVID-19) e sobre as formas de evitar a transmissão, através dos meios mais adequados: circulares informativas por correio eletrónico, sítios da NOVA e de todas as suas unidades orgânicas na Internet, Intranet da NOVA, afixação de cartazes nos espaços comuns, etc. De igual modo, a informação sobre as recomendações e procedimentos estabelecidos no Plano de Contingência da NOVA para a Doença por Coronavírus (COVID-19) continuará a ser amplamente divulgada, através dos meios mais adequados, por toda a comunidade académica da NOVA.

A 14 de janeiro de 2021 com a recomendação às instituições científicas e de ensino superior no contexto das medidas extraordinárias do estado de emergência do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a UNL atualizou o seu Plano de Contingência onde foi elaborado um despacho com indicações para que fossem tomadas as medidas adequadas de acordo com as medidas de contingência decretadas, determinando que serviços teriam que ter trabalho presencial e quais poderiam manter o teletrabalho.



6

OBRIGAÇÕES FISCAIS

6. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Nos termos do artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, pelo que não existe qualquer dívida vencida.

N
B

7

CUMPRIMENTO DE RÁCIOS FINANCEIROS E LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

7. CUMPRIMENTO DE RÁCIOS FINANCEIROS E LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

À data de 31 de dezembro de 2020 a Universidade NOVA de Lisboa não tinha dívida bancária. Quanto à capacidade de endividamento, tal como definida no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, ascendia a 48,7 milhões EUR.

A autonomia financeira fixou-se em 57%. Este indicador encontra-se enviesado pela forma como os subsídios ao funcionamento, que atingem valores muito elevados na NOVA, são relevados. Com efeito, com a assinatura de um contrato de financiamento, o Ativo líquido é aumentado pela dívida da entidade financiadora (rubrica de Outros devedores), em contrapartida do diferimento do financiamento obtido no Passivo (rubrica de Proveitos diferidos). Quanto maior for o montante dos contratos assinados na NOVA, mais este indicador se degradará, pois aumentará o Ativo líquido, sem qualquer contrapartida nos Fundos Próprios. Caso a NOVA reconhecesse apenas o ativo e passivo pela execução dos projetos, o ativo diminuiria 105,5 milhões EUR, ficando com o rácio da autonomia financeira nos 75%, cumprindo assim o limite fixado no art.º 7.º do D.L. 20/2017, de 21 de fevereiro.

	2020	2019
Ativo Líquido	401 565 165 €	311 254 227 €
Ativo Líquido (Ajustado)	296 021 487 €	294 876 254 €
Endividamento	- €	- €
Fundos Próprios	228 174 515 €	231 504 840 €
Cash-Flow	12 176 734 €	1 767 014 €
Grau de Autonomia		
SNC-AP	57%	75%
SNC-AP (Ajustado)	77%	79%
Quádruplo do Cash-Flow	48 706 937 €	7 068 055 €

Quadro 50 – Limites Endividamento 2019

No que concerne ao rácio das receitas próprias (outras receitas) sobre o total de receita efetiva (expurgando os saldos de gerência anterior), verifica-se que este se fixou em 58%, ou seja, bem acima do mínimo exigido pela lei (50%) para a NOVA manter o regime fundacional.

Fonte de financiamento	Receita Cobrada Líquida	Peso Relativo
Receita Geral	73 251 861 €	42%
Outras Receitas	99 342 899 €	58%
Total	172 594 760 €	100%

Quadro 51 – Rácio da Capacidade de Autonomia

8

AÇÕES FUTURAS

8. AÇÕES FUTURAS

O Plano Estratégico da NOVA para o horizonte temporal 2020-2030, que foi aprovado pelo Conselho Geral e homologado pelo Conselho de Curadores, continuará a servir de guia à ação futura da NOVA.

De entre essas medidas, destaca-se pelo seu impacto, as seguintes:

1. Atrair e reter o melhor talento (nacional e internacional)
2. Alinhamento estratégico e sustentabilidade financeira da Universidade
3. Endogeneização da Sustentabilidade nos 3 eixos de Missão: Ensino, Investigação e Criação de Valor
4. Desenvolvimento da Universidade enquanto organização (Campi 21)
5. Impacto da Universidade no Território a Sul (Campus Sul)
6. Política agressiva para a Inclusão



9

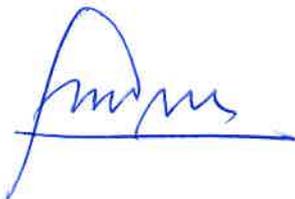
PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATIVIDADES E CONTAS E DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

9. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATIVIDADES E CONTAS E DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

É convicção do Conselho de Gestão de que o Relatório de Atividades e Contas e os demais documentos de prestação de contas, que foram elaboradas de acordo com o normativo SNC-AP, as instruções do Tribunal de Contas e as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística NOVA.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 se apurou um Resultado Líquido do Exercício positivo, no montante de 3 492 785 euros, o Conselho de Gestão propõe:

- Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- Que a totalidade do “Resultado Líquido do Exercício” seja transferida para “Resultados Transitados”.



ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SNC-AP

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Universidade NOVA de Lisboa (NOVA)

NIF: 501 559 904

Endereço: A NOVA possui a sua sede no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Código da classificação orgânica: 121 038 900

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime jurídico: Fundação pública de direito privado

Regime financeiro: Autonomia administrativa, financeira e patrimonial

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Universidade NOVA de Lisboa foi fundada a 11 de agosto de 1973. Integrada numa estrutura de expansão e diversificação do ensino superior, a NOVA adotou, desde o início, um modelo estrutural considerado novo no contexto universitário português. Esta estrutura foi organizada de acordo com um modelo departamental e interdisciplinar, associado à Tecnologia, simultaneamente com as Ciências Sociais e Humanas e as Ciências Médicas.

Em 2007, a publicação do RJIES revogou um conjunto de princípios legais para o setor da Educação e introduziu alterações no modelo de governança das Universidades Portuguesas. Conforme previsto no artigo 172.º do RJIES, as universidades têm a possibilidade de decisão sobre o modelo de gestão: Instituto Público de Regime Especial vs. Fundação Pública de Direito Privado.

Através do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, e com a consequente aprovação dos novos Estatutos da Universidade NOVA de Lisboa, homologados pelo Despacho Normativo n.º 2/2017, de 2 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 91, de 11 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 482-A/2017, de 7 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 19 de julho, deu-se a transformação da Universidade NOVA de Lisboa em fundação pública com regime de direito privado.

Os Estatutos da NOVA foram publicados no DR n.º 91, 2ª série, de 11 de maio de 2017 e posteriormente a Declaração de Retificação n.º 482-A/2017 foi publicada no DR n.º 138, 2ª série, de 19 de julho de 2017, a 1ª alteração.

De acordo com o publicado nos Estatutos da NOVA:

- i) A Universidade Nova de Lisboa é uma fundação pública com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, cultural, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, nos termos da Constituição e da lei.
- ii) A Universidade Nova de Lisboa adota a designação de «Universidade NOVA de Lisboa» em língua portuguesa e de «NOVA University Lisbon» em língua inglesa.
- iii) A Universidade NOVA de Lisboa tem sede em Lisboa.
- iv) A Universidade NOVA de Lisboa pode, nos termos da lei, criar unidades orgânicas fora da sua sede.
- v) A Universidade NOVA de Lisboa integra as unidades orgânicas constantes do Anexo I aos presentes estatutos, considerando -se a lista constante do anexo automaticamente atualizada em resultado da criação, extinção ou modificação de unidades orgânicas.

A Universidade NOVA de Lisboa, enquanto instituição de ensino superior pública, tem por missão servir a sociedade a nível local, regional e global, pelo avanço e disseminação do conhecimento e da compreensão entre culturas, sociedades e pessoas, através de um ensino e de uma investigação de excelência e de uma prestação de serviços sustentados num forte sentido de comunidade e com as seguintes componentes:

- i) Um ensino com perfil internacional, com ênfase nos segundos e terceiros ciclos, mas fundado em primeiros ciclos sólidos, focado nos seus estudantes e dotando-os de conhecimentos rigorosos, criatividade, espírito crítico e sentido de cidadania e de justiça que lhes permita o sucesso profissional e a liderança;
- ii) Uma investigação colaborativa, responsável e internacionalmente relevante, privilegiando áreas interdisciplinares e incluindo a investigação orientada para a resolução dos problemas que afetam a sociedade;
- iii) Uma prestação de serviços promotora da solidariedade e do desenvolvimento sustentável, nos planos da saúde, económico, tecnológico, cultural e social, alicerçada na região de Lisboa e comprometida a nível nacional e internacional, dedicando particular atenção aos países onde se fala a língua portuguesa;
- iv) Uma base alargada de participação interinstitucional voltada para a integração das diferentes culturas científicas, com vista à criação de sinergias inovadoras em todas as áreas da sua atividade.

A Universidade NOVA de Lisboa perfilha, entre outros, os seguintes valores:

- i) A liberdade de opinião e de expressão e a promoção do pluralismo;
- ii) A igualdade de tratamento e de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua ascendência, nacionalidade, género, raça, língua, origem étnica, território de origem, religião ou crença, deficiência, idade, orientação sexual, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social;
- iii) A prossecução da excelência em todas as suas áreas de atividade;
- iv) A honestidade, a integridade e a responsabilidade em todas as ações;
- v) A independência em relação a interesses alheios à prossecução dos seus objetivos;
- vi) O reconhecimento e a recompensa do mérito;
- vii) O compromisso com o serviço público, como decorre da sua natureza pública;
- viii) O compromisso com a valorização, nos diversos planos, de todos quantos nela desenvolvem a sua atividade.

A Universidade NOVA de Lisboa tem as atribuições previstas na lei e as necessárias ao pleno exercício da sua missão, em particular:

- i) A oferta de ciclos de estudos visando a atribuição dos graus académicos de licenciado, mestre e doutor, bem como cursos e atividades de especialização e de aprendizagem ao longo da vida; A realização de investigação científica fundamental e aplicada de alto nível, promovendo a difusão dos seus resultados, a valorização social e económica do conhecimento, designadamente a transferência de tecnologia, bem como o apoio à definição de políticas públicas e à inovação;
- ii) A criação de um ambiente educativo que promova a qualidade de vida e de trabalho dos estudantes e dos trabalhadores-estudantes, em particular através da ação social e de programas que fomentem o espírito de iniciativa, o empreendedorismo, as atividades artísticas, culturais e desportivas, o respeito pela diversidade cultural e social, bem como as condições para o livre exercício do associativismo estudantil;
- iii) A criação de canais de ligação ao mercado de trabalho que fomentem a inserção e a integração bem sucedidas dos diplomados na vida ativa;
- iv) O estabelecimento de formas de recrutamento e de seleção dos seus estudantes, docentes e investigadores, que assegurem a independência na avaliação do mérito individual e a competitividade internacional, nos termos da lei;
- v) A prestação de serviços à comunidade e o estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e privadas, designadamente empresariais, não -governamentais e associativas;
- vi) A criação de mecanismos rigorosos de avaliação interna e externa, cujos resultados se reflitam na afetação de recursos e na adoção de medidas de melhoria da qualidade, bem como de mecanismos de garantia da qualidade e de prestação de contas à sociedade, baseados em padrões internacionais;
- vii) A internacionalização e a cooperação cultural, científica e tecnológica, através do estabelecimento de parcerias com instituições congéneres e da mobilidade dos membros da sua comunidade académica;
- viii) O apoio ao desenvolvimento numa perspetiva de valorização recíproca e de aproximação entre os povos, com especial destaque para a cooperação transversal com os países de língua portuguesa;
- ix) A instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito, a distinguir a qualidade e a apoiar atividades que valorizem a Universidade NOVA de Lisboa nos âmbitos nacional e internacional;
- x) O patrocínio da ligação dos antigos alunos da Universidade NOVA de Lisboa à sua alma manter, nomeadamente pela promoção de redes de alumni;
- xi) A produção e difusão do conhecimento da cultura e da língua portuguesas no país e no mundo através de atividades de divulgação científica;
- xii) A realização pessoal e profissional dos seus trabalhadores, garantindo as melhores condições para as suas formações e qualificação;
- xiii) O aprofundamento da relação com a polis, contribuindo para enriquecer a sua vida cultural, artística, educativa, científica e social e para projetar o nome da área metropolitana de Lisboa no mundo.

Estrutura Organizacional Efetiva

A NOVA integra na sua organização, as seguintes entidades:

- Reitoria
É o serviço de apoio central à governação da Universidade e goza de autonomia administrativa e financeira.
- Serviços de Ação Social

São um serviço autónomo cuja missão é executar políticas de ação social escolar, através da prestação dos competentes apoios diretos e indiretos, benefícios e serviços, de forma a contribuir para favorecer o acesso e o sucesso dos estudantes da Universidade NOVA de Lisboa.

- **Unidades Orgânicas**

As unidades orgânicas da Universidade NOVA de Lisboa têm autonomia administrativa e financeira e as competências definidas na lei e nos respetivos estatutos.

As contas das entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras foram, as seguintes entidades:

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (FCT)

- Sede: Quinta da Torre, 2829-516 Caparica

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH)

- Sede: Avenida de Berna 26- C, 1069-061 Lisboa

NOVA School of Business and Economics (Nova SBE)

- Sede: Campus de Carcavelos, Rua da Holanda, n.º1, 2775-405 Carcavelos

NOVA Medical School (NMS|FCM)

- Sede: Campo dos Mártires da Pátria nº 130

Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa (FD)

- Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa

Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa (IHMT)

- Sede: Rua da Junqueira, nº 100, 1349-008 Lisboa

NOVA Information Management School (NOVA IMS)

- Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1070-312 Lisboa

Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade NOVA de Lisboa (ITQB)

- Sede: Avenida da República, Estação Agronómica Nacional, 2780-157 Oeiras

Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade NOVA de Lisboa (ENSP)

- Sede: Avenida Padre Cruz, 1600-560 Lisboa

Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa

- Sede: Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa (SASNOVA)

- Sede: Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

11
B

Organograma

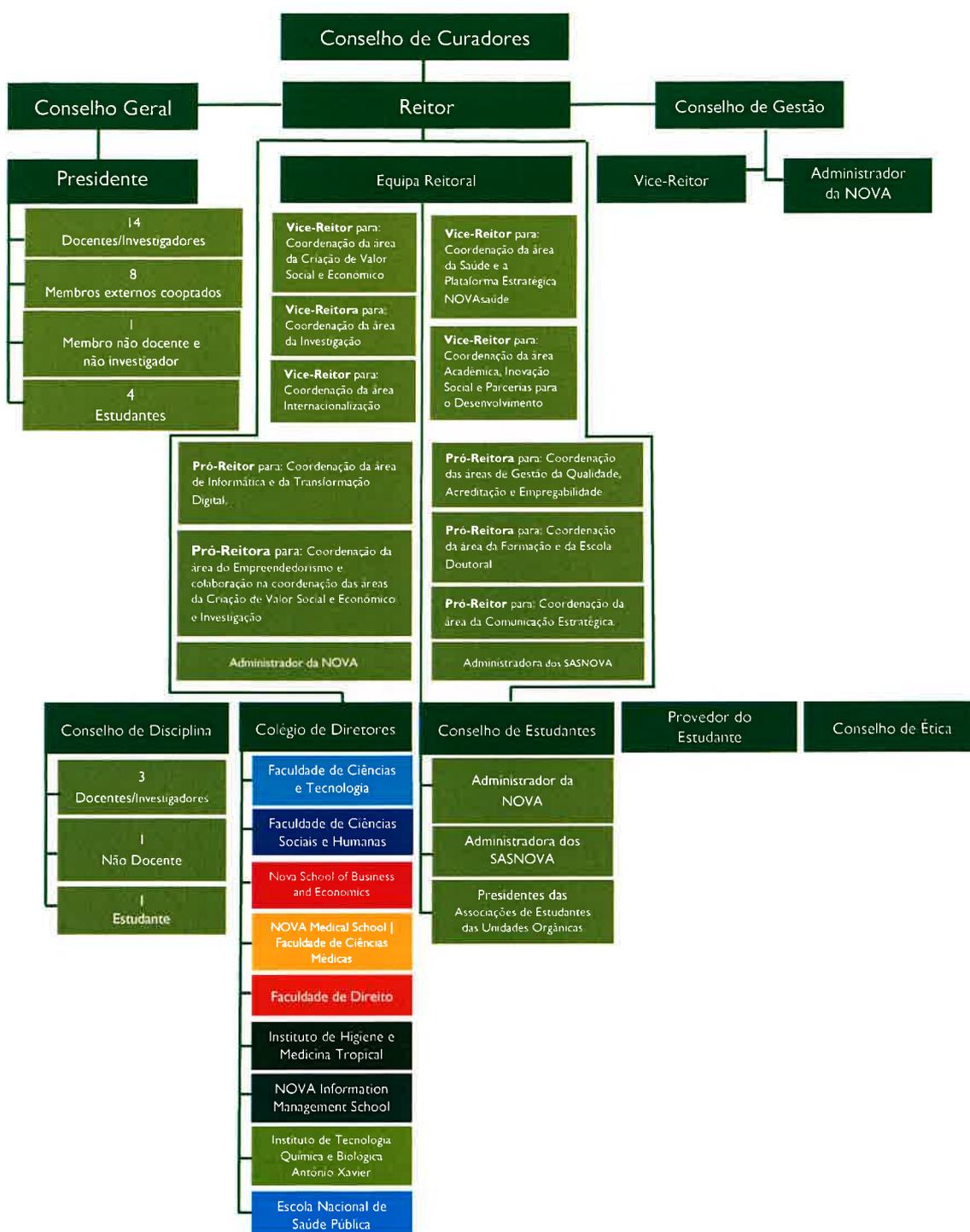


Figura 1 – Organograma da Universidade NOVA de Lisboa

Ao Conselho Geral compete, nomeadamente, aprovar o orçamento, aprovar os planos estratégicos e as contas consolidadas anuais.

O Reitor é o órgão superior de governo e de representação externa da Universidade, cabendo-lhe a condução da política da instituição e a presidência do Conselho de Gestão.

O Conselho de Gestão da NOVA, atualmente, constituído pelo Reitor, um Vice-Reitor e a Administradora da Universidade é o órgão deliberativo em matéria de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

Ao Colégio de Diretores é integrado pelos diretores das Unidades Orgânicas da NOVA e presidido pelo Reitor. Compete pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Reitor e é obrigatória a consulta a este órgão, designadamente, no que diz respeito ao Orçamento e contas anuais consolidadas.

O Conselho de Estudantes pode pronunciar-se, a pedido do Reitor, sobre quaisquer assuntos relacionados com atividades dos estudantes.

O Conselho de Disciplina é um órgão consultivo da NOVA, na área disciplinar. É composto por três docentes ou investigadores, escolhidos pelo Reitor; por um não docente, designado pelo Administrador da NOVA; e por um estudante, designado pelo Conselho de Estudantes.

O Provedor do Estudante, nomeado pelo Reitor, aprecia as reclamações colocadas pelos estudantes contra “atos ou omissões” dos órgãos da NOVA e emite recomendações.

A Universidade NOVA de Lisboa integra seis Faculdades, três Institutos e os serviços da Reitoria e de Ação Social:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia [FCT NOVA]
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [NOVA FCSH]
- Nova School of Business and Economics [Nova SBE]
- NOVA Medical School | Faculdade de Ciências Médicas [NMS | FCM]
- NOVA School of Law/Faculdade de Direito [NSL]
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical [IHMT NOVA]
- NOVA Information Management School [NOVA IMS]
- ITQB NOVA — Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier [ITQB NOVA]
- Escola Nacional de Saúde Pública [ENSP NOVA]
- Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa [Reitoria]
- Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa [SASNOVA]

N
B

Órgãos de Gestão

Órgãos	Composição	Cargo	Membros
Conselho Geral		Presidente	Dr.ª Maria Estela Barbot
		Vice-Presidente	Dr. Jorge Coelho
	Individualidades Externas Membros cooptados		Dr. Salvador de Mello
			Dr. Luís Araújo
			Dr.ª Inês de Medeiros
			Dr.ª Luísa Alexandra Ramos Amorim
			Dr. João Cadete de Matos
			Dr.ª Graça Andresen Guimarães
	Professores ou investigadores		Prof. Doutor Nuno Manuel Robalo Correia
			Prof.ª Doutora Maria Regina Faia Martins Salvador
		Prof. Doutor Fernando Eduardo Barbosa Nolasco	
		Prof.ª Doutora Maria Antonieta Ejarque da Cunha e Sá	
		Prof.ª Doutora Ana Barroso Abecasis	
		Prof. Doutor Manuel José Vilares	

Órgãos	Composição	Cargo	Membros
			Prof.ª Doutora Lúcia Raquel Mendonça Faria Marques Saraiva Teixeira Prof. Doutor João Nuno Zenha Martins Prof.ª Doutora Maria Paula Marçal Grilo Lobato Faria Prof.ª Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes Prof. Doutor Rogério Miguel do Deserto Rodrigues de Puga Prof.ª Doutora Helena Cristina de Matos Canhão Prof. Doutor Luís Miguel Rainho Catela Nunes Prof. Doutor Jorge Manuel Trigo de Almeida Simões
	Representante não docente e não investigador		Dr.ª Ana Rita Raposo Pereira Marante Rodrigues
	Representantes do Conselho de Estudantes		Joana Pais Correia João Pedro G. Vassal Joana Freitas Manuel Guarda
Reitor			Prof. Doutor João Sàágua
Equipa Reitoral	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Vice-Reitor		Prof. Doutor José Ferreira Machado
	Vice-Reitor		Prof. Doutor José Fragata
	Vice-Reitora		Prof.ª Doutora Elvira Fortunato
	Vice-Reitor		Prof. Doutor Luís Baptista
	Vice-Reitor		Prof. Doutor João Amaro de Matos
	Pró-Reitor		Prof. Doutor José Alferes
	Pró-Reitora		Prof.ª Doutora Patrícia Rosado Pinto
	Pró-Reitora		Prof.ª Doutora Isabel Nunes
	Pró-Reitora		Prof.ª Doutora Isabel Rocha
	Pró-Reitor		Dr. Luís Mergulhão
	Administrador da NOVA		Dr. José Francisco Angelino Branco
	Administradora dos SASNOVA		Dr.ª Paula Machado
Colégio de Diretores	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Diretor FCT		Prof. Doutor Virgílio Machado
	Diretor FCSH		Prof. Doutor Francisco Caramelo
	Diretor Nova SBE		Prof. Doutor Daniel Traça
	Diretor NMS/FCM		Prof. Doutor Jaime da Cunha Branco
	Diretor FD		Prof.ª Doutora Mariana França Gouveia
	Diretor IHMT		Prof. Doutor Filomeno Fortes
	Diretor NOVA IMS		Prof. Doutor Pedro Saraiva
	Diretor ITQB		Prof. Doutor Cláudio M. Soares
	Diretora ENSP		Prof.ª Doutora Carla Nunes
Conselho de Estudantes	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Administradora dos SASNOVA		Dr.ª Paula Machado
	Presidente da AEFCT		Pedro Ferreira
	Presidente da AEFCSH		Miguel Cosme
	Presidente da AENova SU		Francisco Mendes
	Presidente da AEFCM		Manuel Pereira Guarda

Órgãos	Composição	Cargo	Membros
	Presidente da AEFD		João Pedro Vassal
	Presidente da AENOVA IMS SU		António Cymbron
	Presidente da AEENSP		Nuno Augusto Ferreira Simões
Conselho de Disciplina	Docentes	Presidente	Prof. Dr. João Zenha Martins
			Prof.ª Doutora Susana Barreiros
			Prof.ª Doutora Maria Antónia Coutinho
	Não Docente		Dr.ª Lurdes Pedro
	Estudante		João Pedro Vassal
Conselho de Gestão	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Vice-Reitor		Prof. Doutor José Ferreira Machado
	Administrador da NOVA		Dr. José Francisco Angelino Branco
Provedora Estudante	do	Provedora	Prof.ª Doutora Maria da Graça Martinho

Quadro 52 – Órgãos de Gestão e de Governo

Fiscal Único

A empresa Salgueiro & Associados, SROC, Lda. com número de identificação fiscal 513640614 é o Fiscal Único da Universidade Nova de Lisboa (concurso público, com publicidade de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, com referência 03/CPI/2019), iniciando-se a prestação do serviço em 31-01-2020.

Recursos Humanos

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a NOVA tinha 3 468 colaboradores, entre pessoal docente, pessoal não docente e investigadores, tendo-se verificado um aumento de 132 colaboradores (4%) face ao seu período homólogo.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2019.

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, pelo que os números das notas em falta não são aplicáveis à NOVA ou não se consideraram materialmente relevantes.

Derrogações de disposições do SNC-AP

No período findo em 31 de dezembro de 2020, não se verificou a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP. A NOVA não implementou a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, uma vez que não foi possível desenvolver os processos suficientes que permitissem obter a informação necessária ao cumprimento dos requisitos dessa norma.

b) Comparabilidade

Como mencionado no ponto anterior, a NOVA começou a aplicar o SNC-AP a 1 de janeiro de 2019. Contudo, o plano de contas local da NOVA apresentou algumas divergências no primeiro ano de aplicação do SNC-AP para com as parametrizações da UniLeo.

Esta situação acarretou a perda de comparabilidade em algumas rubricas das demonstrações financeiras entre 2019 e 2020, implicando que as respetivas variações possam não ter a leitura mais adequada. Na prática, esta situação originou uma alteração no posicionamento de valores entre ativo e passivo, na rubrica SNC-AP “2789111 – Outros devedores - Entidade contabilística Estado” e a conta SNC-AP “2789291 – Outros credores – Outros”

Contas SNC-AP	Ano 2020		Ano 2019	
	Balço	Descrição	Balço	Descrição
2789111	B18	Outras contas a receber	B50	Outras contas a pagar
2789291	B50	Outras contas a pagar	B18	Outras contas a receber

Quadro 53 – Alteração de posicionamento de rubricas SNC-AP no balanço

No início de 2020, estas contas apresentam saldos contranatura, mas encontram-se na componente do balanço de acordo com as instruções da UniLeo. Assim, esta ocorrência provoca alterações na estrutura de ativo e passivo entre o comparativo de 2019 e inicial de 2020, no montante de 536 373 EUR.

c) Caixa e depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e Depósitos Bancários a 31 de dezembro de 2020, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5 500 €	20 851 €
Depósitos à ordem	38 202 779 €	32 241 785 €
Depósitos à ordem no Tesouro	29 996 765 €	22 020 781 €
Depósitos bancários à ordem	8 206 015 €	10 221 004 €
Total de caixa e depósitos	38 208 280 €	32 262 637 €

Quadro 54- Disponibilidades

De referir, que 35 640 EUR do total de depósitos bancários à ordem dizem respeito à conta de depósito à ordem da Fundação da NOVA de Lisboa (Fundação – IGCP - 1625) registado contabilisticamente na conta SNC-AP 1211201.

O montante evidenciado a 31 de dezembro de 2020 em Caixa e depósitos bancários apresenta o montante de 38 208 280 EUR, verificando-se assim um acréscimo de 5 945 643 EUR face ao seu período homólogo.

No final do exercício em análise, para os saldos de caixa e seus equivalentes supracitados, não se verificam montantes que não se encontrem disponíveis para uso.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NPC 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

Respeitando o Princípio de Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para reclassificação.

Consistência de apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, e salvo as exceções mencionadas na alínea b) da nota 1.2 do presente anexo às demonstrações financeiras, sempre que possível, as demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a NOVA continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Intangíveis

Mensuração

Os ativos intangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 3 – Ativos Intangíveis e encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso e se encontra nas condições necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Método de depreciação

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Vida útil

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada entre 1 a 3 anos.

Desreconhecimento

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Mensuração inicial

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	2 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

Quadro 55- Taxas de depreciação por classe de bens

Método de depreciação

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 – Locações a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 - Locações exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia

nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestações usando o modelo do juro efetivo.

c) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados:

- Em conformidade com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros (justo valor ou ao custo); ou
- Ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23 – Investimentos em Associados e Empreendimentos Conjuntos.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método do justo valor, o investimento vai sendo ajustado, pelo menos em cada data de reporte, para o seu justo valor nessa data. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período em que ocorrem.

A opção de mensuração das participações financeiras ao justo valor só está disponível para as participadas cujos instrumentos de capital próprio sejam negociados publicamente ou, não o sendo, cujo seu justo valor possa ser obtido de forma fiável. A NCP 18 – Instrumentos Financeiros determina que o justo valor é apurado com base na cotação de mercado do instrumento, quando ele existe, ou com base em técnica de avaliação.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

d) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando a NOVA se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:

- Tem uma maturidade definida;
- Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante;
- Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito).

Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo (“custo amortizado”), com a seguinte exceção:

- Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado.
- Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:
 - For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo;
 - Fizer parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou
 - For um derivado (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

De acordo com o §24 da NCP 18 – Instrumentos Financeiros, em cada data de relato, a NOVA avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a NOVA reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subseqüentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e Subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis não depreciáveis devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios reembolsáveis

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Trata-se de um passivo financeiro tal como previsto nos instrumentos financeiros.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a NOVA racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, a NOVA determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, a NOVA reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se a NOVA determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

h) Rendimento – Transações com Contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

Vendas de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

i) Rendimento – Transações sem Contraprestação

Reconhecimento do ativo

A NOVA reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

Impostos e taxas

O total da faturação relativa às propinas é reconhecido como dívida no momento de inscrição do estudante por contrapartida da relevação do correspondente Passivo (Diferimentos). Os rendimentos são reconhecidos numa base duodecimal na proporção de 4/12 no ano de inscrição, sendo os restantes 8/12 reconhecidos no ano seguinte, em consonância com o ano letivo. Findo cada ano letivo, a previsão anual de propinas é revista, de modo a refletir alterações nos rendimentos reconhecidos.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a NOVA cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente à NOVA em conformidade com a Lei do Financiamento das Universidades, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos

gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

j) Benefícios dos Empregados

A NOVA reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata;
- Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos);
- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas; e
- Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

m) Regime do acréscimo

A NOVA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a base de acréscimo, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outros Créditos a Receber”, “Outras Dívidas a Pagar” ou “Diferimentos”.

2.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Como mencionado anteriormente, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros contabilísticos da NOVA, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.4 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes;
- d) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- e) Reconhecimento do rendimento associado às taxas.

2.5 Erros materiais de períodos anteriores

No seguimento dos trabalhos de encerramento de contas, considerou-se necessário proceder a correções relativas a exercícios anteriores, e que foram agora reconhecidas na rubrica de resultados transitados, de modo a dar uma imagem mais verdadeira e apropriada das demonstrações conforme verificamos na nota 21 – outras divulgações, alínea n) património líquido) do presente anexo às Demonstrações Financeiras.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 Ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas:

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização:

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Quantia bruta escriturada no início de final do período:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	10 629 727 €	9 173 460 €	0 €	1 456 267 €	10 873 828 €	9 738 899 €	0 €	1 134 929 €
Propriedade industrial e intelectual	696 768 €	5 153 €	0 €	691 615 €	986 255 €	75 283 €	0 €	910 972 €
Outros	0 €	0 €	0 €	0 €	1 147 €	96 €	0 €	1 051 €
Ativos intangíveis em curso	120 466 €	0 €	0 €	120 466 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	11 446 961 €	9 178 613 €	0 €	2 268 348 €	11 861 230 €	9 814 277 €	0 €	2 046 953 €

Quadro 56 – Ativos intangíveis, quantias escrituradas

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações			Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Amortizações do período	
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador e sistemas de informação	1 456 267 €	245 479 €	0 €	566 817 €	1 134 929 €
Propriedade industrial e intelectual	691 615 €	29 588 €	259 899 €	70 130 €	910 972 €
Outros	0 €	1 147 €	0 €	96 €	1 051 €
Ativos intangíveis em curso	120 466 €	139 433 €	(259 899 €)	0 €	0 €
Total	2 268 348 €	415 647 €	0 €	637 043 €	2 046 953 €

Quadro 57 – Ativos intangíveis, variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi transferido da rubrica investimentos em curso do Ativo Intangível o montante de 259 899 EUR repartidos entre 171 216 EUR (NOVA

FCSH- referente a trabalhos de desenvolvimento de *software* de gestão académica) e 88 683 EUR (NSL - referente à criação da marca Nova School of Law) para a rubrica propriedade industrial e intelectual.

e) Adições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições		
	Compra	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Programas de computador e sistemas de informação	245 479 €	0 €	245 479 €
Propriedade industrial e intelectual	169 021 €	0 €	169 021 €
Outros	1 147 €	0 €	1 147 €
Total	415 647 €	0 €	415 647 €

Quadro 58 – Ativos intangíveis, adições do período

Nas adições de ativos intangíveis em 2020, temos um valor de 415 647 EUR, sendo que deste valor destacamos 105 350 EUR referente à NOVA IMS afeto à aquisição de solução de gestão documental e *workflow* e à aquisição uma solução integrada de gestão de relacionamento entre a Universidade e os Alunos, Alumni e potenciais Alunos, pelos valores respetivos de 38 315 EUR e 67 035 EUR.

f) Gastos/reversões de depreciações e amortização:

Os gastos/reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração de Resultados por Natureza.

3.2 Outras divulgações de ativos intangíveis:

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes:

Relativamente aos ativos intangíveis materialmente relevantes, destacamos 777 550 EUR (valor líquido/escriturado) referentes ao Software ERP com um período de amortização remanescente de 2 anos.

b) Ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda se encontrem em uso:

Os ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda se encontrem em uso encontram-se listados no anexo n.º 1.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2019, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP, os prédios rústicos e urbanos deveriam ter sido mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Esta reavaliação está em curso, pelo que em 2021 todos os edifícios da NOVA deverão ser participados à matriz, dependendo o registo em nome da NOVA do despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2019 são registados ao custo de aquisição líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usado:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As despesas de conservação e/ou reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

A NOVA possui as fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. A soma da quantia

escriturada líquida à data de relato, em cada uma das fichas corresponde ao total da coluna “Quantia Escriturada” do Quadro 5.

d) Quantia bruta escriturada no início de final do período:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Património histórico, artístico e cultural	93 458 €	1 526 €	0 €	91 932 €	93 458 €	1 526 €	0 €	91 932 €
	93 458 €	1 526 €	0 €	91 932 €	93 458 €	1 526 €	0 €	91 932 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	65 955 761 €	0 €	0 €	65 955 761 €	65 955 761 €	0 €	0 €	65 955 761 €
Edifícios e outras construções	206 218 405 €	62 022 472 €	0 €	144 195 933 €	206 364 631 €	65 145 329 €	0 €	141 219 302 €
Equipamento básico	70 193 529 €	64 289 720 €	0 €	5 903 809 €	73 835 232 €	66 483 989 €	0 €	7 351 243 €
Equipamento de transporte	153 890 €	153 397 €	0 €	493 €	153 890 €	153 697 €	0 €	193 €
Equipamento administrativo	25 383 371 €	23 669 974 €	0 €	1 713 396 €	26 391 049 €	24 275 975 €	0 €	2 115 074 €
Equipamentos biológicos	0 €	0 €	0 €	0 €	28 130 €	3 907 €	0 €	24 223 €
Outros	6 775 947 €	5 972 402 €	0 €	803 545 €	6 925 320 €	6 201 364 €	0 €	723 956 €
Ativos fixos tangíveis em curso	645 295 €	0 €	0 €	645 295 €	1 680 500 €	0 €	0 €	1 680 500 €
	375 326 198 €	156 107 965 €	0 €	219 218 233 €	381 334 514 €	162 264 261 €	0 €	219 070 253 €
Total	375 419 657 €	156 109 492 €	0 €	219 310 165 €	381 427 972 €	162 265 787 €	0 €	219 162 185 €

Quadro 59– Ativos fixos tangíveis, quantias escrituradas

Podemos constatar que as variações principais se referem a aumentos no equipamento básico, administrativo e Ativos fixos tangíveis em curso.

Relativamente à rubrica Edifícios e outras construções, a mesma comporta mais de metade do valor do Imobilizado da UNL, contudo não sofreu significativo incremento ao nível do valor bruto, devido à inexistência de aquisições, exceto pequenas empreitadas de reabilitação.

Tanto os terrenos e recursos naturais como o equipamento de transporte não sofreram qualquer variação. Destacamos que mais de metade do património se encontra totalmente amortizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Património histórico, artístico e cultural	91 932 €	0 €	0 €	0 €	0 €	91 932 €
	91 932 €	0 €	0 €	0 €	0 €	91 932 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	65 955 761 €	0 €	0 €	0 €	0 €	65 955 761 €
Edifícios e outras construções	144 195 933 €	820 325 €	299 945 €	3 440 334 €	656 568 €	141 219 302 €
Equipamento básico	5 903 809 €	4 096 267 €	0 €	2 636 114 €	12 718 €	7 351 243 €
Equipamento de transporte	493 €	0 €	0 €	300 €	0 €	193 €
Equipamento administrativo	1 713 396 €	1 223 757 €	10 976 €	828 285 €	4 771 €	2 115 074 €
Equipamentos biológicos	0 €	0 €	28 130 €	3 907 €	0 €	24 223 €
Outros	803 545 €	173 431 €	0 €	252 130 €	890 €	723 956 €
Ativos fixos tangíveis em curso	645 295 €	1 374 257 €	(339 052 €)	0 €	0 €	1 680 500 €
	219 218 233 €	7 688 037 €	0 €	7 161 070 €	674 946 €	219 070 253 €
Total	219 310 165 €	7 688 037 €	0 €	7 161 070 €	674 946 €	219 162 185 €

Quadro 60 – Ativos fixos tangíveis, variações do período

O valor das adições em 2020 – 8.1 milhões de euros, apesar de inferior é muito semelhante ao valor de adições em 2019, não havendo variações significativas.

O valor da rubrica de transferências internas da entidade corresponde à passagem de imobilizado em curso para imobilizado firme de algumas empreitadas que ficaram concluídas no ano.

i. Adições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições					Total
	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	236 989 €	562 687 €	99 704 €	0 €	0 €	899 381 €
Equipamento básico	4 089 553 €	0 €	0 €	6 714 €	0 €	4 096 267 €
Equipamento administrativo	1 223 757 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 223 757 €
Equipamentos biológicos	13 550 €	0 €	0 €	0 €	0 €	13 550 €
Outros	173 431 €	0 €	0 €	0 €	0 €	173 431 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 281 651 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 281 651 €
	7 018 931 €	562 687 €	99 704 €	6 714 €	0 €	7 688 037 €
Total	7 018 931 €	562 687 €	99 704 €	6 714 €	0 €	7 688 037 €

Quadro 61 – Ativos fixos tangíveis, adições do período

As adições em 2020, foram na sua maioria de equipamento básico, contribuindo para isso as rubricas de maquinaria e equipamento (865 204 EUR) do ITQB NOVA e equipamento e material de laboratório (913 102 EUR) da NMS|FCM, representado assim cerca de um terço das aquisições de equipamento básico. O valor total das adições na rubrica de equipamento básico representa mais de metade do valor de aquisições no exercício de 2020.

Outro ponto relevante durante 2020 foi a contabilização de imobilizado em curso na NMS|FCM, IHMT NOVA e Reitoria, destacando-se as empreitadas de remodelações no edifício do biotério da NMS|FCM e aquisição de AVAC para empreitada de remodelação do biotério em insectário do IHMT NOVA. O imobilizado em curso da Reitoria tem a sua origem na empreitada de reabilitação do colégio de Campolide.

Aa variações de aquisições de equipamento administrativo referem-se sobretudo à atividade de projetos de investigação.

ii. Diminuições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições		Total
	Transferência ou troca	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis			
Edifícios e outras construções	656 568 €	0 €	656 568 €
Equipamento básico	0 €	12 718 €	12 718 €
Equipamento administrativo	0 €	4 771 €	4 771 €
Outros	0 €	890 €	890 €
	656 568 €	18 379 €	674 946 €
Total	656 568 €	18 379 €	674 946 €

Quadro 62 – Ativos fixos tangíveis, diminuições do período

A diminuição na rubrica edifícios e outras construções respeita à transferência do complexo desportivo para os SASNOVA.

5.5 Excedentes de revalorização

Após reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível deve ser registado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicar-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

Em algumas circunstâncias os ativos fixos tangíveis podem ser objeto de revalorização de acordo com critérios e parâmetros a definir em dispositivo legal adequado.

A revalorização a que se refere o parágrafo anterior pressupõe a determinação, à data da revalorização, da vida útil remanescente do ativo.

Se um bem do ativo fixo tangível for revalorizado, qualquer depreciação acumulada à data da revalorização deve ser tratada de uma das seguintes formas:

a) Eliminada contra a quantia escriturada bruta do ativo, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada do ativo. Este método deve ser usado na revalorização de terrenos e edifícios;

b) Reexpressa proporcionalmente à alteração na quantia bruta registada do ativo, a fim de que a quantia escriturada do ativo após a revalorização iguale a sua quantia revalorizada. Este método deve ser usado na revalorização dos restantes ativos fixos tangíveis pela aplicação de um índice ao seu custo de reposição depreciado.

Se um bem do ativo fixo tangível for revalorizado, toda a classe a que esse ativo pertence deve ser revalorizada. Essa revalorização deve ocorrer simultaneamente para todos os bens dentro da classe a fim de evitar revalorizações seletivas de ativos e relatar quantias nas demonstrações financeiras que incluam custos e valores obtidos em datas diferentes.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for aumentada em consequência de uma revalorização, o aumento deve ser creditado diretamente no património líquido como excedentes de revalorização. Porém, este aumento deve ser inicialmente reconhecido nos resultados até ao limite em que reverta uma redução de revalorização do mesmo ativo anteriormente reconhecida nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for reduzida em consequência de uma revalorização, a redução deve ser reconhecida nos resultados. Porém, essa redução deve ser reconhecida diretamente no património líquido até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização desse mesmo ativo.

Parte ou a totalidade do excedente de revalorização incluído no património líquido relativo a ativos fixos tangíveis pode ser transferido diretamente para resultados transitados quando os ativos forem desreconhecidos. Tal pode ocorrer quando o ativo com o qual o excedente se relaciona for abatido ou alienado. Porém, parte do excedente pode ser transferido quando o ativo ainda estiver a ser utilizado pela entidade. Neste caso, a quantia do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no seu custo inicial. As transferências dos excedentes de revalorização para resultados transitados não devem passar pelos resultados do período.

Em 2009, procedeu-se à atualização do inventário do património imobiliário da NOVA e dos bens imóveis do Estado que lhe estão afetos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Diminuições	
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO				
Edifícios e outras construções	32 188 569 €	0 €	80 930 €	32 107 639 €
TOTAL	32 188 569 €	0 €	80 930 €	32 107 639 €

Quadro 63 – Excedentes de revalorização

Em 2009, procedeu-se à atualização do inventário do património imobiliário da NOVA e dos bens imóveis do Estado que lhe estão afetos, daí resultando excedentes de revalorização escriturados.

Em 2019, com a transição para o SNC-AP, deveriam ter sido atualizados para o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tal como previsto na NCP 5, porém até ao presente, ainda não foi possível à NOVA proceder a tal atualização.

5.6 Outras divulgações:

- Quantia escriturada de ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso:

Os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso encontram-se listados em anexo n.º 1.

NOTA 10 - INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado:

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A NOVA adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia escriturada de inventários:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	213 939 €	55 909 €	158 030 €	62 098 €	0 €	62 098 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 934 €	0 €	2 934 €	91 586 €	0 €	91 586 €
Total	216 873 €	55 909 €	160 964 €	153 684 €	0 €	153 684 €

Quadro 64 – Inventários

Os movimentos ocorridos na rubrica de inventários foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período				Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	62 098 €	244 538 €	99 142 €	(269 361 €)	21 612 €	158 030 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	91 586 €	0 €	(289 903 €)	(32 930 €)	234 181 €	2 934 €
Total	153 684 €	244 538 €	(190 761 €)	(302 290 €)	255 793 €	160 964 €

Quadro 65 – Inventários, movimentos do período

Com referência a 31 de dezembro de 2020, verificámos uma variação materialmente irrelevante face ao seu período homólogo. De realçar que no exercício em análise foram registadas imparidades para stock não realizável à vacina contra a Encefalite Japonesa sem prazo de validade no final do período de relato cujo montante ascendia a 55 909 EUR.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício em análise, encontra-se evidenciado na coluna “Consumo/gastos”, tendo ascendido a 190 761 EUR.

Para o exercício em análise, não verificámos montantes de outras reduções de inventários ou reversões de reduções reconhecidas como gastos ou proveitos.

NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados:

Nos termos da NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que a NOVA recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de bens, serviços ou uso de ativos).

Vendas – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando os montantes dos réditos possam ser fiavelmente quantificados;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Royalties – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria significativa do rendimento reconhecida no período:

i. Prestações de serviços:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Prestações de serviços e concessões apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2020	31/12/2019
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
Serviços específicos do setor da saúde	2 335 798 €	250 498 €
Consultas	5 621 €	7 380 €
Realização de análises clínicas	2 330 178 €	243 118 €
Serviços específicos do setor de educação	1 048 420 €	1 498 580 €
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	534 972 €	1 181 852 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	533 288 €	957 312 €
Alimentação	68 436 €	244 028 €
Alojamento	464 853 €	713 284 €
Serviços laboratoriais	328 714 €	103 053 €
Outros serviços	2 860 959 €	2 184 225 €
Outros serviços prestado ao exterior	558 386 €	183 470 €
Ações de formação	680 628 €	690 247 €
Inscrições em seminários e congressos	69 268 €	172 963 €
Outros	1 552 676 €	1 137 546 €
Total	7 642 152 €	6 175 519 €

Quadro 66 – Prestações de serviços

No exercício de 2020, a rubrica de Prestações de serviços fixou-se em 7,6 milhões EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura de rendimentos de 4,5%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento da rubrica em 1,4 milhões EUR, o que representa um acréscimo em cerca de 24%. Este aumento deve-se essencialmente aos rendimentos provenientes da realização de análise clínicas onde verificámos um aumento em 2 milhões EUR. Em sentido contrário, verificamos um decréscimo nos rendimentos provenientes da conta Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto, nomeadamente os rendimentos procedentes de alimentação e alojamento devido à atual situação pandémica que vivemos durante o ano de 2020.

ii. Venda de bens:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Vendas apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2020	31/12/2019
VENDAS DE BENS		
Fotocópias, impressos e publicações	8 300 €	14 711 €
Insígnias	40 €	315 €
Vacinas	120 366 €	317 358 €
Artigos de Loja	2 272 €	2 896 €
Outros Bens	5 545 €	16 082 €
Produtos alimentares e bebidas	88 189 €	220 753 €
Total	224 712 €	572 116 €

Quadro 67– Vendas de bens

No exercício de 2020, a rubrica de Vendas fixou-se em 224 712 EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 0,1%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos uma diminuição da rubrica em 347 405 EUR, o que representa um decréscimo em cerca de 61%. Neste sentido, verificamos um

decrécimo mais acentuado nas vendas relacionadas com vacinas e produtos alimentares e bebidas.

iii. Juros e rendimentos similares obtidos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2020	31/12/2019
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 508 €	3 867 €
Juros obtidos	4 €	166 €
De depósitos a prazo	4 €	166 €
Outros juros	0 €	0 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	778 €	1 443 €
Total	2 290 €	5 476 €

Quadro 68– Juros e rendimentos similares obtidos

No exercício de 2020, a rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos fixou-se em 2 290 EUR. Relativamente ao exercício anterior, verificámos uma diminuição da rubrica em 3 186 EUR, o que representa um decréscimo de 58%.

iv. Outros rendimentos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2020	31/12/2019
OUTROS RENDIMENTOS		
Rendimentos suplementares	2 559 478 €	3 117 627 €
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	600 547 €	721 937 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	1 676 646 €	2 070 942 €
Outros rendimentos suplementares	282 285 €	324 748 €
Recuperação de contas a receber	4 043 €	155 691 €
Ganhos em inventários	2 126 €	0 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0 €	22 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	5 021 €	16 555 €
Outros	5 646 533 €	3 687 338 €
Correções relativas a períodos anteriores	473 039 €	335 873 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 948 812 €	3 176 858 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	7 683 €	0 €
Outros não específicos	1 216 998 €	174 607 €
Total	8 217 201 €	6 977 233 €

Quadro 69– Outros rendimentos

No exercício de 2020, a rubrica de Outros rendimentos fixou-se em 8,2 milhões EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura de rendimentos de 4,8%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento da rubrica em 1,2 milhões EUR, o que representa um acréscimo em cerca de 18%. Este aumento deve-se

essencialmente aos rendimentos provenientes de imputação de subsídios e transferências para investimentos (fundamentalmente rendimentos provenientes de subsídios ao investimento para projetos de 2020 e de exercícios anteriores e registo do subsídio referente ao Polidesportivo cedido pela Reitoria aos SASNOVA) e outros rendimentos não especificados (como por exemplo, faturação à AUP – Associação das Universidades Portuguesas e rendimentos relacionados com a otimização do IVA). Os montantes referentes a Imputação de subsídios e transferências para investimentos englobam fundamentalmente os. A. Em sentido contrário, verificámos uma diminuição dos rendimentos suplementares (arrendamentos de espaços, alugueres de equipamentos, estudos, projetos e assistência tecnológica) em 558 149 EUR.

NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 Rendimento de transações sem contraprestação:

Numa transação sem contraprestação a NOVA ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

a) Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente:

i. Impostos, evidenciado separadamente as classes principais de impostos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Impostos, contribuições e taxas apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação sem Contraprestação	31/12/2020	31/12/2019
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS		
Taxas	37 046 116 €	32 712 948 €
Emolumentos	932 261 €	910 712 €
Propinas	35 107 090 €	30 625 478 €
Outras	1 006 766 €	1 176 758 €
Multas e outras penalidades	48 504 €	79 549 €
Juros de Mora de Propinas	29 485 €	37 426 €
Outras multas e penalidades	19 020 €	42 124 €
Total	37 094 621 €	32 792 498 €

Quadro 70– Impostos, contribuições e taxas

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Impostos, contribuições e taxas apresenta um montante de 37 094 621 EUR, onde verificámos um aumento de 4 302 123 EUR face ao seu período homólogo. Este acréscimo da rubrica em cerca de 13 pontos percentuais, deve-se essencialmente ao aumento dos rendimentos provenientes das propinas relativas a mestrados, mestrados integrados e formação inicial, com variações absolutas de 12 798 459 EUR, 7 249 719 EUR e 6 513 052 EUR, respetivamente.

A rubrica de impostos, contribuições e taxas apresenta um peso relativo de 21,6% na estrutura de rendimentos.

ii. Transferências, evidenciado separadamente as classes principais de réditos de transferências:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS		
Transferências correntes	109 632 387 €	104 480 828 €
Transferências — Tesouro.	73 043 697 €	69 071 628 €
Transferências correntes obtidas	36 588 690 €	35 409 200 €
Subsídios correntes	8 908 491 €	8 660 676 €
Resto do Mundo - Países Terceir. e Org. Internacionais	111 082 €	119 222 €
Instituições Privadas	1 163 225 €	1 591 152 €
Instituições sem fins Lucrativos	3 800 818 €	507 560 €
Famílias	32 642 €	20 009 €
Bancos e outras Instituições Financeiras	192 406 €	209 696 €
Administração Central - Estado (Inst.s/Auto.Admin.Finar	156 340 €	2 582 €
Administração Central - SFA-Serviços e Fundos Autónom	99 952 €	156 695 €
Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	2 558 166 €	4 815 771 €
Resto do Mundo - União Europeia - Países Membros	449 236 €	1 202 989 €
Administração Local	344 624 €	35 000 €
Total	118 540 879 €	113 141 504 €

Quadro 71– Transferências e subsídios correntes obtidos

No exercício de 2020, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos fixou-se em 118 540 879 EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura de rendimentos de 69%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento da rubrica em 5 399 375 EUR, o que representa um acréscimo em cerca de 5%. Este aumento deve-se essencialmente aos aumentos das transferências correntes obtidas e dos subsídios provenientes de Instituições sem fins lucrativos (principalmente donativos provenientes da Fundação Alfredo de Sousa). Em sentido contrário, verificámos um decréscimo acentuado de rendimentos provenientes de subsídios de instituições pertencentes ao Resto do Mundo/União Europeia.

14.2 Outras divulgações:

a) Políticas contabilísticas adotadas:

Nos termos da NCP 14, os rendimentos sem contraprestação são aqueles em que a NOVA reconhece um ativo quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em determinadas circunstâncias, tal como quando um credor perdoa um passivo, pode surgir uma diminuição na quantia escriturada de um passivo anteriormente reconhecido.

b) Bases de mensuração:

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefício económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

15.1 Provisões:

a) Quantia escriturada no início e no fim do período:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe das provisões são os seguintes:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
PROVISÕES		
Processos judiciais em curso	144 311 €	144 311 €
Total	144 311 €	144 311 €

Quadro 72– Provisões

Com referência a 31 de dezembro de 2020, o valor referente a Provisões mantém-se inalterado face ao exercício anterior. O valor da rubrica fixa-se nos 144 311 EUR e diz respeito a processo judicial em curso com a empresa Strong Charon – Soluções de Segurança em que se considera que ainda possa gerar um gasto para a NOVA.

NOTA 16 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Reconhecimento inicial

Uma transação em moeda estrangeira é a que é denominada ou exige liquidação numa moeda estrangeira, incluindo transações que resultem de uma entidade:

- a. Comprar ou vender bens ou serviços cujo preço é denominado numa moeda estrangeira;
- b. Pedir emprestado ou emprestar fundos quando as quantias a pagar ou a receber são denominadas numa moeda estrangeira;
- c. Adquirir ou alienar ativos, ou assumir ou pagar passivos, denominados numa moeda estrangeira.

No momento do reconhecimento inicial, uma transação em moeda estrangeira deve ser registada moeda funcional, aplicando à quantia em moeda estrangeira a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

A data de uma transação é a data em que a transação se qualifica inicialmente para reconhecimento de acordo com as NCP.

A NOVA tem como procedimento a utilização da data de documento de despesa como referência à taxa de câmbio.

As alterações nas taxas de câmbio podem ter um impacto em caixa ou equivalentes detidos ou devidos numa moeda estrangeira. A apresentação de tais diferenças de câmbio é tratada na NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. Embora estas alterações não sejam fluxos de caixa, o efeito das alterações das taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes detidos ou devidos numa moeda estrangeira, são relatados na demonstração dos fluxos de caixa a fim de reconciliar a caixa e seus equivalentes no início e no fim do período. Estas quantias são apresentadas separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e incluem as diferenças, caso existam, se esses fluxos de caixa forem relatados às taxas de câmbio do fim do período.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Diferenças de câmbio apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
DIFERENÇAS CÂMBIO		
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	7 683 €	0 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	(19 242 €)	(38 411 €)
Total	(11 559 €)	(38 411 €)

Quadro 73– Diferenças de câmbio

A rubrica de Diferenças de câmbio favoráveis apresenta na atividade operacional, a 31 de dezembro de 2020, um montante 7 683 EUR. Por sua vez, a rubrica Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional apresenta um montante 19 242 EUR, verificando-se uma diminuição de 49,90% face ao ano anterior.

NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 31 de maio de 2021 pelo Conselho de Gestão da NOVA.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Em resultado da epidemia decorrente da propagação da doença denominada “COVID-19” foram tomadas pelo Governo decisões que originaram o confinamento social de grande parte da população, com efeitos económicos ainda não mensuráveis. Na presente data, embora exista convicção que o abrandamento económico terá efeito em algumas atividades desenvolvidas pela NOVA, não existe informação suficiente que o permita quantificar.

Importa ainda mencionar que a NOVA, no início de 2020 criou um grupo de trabalho com vista à implementação da Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração:

A transição de POC-Educação para o SNC-AP consubstanciou-se numa alteração significativa de procedimento no que toca à constituição de imparidades de dívidas a receber. Em detrimento das tópicas taxas de mora aplicadas ao valor em dívida, vem agora o SNC-AP referir, através da NCP 18, que a imparidade em dívidas a receber deve ter em conta não a sua antiguidade, mas sim a expectativa de recebimento dos montantes em dívida.

De acordo com o §24 da NCP 18, “em cada data de relato, em entidade deve avaliar a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados”.

A evidência objetiva de imparidade referida na Norma pode ser observada através dos fatores elencados no §25 da mesma NCP:

- a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- b) Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- c) O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- d) Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- f) Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Existem naturalmente outros fatores que podem afetar significativamente e que devem, na mesma medida, ser tidos em consideração a cada data de relato. No que respeita a constituição da dívida de cobrança duvidosa, o procedimento será o mesmo, quer se trate de dívidas de alunos ou outros clientes, devendo considerar-se dívidas vencidas há mais de 365 dias (data de vencimento = data de emissão do documento acrescido de 30 dias). Relativamente, à constituição da perda por imparidade, no exercício de 2020, torna-se necessário dividir a abordagem em dois âmbitos diferentes:

- Clientes: reconhecimento da perda por imparidade relativa a dívidas vencidas há mais de 365 dias (data de vencimento = data de emissão do documento acrescido de 30 dias);
- Alunos: reconhecimento da perda por imparidade relativa a dívidas vencidas em 30-04-2017 (data de emissão do documento acrescido de 30 dias).

Importa salientar que após encerramento de 2020, será analisado e revisto o procedimento a adotar no que respeita a perdas por imparidade, devido à especificidade da dívida de alunos por um lado e por outro, a existência de dívida de clientes em que houve lugar a liquidação de imposto.

18.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da constituição de imparidade era a seguinte:

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
31/12/2020				
Contas a receber de clientes e alunos	Ativo gerador de receita	7 522 437 €	1 177 093 €	6 345 343 €
Contas a receber de utentes	Ativo gerador de receita	20 766 930 €	2 446 723 €	18 320 207 €
Total		28 289 367 €	3 623 816 €	24 665 550 €
31/12/2019				
Contas a receber de clientes e alunos	Ativo gerador de receita	6 430 228 €	840 726 €	5 589 502 €
Contas a receber de utentes	Ativo gerador de receita	16 249 089 €	2 129 975 €	14 119 114 €
Total		22 679 317 €	2 970 702 €	19 708 615 €

Quadro 74– Imparidades ativos

Conforme mencionado na NCP 9, os ativos geradores de caixa são ativos detidos com o objetivo principal de gerarem um retorno económico. Todos os restantes ativos que não preenchem esta condição, apresentam-se como ativos não geradores de caixa.

No exercício de 2020 verificamos um aumento dos valores referentes a imparidades na rubrica de clientes em 22%, pelo montante de 653 115 EUR, face ao exercício homólogo. Para a NOVA são consideradas imparidades dos saldos a receber sempre que estes apresentem uma antiguidade superior a um ano.

A variação verificada engloba constituição de novas imparidades de alunos e utentes pelo valor de 943 379 EUR, reversões de imparidades constituídas anteriormente por via de recebimento de montantes a receber pelo valor de 113 451 EUR e correções de saldos referentes a exercícios anteriores no montante de 176 813 EUR.

No exercício de 2020, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes firmou-se nos 24 665 650 EUR, verificando-se um aumento de 4 957 035 EUR face ao exercício anterior. Para este aumento contribuiu a variação do prazo médio de recebimentos (PMR) que se fixou nos 200 dias em 2020, enquanto que em 2019 o seu valor é de 182 dias.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições	Quantia escriturada final	
		Compras	Outros	Outros		
Ativo não corrente						
Outros ativos financeiros	2 993 215 €		130 000 €	(2 993 215 €)	130 000 €	
Total		2 993 215 €	0 €	130 000 €	(2 993 215 €)	130 000 €

Quadro 75– Instrumentos financeiros, passivos

No ano de 2020, a rubrica de instrumentos financeiros, apresenta um montante de 130 000 EUR, onde representa um peso relativo de 0,03% no ativo. Este valor representa um empréstimo

concedido à LHEA – *Lifelong Health And Education Association*, associação sem fins lucrativos, no âmbito do 2.º plano orçamental para 2020 que previa a constituição dos associados fundadores na viabilização das operações de 2020.

Verificámos ainda a contabilização de participadas na rubrica outros ativos financeiros em 2019 pelo que em 2020 procedemos ao seu correto reconhecimento na rubrica de Investimentos financeiros.

NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 Benefícios definidos:

a) Política contabilística:

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

Todo o pessoal ao serviço da NOVA foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Reconciliação dos saldos de abertura e encerramento do período:

No exercício findo a 31 de dezembro de 2020 e 2019, a NOVA incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	851 013 €	1 270 304 €
Remunerações do pessoal	95 867 230 €	89 663 240 €
Encargos sobre remunerações	21 453 733 €	20 121 609 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	268 620 €	176 571 €
Outros gastos com o pessoal	13 865 €	12 939 €
Outros encargos sociais	287 921 €	280 721 €
Total	118 742 382 €	111 525 384 €

Quadro 76– Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal evidencia, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 118 742 382 EUR, verificando-se assim um aumento de 7 216 998 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 70,6% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente ao acréscimo de gastos com Remunerações do pessoal em 6 203 990 EUR, que faz aumentar também os gastos com Encargos sobre remunerações e gastos com Acidentes de trabalho e doenças profissionais. Este aumento encontra-se diretamente relacionado com os procedimentos de recrutamento aprovados durante o exercício de 2020, para recrutamento de pessoal docente, não docente e investigador. Verificámos também integrações nos quadros de investigadores e revisões pontuais de posicionamentos remuneratórios

Inversamente, verificámos um decréscimo dos gastos com Remunerações dos órgãos sociais e de gestão em 419 291 EUR, face ao ano de 2019.

c) Gasto total reconhecido na demonstração dos resultados:

O gasto total respeitante à rubrica em análise encontra-se devidamente refletido na Demonstração de Resultados por Natureza, sendo que foi registado o acréscimo de gastos com benefícios futuros como as férias, subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar em n+1, o qual está devidamente discriminado na alínea correspondente na Nota 21.i.

NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.1 Divulgação de controlo:

A NOVA em 31 de dezembro de 2020 tinha controlo sobre as seguintes entidades:

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final
		Direto	Indireto	
Uninova	Caparica	84,18%	0,00%	84,18%
Nova.ID	Caparica	0,00%	42,86%	42,86%
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	Lisboa	0,44%	0,44%	0,88%
Ageneral	Almada	0,00%	3,38%	3,38%
Novalmadavelha	Almada	0,00%	5,08%	5,08%
Fundação Ulisses	Lisboa	49,80%	0,00%	49,80%
Fundação Alfredo de Sousa	Cascais	0,08%	0,00%	0,08%
LHEA - Association For Lifelong Health Education (AHED)	Cascais	25,80%	0,00%	25,80%
Madam Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	Almada	25,08%	25,00%	50,08%
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Almada	6,66%	0,00%	6,66%
Bioref - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias	Porto	4,54%	0,00%	4,54%
Vortex - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Ciber-Físicos e Ciber-Segurança	Vila Nova de Gaia	15,00%	0,00%	15,00%
InnovPlant Protect - Associação	Elvas	14,00%	0,00%	14,00%

Quadro 77– Partes relacionadas, % controlo

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos investimentos financeiros era o seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
Uninova	1 551 491 €	1 510 556 €
Nova.ID	665 534 €	362 148 €
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	10 000 €	61 812 €
Ageneal	8 978 €	10 027 €
Novalmadavelha	2 993 €	16 071 €
Fundação Ulisses	71 927 €	93 055 €
Fundação Alfredo de Sousa	10 000 €	10 000 €
LHEA - Association For Lifelong Health Education (AHED)	174 219 €	190 000 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	1 677 405 €	894 545 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	5 000 €	5 000 €
Bioref - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias	5 500 €	0 €
Vortex - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Cíber-Físicos e Cíber-Segurança	75 000 €	0 €
InnovPlant Protect - Associação	14 000 €	0 €
Outras Empresas	49 040 €	40 000 €
Total	4 321 087 €	3 193 215 €

Quadro 78– Partes relacionadas, investimentos

Conforme mencionado na NCP 20, nesta nota encontram-se divulgadas as relações existentes entre as partes relacionadas quando existe controlo, bem como, a divulgação de informações acerca de transações entre a NOVA e as suas partes relacionadas.

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Investimentos financeiros evidencia o montante de 4 321 087 EUR, verificando-se assim um aumento de 1 127 872 EUR face ao exercício anterior.

A variação da rubrica supracitada deve-se essencialmente ao registo de participações financeiras de novas partes relacionadas ao custo de aquisição e ajustamentos efetuados devido à aplicação do método de equivalência patrimonial em participadas onde a NOVA detém uma percentagem de controlo.

Relativamente ao registo de novas participações financeiras, verificamos o registo das participadas *Madan Parque – Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal* (894 545 EUR), *InnovPlantProtect – Associação* (14 000 EUR), *Vortex – Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Cíber-Físicos e Cíber-Segurança* (75 000 EUR) e *Bioref - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias* (5 500 EUR). Estas foram contabilizadas durante o exercício de 2020, apesar de terem sido adquiridas durante o exercício de 2019. Para a participada *Madan Parque – Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal*, efetuou-se ainda o registo da aplicação do método de equivalência patrimonial pelo montante negativo de 56 722 EUR.

Relativamente às participadas *IBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica*, *Ageneal e NovAlmadaVelha – Agência de Desenvolvimento Local*, o método de reconhecimento em 2020 foi alterado para custo de aquisição.

Verificámos ainda o reconhecimento através do método de equivalência patrimonial para as restantes participadas.

20.2 Transações entre partes relacionadas:

As transações ocorridas em 2020 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Parte relacionada	Impostos, contribuições e taxas	Vendas	Prest. serviços e concessões	Transf. e subsídios correntes obtidos	Outros rend. e ganhos	Juros e rend. similares obtidos
RENDIMENTOS/GANHOS						
Uninova	4 198 €	0 €	11 638 €	0 €	0 €	0 €
Ibet	51 €	0 €	161 €	0 €	0 €	0 €
Nova.ID	20 939 €	0 €	19 963 €	4 260 €	0 €	0 €
Fundação Alfredo de Sousa	0 €	0 €	231 749 €	1 547 480 €	74 683 €	0 €
Total	25 188 €	0 €	263 511 €	1 551 740 €	74 683 €	0 €

Quadro 79– Partes relacionadas, transações rendimentos/ganhos

Parte relacionada	Custo das merc. vend. e das mat. consumidas	Fornec. serviços externos	Gastos com pessoal	Transf. e subsídios concedidos	Prestações sociais	Outros gastos e perdas
GASTOS/PERDAS						
Uninova	0 €	0 €	0 €	78 597 €	0 €	0 €
Nova.ID	0 €	18 050 €	0 €	307 814 €	0 €	0 €
Novalmadavelha	0 €	0 €	0 €	1 500 €	0 €	0 €
Fundação Alfredo de Sousa	0 €	1 542 854 €	0 €	0 €	0 €	0 €
LHEA - Association For Lifelong Health Education (AHED)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	15 781 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	56 722 €
Total	0 €	1 560 904 €	0 €	387 911 €	0 €	72 503 €

Quadro 80– Partes relacionadas, transações gastos/perdas

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos com as partes relacionadas eram os seguintes:

Parte relacionada	Dev. por transferências e subsídios não reembolsáveis	Clientes, contribuintes e utentes	Outras contas a receber	Fornecedores	Fornecedores investimentos	Outras contas a pagar
Uninova	15 836 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ibet	33 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Nova.ID	17 328 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Madan Parque	10 909 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundação Alfredo de Sousa	0 €	192 879 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	44 106 €	192 879 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Quadro 81– Partes relacionadas, saldos

NOTA 21 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS		
Devedores p/ transferências - participação comunitária, c/c	0 €	186 020 €
Devedores p/ atribuição de subsídios ao funcionamento, c/c	105 543 679 €	2 844 563 €
Total	105 543 679 €	3 030 583 €

Quadro 82– Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No ano de 2020, a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, com um montante de 105 543 679 EUR, apresenta uma expressão no valor total do ativo, com um peso de 26,3%, apresenta um aumento significativo, em relação ao ano de 2019 de 102 513 096 EUR.

No exercício em análise procedeu-se à uniformização do procedimento contabilístico relativo a transferências/subsídios que à luz da NCP 14 e FAQ 42 da CNC são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a NOVA cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve à uniformização do procedimento contabilístico relativo a transferências/subsídios que à luz da NCP 14 e FAQ 42 da CNC são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a NOVA cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Na rubrica, devedores por transferências - participação comunitária, procedeu-se à reclassificação por contrapartida da rubrica de clientes, contribuintes e utentes.

b) Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES		
Clientes	6 345 343 €	5 589 502 €
Clientes c/c	4 227 036 €	4 620 313 €
Clientes cobrança duvidosa	3 295 400 €	1 809 915 €
Perda por imparidades acumuladas	(1 177 093 €)	(840 726 €)
Alunos e utentes	18 320 207 €	14 119 114 €
Alunos e utentes c/c	17 905 900 €	14 685 635 €
Alunos e utentes cobrança duvidosa	2 861 030 €	1 563 454 €
Perda por imparidades acumuladas	(2 446 723 €)	(2 129 975 €)
Total	24 665 550 €	19 708 615 €

Quadro 83– Clientes, contribuintes e utentes

No ano de 2020, a rubrica de clientes, contribuintes e utentes, com um montante de 24 665 550 EUR, apresenta uma expressão no valor total do ativo, com um peso de 6,1%, apresenta um aumento em relação ao ano de 2019 de 4 956 935 EUR (25,2%).

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente ao acréscimo da conta de alunos e utentes em 4 201 193 EUR, justificado

maioritariamente pela uniformização do procedimento contabilístico relativo a especialização de propinas.

Verifica-se igualmente um acréscimo de aproximadamente 13,5% na conta de clientes justificado pela degradação da capacidade de cumprimento por parte dos nossos clientes devido à COVID-19.

c) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0 €	1 766 045 €	0 €	1 870 881 €
Imposto sobre o valor acrescentado	22 842 €	641 845 €	1 796 €	515 056 €
Contribuições para a Segurança Social	0 €	2 381 958 €	0 €	2 474 854 €
Total	22 842 €	4 789 848 €	1 796 €	4 860 792 €

Quadro 84– Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos valores a pagar evidencia a 31 de dezembro de 2020, um montante de 4 789 848 EUR, verificando-se uma diminuição de 70 944 EUR face ao seu período homólogo.

d) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
Outros devedores	432 350 €	68 014 €
Adiantamentos - Ao pessoal	3 382 €	0 €
Outros acréscimos de rendimentos	3 330 745 €	13 597 153 €
Outros devedores - receitas - Entidade Contabilística Estado	2 667 657 €	822 110 €
Outros devedores- Receita - transf / subs - até 12 meses	338 292 €	16 377 974 €
Total	6 772 426 €	30 865 250 €

Quadro 85– Outras contas a receber

A rubrica Outras contas a receber evidencia a 31 de dezembro de 2020, um montante de 6 777 326 EUR, verificando-se uma diminuição de 24 092 925 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 1,7% no total do ativo.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que a diminuição da rubrica se deve essencialmente à alteração do procedimento contabilístico relativo à especialização de projetos.

e) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
DIFERIMENTOS ATIVOS		
Economato	36 961 €	40 990 €
Seguros - Alunos	28 450 €	31 725 €
Seguros - Viaturas	0 €	0 €
Seguros - Outros	45 239 €	71 865 €
Outros gastos diferidos	420 550 €	306 313 €
Total	531 200 €	450 893 €

Quadro 86– Diferimentos ativos

No ano de 2020, a rubrica de diferimentos ativos com um montante de 531 200 EUR, apresenta uma expressão no valor total do ativo, com um peso de 0,1%, apresenta um aumento de 80 307 EUR face ao ano de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Diferimentos no passivo apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
DIFERIMENTOS PASSIVOS		
Rendimentos a reconhecer - Projetos	107 459 380 €	19 154 986 €
Propinas - 1º ciclo	4 081 583 €	4 634 157 €
Propinas - 2º ciclo	17 665 266 €	13 624 580 €
Propinas - 3º ciclo	2 339 488 €	1 998 845 €
Propinas - outros cursos	455 901 €	308 667 €
Rendimentos a reconhecer - Outros	635 874 €	4 640 808 €
Rendimentos a reconhecer – prestações de serviços	2 587 567 €	0 €
Total	135 225 059 €	44 362 043 €

Quadro 87– Diferimentos passivos

A rubrica de diferimentos passivos evidencia a 31 de dezembro de 2020, um montante de 135 225 059 EUR, verificando-se um aumento de 90 863 016 EUR face ao ano anterior, apresenta uma expressão no valor total do património líquido e do passivo, com um peso de 33,7%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente à uniformização do procedimento contabilístico relativo a transferências/subsídios que à luz da NCP 14 e FAQ 42 da CNC são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a NOVA cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

f) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FORNECEDORES		
Fornecedores c/c	855 389 €	434 141 €
Total	855 389 €	434 141 €

Quadro 88– Fornecedores

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Fornecedores apresenta o montante de 855 389 EUR, verificando-se assim um aumento de 421 248 EUR face ao seu período homólogo. A rubrica possui um peso relativo do passivo de 0,5%.

g) Fornecedores de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Fornecedores de investimentos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO		
C/C - Exigível até 12 meses	324 988 €	82 806 €
C/C - Exigível a mais de 12 meses	957 €	9 919 986 €
Total	325 944 €	10 002 791 €

Quadro 89– Fornecedores de investimento

Com referência a 31 de dezembro de 2020, verificamos que a rubrica de Fornecedores de investimento possui um saldo de 325 944 EUR, onde verificamos uma diminuição de 9 676 847 EUR face ao seu período homólogo. Esta variação deve-se essencialmente à reclassificação dos montantes registados no Passivo não corrente alusivos ao estipulado no Despacho Conjunto n.º 291/2004, referente à reafecção ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa – Colégio Almada Negreiros para a rubrica de Outras contas a pagar, conforme podemos verificar a sua análise no ponto seguinte.

h) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Passivo Não Corrente	9 916 458 €	0 €
Outros credores	9 916 458 €	0 €
Passivo Corrente	22 133 641 €	19 936 692 €
Remunerações a pagar	0 €	(2 949 €)
Remunerações a liquidar	16 179 379 €	15 453 902 €
Seguros a liquidar	0 €	(192 €)
Outros acréscimos de gastos	1 610 266 €	3 539 251 €
Cauções	53 012 €	42 473 €
Sindicatos	2 256 €	30 €
Outros credores	4 288 727 €	904 177 €
Total	32 050 099 €	19 936 692 €

Quadro 90– Outras contas a pagar

A rubrica de Contas a pagar evidencia, com referência a 31 de dezembro de 2020, um montante de 32 050 099 EUR apresentando assim um aumento face ao exercício anterior em 12 113 407 EUR. Esta variação corresponde a um aumento de 60,8%. A rubrica em questão apresenta um peso relativo no Passivo de 18,5%.

Relativamente à conta de Outros credores, incluída no Passivo não corrente e conforme mencionado no ponto anterior, verificamos um aumento pelo valor de 9 916 458 EUR. Este incremento deve-se à reclassificação dos montantes verificados em Fornecedores de investimento em 2019 para a conta de Outros credores a pagar a mais de 12 meses. Este montante diz respeito na sua totalidade a dívida relacionada com reafecção do PM 65/Lisboa. Devido aos constrangimentos orçamentais, da última década, apesar do acordo ministerial realizado em 2004, continua a não ser possível dar cumprimento ao estipulado no Despacho Conjunto n.º 291/2004, referente à reafecção ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa – Colégio Almada Negreiros, porque não foram contempladas verbas nos anos de 2006/2010, em orçamento PIDDAC, para o efeito. Como também não foi prevista qualquer verba, desde o Orçamento de 2011, para este compromisso, o total em dívida irá manter-se.

Verificamos ainda um aumento significativo nos montantes referentes a Remunerações a liquidar, devido ao aumento do número de pessoal docente, não docente e investigador durante o exercício de 2020 que terá repercussões nas estimativas dos gastos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2021. Verificámos ainda um aumento significativo da conta de Outros credores em 3 384 551 EUR face ao seu período homólogo.

Inversamente, verificámos uma diminuição do montante referente à conta outros acréscimos de gastos em 1 928 985 EUR. Aqui encontram-se contabilizados os gastos referentes a períodos seguintes, mas que o respetivo documento de despesa já foi devidamente rececionado.

i) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratos	230 745 €	179 496 €
Serviços de saúde	230 745 €	179 496 €
Serviços especializados	16 639 322 €	17 719 666 €
Trabalhos especializados	6 872 893 €	6 707 553 €
Publicidade, comunicação e imagem	600 007 €	533 173 €
Vigilância e segurança	2 158 979 €	2 060 022 €
Honorários	1 497 629 €	1 285 023 €
Conservação e reparação	1 552 749 €	1 732 530 €
Outros serviços especializados	3 957 065 €	5 401 364 €
Materiais de consumo	3 689 755 €	3 930 540 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	547 035 €	583 266 €
Livros e documentação técnica	229 840 €	260 003 €
Material de escritório	153 514 €	234 860 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	66 710 €	88 940 €
Produtos químicos e de laboratórios	2 692 655 €	2 763 471 €
Energia e fluídos	3 169 268 €	3 378 726 €
Eletricidade	2 436 812 €	2 524 608 €
Combustíveis e lubrificantes	11 250 €	22 333 €
Água	517 946 €	570 551 €
Outros	203 259 €	261 234 €
Deslocações, estadas e transportes	642 088 €	2 862 188 €
Deslocações e estadas	620 458 €	2 707 192 €
Transportes de pessoal	3 547 €	109 007 €
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	18 083 €	45 989 €
Serviços diversos	3 871 715 €	3 807 290 €
Rendas e alugueres	1 194 513 €	1 189 587 €
Comunicação	234 496 €	213 768 €
Seguros	210 996 €	182 098 €
Royalties	139 438 €	108 876 €
Contencioso e notariado	5 206 €	10 179 €
Despesas de representação dos serviços	50 673 €	144 912 €
Limpeza, higiene e conforto	1 995 953 €	1 909 934 €
Outros serviços	40 441 €	47 937 €
Total	28 242 892 €	31 877 907 €

Quadro 91– Fornecimentos e serviços externos

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos evidencia um montante de 28 242 892 EUR, verificando-se assim uma diminuição de 3 635 015 EUR face ao seu período homólogo. A rubrica possui um peso relativo de 16,8% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica se deve à diminuição de várias contas de fornecimentos e serviços externos, onde destacamos as seguintes contas com as respetivas diminuições: a) Deslocações e estadas (2 086 734 EUR), b) Outros serviços especializados (1 444 299 EUR), c) Materiais de consumo (240 785 EUR), d) Energia e fluídos (209 458 EUR), e) Conservação e reparação (179 781 EUR), f) Transportes de pessoal (105 460 EUR) e g) Despesas de representação dos serviços (94 239 EUR). Após analisar as contas supracitadas, concluímos que a situação pandémica que teve início no nosso país no mês de março de 2020 afetou os gastos do exercício em análise. Devido ao confinamento obrigatório e às deslocações se encontrarem condicionadas, ou proibidas, durante o exercício de 2020 os gastos relativos a deslocações e estadas, transportes de pessoal, despesas de

representação dos serviços e materiais de consumo diminuíram consideravelmente. Também as contas referentes a Conservação e reparação e Outros serviços especializados apresentam diminuições significativas relacionadas indiretamente com a situação pandémica referida.

Em sentido inverso, verificámos o aumento dos gastos do exercício face ao seu período homólogo nos gastos referentes a a) Honorários (212 606 EUR), b) Trabalhos especializados (165 340 EUR), c) Vigilância e segurança (98 957 EUR) e d) Limpeza, higiene e conforto (86 019 EUR).

j) Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS		
Transferências correntes concedidas	3 326 626 €	2 879 007 €
Entidades Públicas	2 377 868 €	2 013 164 €
Entidades Privadas	891 809 €	751 140 €
Bolseiros s/ Vínculo	56 949 €	114 703 €
Subsídios correntes concedidos	6 510 276 €	8 851 904 €
A Associações de Estudantes	147 631 €	114 500 €
Bolsa de Investigação	5 325 402 €	6 788 362 €
Bolsa de estudantes	1 037 243 €	1 949 043 €
Outros subsídios e transferências de capital	293 246 €	229 699 €
Total	10 130 148 €	11 960 610 €

Quadro 92– Transferências e subsídios concedidos

A rubrica de Transferências e subsídios correntes concedidos evidencia, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 10 130 148 EUR, verificando-se assim uma diminuição de 1 830 462 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 6% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica se deve essencialmente à diminuição dos montantes atribuídos a bolsas de investigação e bolsas de estudantes, de 1 462 960 EUR e 911 800 EUR, respetivamente. Em sentido contrário, verificámos um aumento das transferências correntes concedidas a entidades públicas e privadas em 505 373 EUR.

k) Prestações sociais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Prestações sociais apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
PRESTAÇÕES SOCIAIS		
Seguro social voluntário	243 145 €	309 235 €
Total	243 145 €	309 235 €

Quadro 93– Prestações sociais

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Prestações sociais apresenta o montante de 243 145 EUR o que representa uma diminuição de 66 091 EUR, cerca de 21,4%, face ao seu período homólogo.

A rubrica de Prestações sociais engloba os gastos do período referentes ao seguro social voluntário. Este seguro apresenta-se como regime contributivo de carácter facultativo que visa garantir o direito à Segurança Social dos bolseiros da NOVA que não se enquadrem de forma obrigatória no âmbito de regimes de proteção social.

l) Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros gastos e perdas apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Impostos e taxas	47 213 €	37 248 €
Impostos diretos	6 155 €	16 111 €
Taxas	41 058 €	21 137 €
Dívidas incobráveis	0 €	51 595 €
Perdas em inventários	2 295 €	17 697 €
Quebras	814 €	3 441 €
Outras	1 480 €	14 256 €
Gastos em investimentos não financeiros	12 693 €	38 534 €
Abates	12 693 €	38 534 €
Outros	1 714 910 €	1 165 651 €
Correções relativas a períodos anteriores	903 616 €	740 946 €
Donativos	562 687 €	0 €
Quotizações	118 496 €	253 629 €
Ofertas e amostras de inventários	75 €	546 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	4 206 €	7 419 €
Outros não especificados	125 830 €	163 112 €
Juros e encargos suportados	0 €	1 €
Juros de financiamentos obtidos	0 €	1 €
Total	1 777 110 €	1 310 726 €

Quadro 94– Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas apresenta, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 1 777 110 EUR, verificando-se assim um aumento de 466 384 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 1,1% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente aos aumentos verificados nas contas referentes a donativos e correções de exercícios anteriores, pelos montantes de 562 687 EUR e 162 670 EUR, respetivamente. A conta de donativos engloba o montante referente à cedência do complexo desportivo cedido a título gratuito aos Serviços de Ação Social da NOVA. A conta de correções de exercícios anteriores engloba, no período em análise, reclassificações de gastos referentes a exercícios anteriores.

No sentido inverso, verificámos ainda a diminuição face ao seu período homólogo dos montantes das contas referentes a quotizações e dívidas incobráveis. No exercício de 2020 não foram reconhecidos gastos referentes a dívidas incobráveis de clientes/utentes, enquanto que no exercício anterior tinham-se reconhecido 51 595 EUR.

m) Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Juros e gastos similares suportados apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	19 242 €	38 411 €
Outros gastos de financiamento	113 301 €	190 096 €
Serviços bancários	113 232 €	190 096 €
Outros não especificados	69 €	0 €
Total	132 544 €	228 507 €

Quadro 95– Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados evidencia, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 132 544 EUR, verificando-se assim uma diminuição de 95 963 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 0,1% na estrutura de gastos da NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que a diminuição da rubrica se deve essencialmente à diminuição dos gastos com serviços bancários durante o ano de 2020.

n) Património líquido

Os movimentos ocorridos no Património líquido figuram no quadro seguinte:

Descrição	31/12/2019	Aumentos	Diminuições	Aplicação do R.L.E.	31/12/2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património / Capital	117 331 189 €	0 €	0 €	0 €	117 331 189 €
Reservas	16 451 375 €	0 €	0 €	0 €	16 451 375 €
Resultados transitados	10 852 433 €	8 115 619 €	(9 531 154 €)	(5 067 657 €)	4 369 241 €
Ajustamentos em ativos financeiros	388 962 €	281 865 €	0 €	0 €	670 827 €
Excedentes de revalorização	32 188 569 €	0 €	(80 930 €)	0 €	32 107 639 €
Outras variações no património líquido	59 359 970 €	12 841 209 €	(18 449 719 €)	0 €	53 751 460 €
Resultado líquido do período	(5 067 657 €)	3 492 785 €	0 €	5 067 657 €	3 492 785 €
Total de Património líquido	231 504 840 €	24 731 477 €	(28 061 802 €)	0 €	228 174 515 €

Quadro 96– Património líquido

A rubrica de património líquido evidencia, a 31 de dezembro de 2020, um montante de 228 174 515 EUR, verificando-se um decréscimo de 3 330 325 EUR face ao exercício anterior.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica de resultados transitados se deve essencialmente à aplicação do resultado líquido do exercício anterior em 5 067 657 EUR, assim como a correções contabilísticas no âmbito da especialização de projetos em 3 228 923 EUR, de participações financeiras em 920 306 EUR e outras correções ao ativo e passivo em 893 083 EUR.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o decréscimo da rubrica outras variações no património líquido se devem essencialmente a correções e reconhecimento de transferências e subsídios de capital em 5 617 476 EUR, ao reconhecimento dos subsídios ao investimento.

DORZ - DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE RECEITA

Classificação orçamentária detalhada	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recebimentos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período
						Emitidos	Restituições	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	
Receita corrente	149.176.474 €	(2.960.850 €)	10.698.737 €	147.504.369 €	6.065.782 €	139.487.708 €	545.410 €	6.562.173 €	132.380.125 €	138.942.298 €	13.195.023 €
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	34.934.500 €	(7.169.458 €)	4.504.085 €	39.560.906 €	961.034 €	34.564.364 €	84.696 €	3.454.081 €	31.125.586 €	34.579.667 €	7.524.290 €
R4 - Rendimentos de propriedade	5.061 €	(30.172 €)	34.215 €	1.019 €	0 €	1.019 €	0 €	0 €	342 €	1.019 €	34.215 €
R5 - Transferências e subsídios correntes*	99.020.937 €	5.803.537 €	689.852 €	93.803.516 €	1.275.968 €	93.254.813 €	434.777 €	546.992 €	92.273.104 €	92.820.036 €	397.565 €
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	79.295.028 €	(30.466 €)	0 €	79.560.004 €	234.510 €	79.325.494 €	78.170 €	0 €	79.247.324 €	79.247.324 €	78.170 €
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	2.535.845 €	681.334 €	9.649 €	2.110.119 €	265.257 €	1.852.394 €	0 €	7.532 €	1.844.862 €	1.852.394 €	2.117 €
R5.1.1.3 - Administração Local	350.222 €	(162.909 €)	12.125 €	510.231 €	9.225 €	519.131 €	0 €	2.900 €	510.231 €	513.131 €	0 €
R5.1.2 - Exterior - UE	14.485.724 €	3.005.901 €	190.378 €	11.567.102 €	327.656 €	11.741.369 €	316.042 €	189.881 €	11.235.446 €	11.425.326 €	4.497 €
R5.1.3 - Outras	8.404.118 €	2.309.677 €	477.701 €	6.056.060 €	439.320 €	5.822.425 €	40.565 €	346.619 €	5.435.241 €	5.781.860 €	312.581 €
R6 - Venda de bens e serviços	15.161.728 €	(1.409.832 €)	5.456.793 €	14.943.507 €	3.828.740 €	11.513.078 €	25.937 €	2.551.237 €	8.935.903 €	11.487.141 €	5.084.419 €
R7 - Outras receitas correntes	54.248 €	(134.924 €)	13.791 €	195.421 €	40 €	54.435 €	0 €	9.246 €	45.189 €	54.435 €	154.737 €
Receitas de capital	65.132.940 €	(295.298 €)	3.000 €	65.430.493 €	5.254 €	65.425.032 €	0 €	0 €	65.425.032 €	65.425.032 €	3.706 €
R1 - Receita Fiscal	903.425 €	(93.555 €)	3.000 €	993.980 €	0 €	993.773 €	0 €	0 €	993.773 €	993.773 €	3.206 €
R1.1 - Reposições não abatidas aos pagamentos	903.425 €	(93.555 €)	3.000 €	993.980 €	0 €	993.773 €	0 €	0 €	993.773 €	993.773 €	3.206 €
R9 - Transferências e subsídios de capital	32.456.935 €	(201.754 €)	0 €	32.663.943 €	5.254 €	32.658.689 €	0 €	0 €	32.658.689 €	32.658.689 €	0 €
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	210.066 €	0 €	0 €	210.066 €	0 €	210.066 €	0 €	0 €	210.066 €	210.066 €	0 €
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	30.839.712 €	(222.456 €)	0 €	31.062.168 €	0 €	31.062.168 €	0 €	0 €	31.062.168 €	31.062.168 €	0 €
R9.1.2 - Exterior - UE	1.324.268 €	20.701 €	0 €	1.308.821 €	5.254 €	1.303.567 €	0 €	0 €	1.303.567 €	1.303.567 €	0 €
R9.1.3 - Outras	82.889 €	1 €	0 €	82.888 €	0 €	82.888 €	0 €	0 €	82.888 €	82.888 €	0 €
R101 - Operações Orçamentais [1]	31.772.580 €	10 €	0 €	31.772.570 €	0 €	31.772.570 €	0 €	0 €	31,772,570 €	31,772,570 €	0 €
Total	214.309.414 €	(3.256.148 €)	10.701.737 €	212.934.861 €	6.071.036 €	204.912.740 €	545.410 €	6.562.173 €	197.805.157 €	204.367.330 €	13.198.232 €

Quadro 98 - Demonstração de execução orçamental de receita

DOR5.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Rubricas	Descrição	Receita					Previsões corrigidas
		Previsões		Alterações orçamentais			
		Iniciais	Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais	[7] = [3]+[4] - [5]+[6]	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
R1	Receita Fiscal	-	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R1.1	Impostos diretos	-	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	7 000 €	939 923 €	43 498 €	0 €	903 425 €	0 €
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	-	1 667 826 €	1 333 231 €	31 437 985 €	31 772 580 €	0 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	35 425 182 €	4 167 037 €	4 657 719 €	0 €	34 934 500 €	0 €
R4	Rendimentos de propriedade	4 860 €	33 401 €	33 200 €	0 €	5 061 €	0 €
R5	Transferências e subsídios correntes	102 591 367 €	9 958 181 €	13 528 611 €	0 €	99 020 937 €	0 €
R5.1	Transferências correntes	28 478 093 €	7 081 868 €	12 720 119 €	0 €	22 839 842 €	0 €
R5.1.1	Administrações Públicas	74 113 274 €	2 876 313 €	808 492 €	0 €	76 181 095 €	0 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	72 445 503 €	1 109 622 €	214 403 €	0 €	73 340 722 €	0 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 651 414 €	1 432 525 €	593 788 €	0 €	2 490 151 €	0 €
R5.1.1.5	Administração Local	16 357 €	334 166 €	301 €	0 €	350 222 €	0 €
R5.1.2	Exterior - U E	15 295 754 €	3 355 135 €	4 215 165 €	0 €	14 435 724 €	0 €
R5.1.3	Outras	13 182 339 €	3 726 733 €	8 504 954 €	0 €	8 404 118 €	0 €
R6	Venda de bens e serviços	13 706 559 €	8 992 137 €	7 536 968 €	0 €	15 161 728 €	0 €
R7	Outras receitas correntes	141 553 €	45 294 €	132 599 €	0 €	54 248 €	0 €
R9	Transferências e subsídios de capital	29 785 466 €	4 424 184 €	1 752 715 €	0 €	32 456 935 €	0 €
R9.1	Transferências de capital	1 088 269 €	718 206 €	399 318 €	0 €	1 407 157 €	0 €
R9.1.1	Administrações Públicas	28 697 197 €	3 705 978 €	1 353 397 €	0 €	31 049 778 €	0 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	242 847 €	0 €	34 683 €	0 €	208 164 €	0 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	28 454 350 €	3 705 978 €	1 318 714 €	0 €	30 841 614 €	0 €
R9.1.2	Exterior - U E	1 088 269 €	553 361 €	317 362 €	0 €	1 324 268 €	0 €
R9.1.3	Outras	-	164 845 €	81 956 €	0 €	82 889 €	0 €
Total		181 661 987 €	30 227 983 €	29 018 541 €	31 437 985 €	214 309 414 €	

Quadro 100- Alterações orçamentais da receita

DOR5.2 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Rubricas	Descrição	Despesa				Dotações corrigidas
		Dotações iniciais	Inscrições/reforços	Alterações orçamentais	Dotações	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]
D1	Despesas com o pessoal	123 562 601 €	41 657 239 €	37 166 383 €	6 621 314 €	134 674 771 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	99 490 722 €	30 972 704 €	28 993 473 €	3 264 479 €	104 734 432 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 596 288 €	2 508 934 €	313 177 €	373 990 €	4 166 035 €
D1.3	Segurança Social	22 475 591 €	8 175 601 €	7 859 733 €	2 982 845 €	25 774 304 €
D2	Aquisição de bens e serviços	33 576 184 €	28 342 629 €	36 470 966 €	21 000 684 €	46 448 531 €
D3	Juros e outros encargos	-	5 €	0 €	0 €	5 €
D4	Transferências e subsídios correntes	7 306 486 €	10 914 168 €	5 054 141 €	2 631 690 €	15 798 203 €
D4.1	Transferências correntes	6 573 063 €	8 278 692 €	4 402 581 €	2 530 604 €	12 979 778 €
D4.1.1	Administrações Públicas	703 423 €	2 555 476 €	621 560 €	101 086 €	2 738 425 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	95 124 €	184 500 €	0 €	0 €	279 624 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	495 933 €	2 362 414 €	509 706 €	101 086 €	2 449 727 €
D4.1.1.5	Administração Local	112 366 €	8 562 €	111 854 €	0 €	9 074 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	622 999 €	1 507 573 €	936 688 €	43 €	1 193 927 €
D4.1.3	Famílias	5 538 991 €	6 181 882 €	3 202 907 €	2 530 161 €	11 048 127 €
D4.1.4	Outras	411 073 €	589 237 €	262 986 €	400 €	737 724 €
D4.2	Subsídios correntes	30 000 €	80 000 €	30 000 €	0 €	80 000 €
D5	Outras despesas correntes	1 166 863 €	2 310 682 €	1 257 922 €	157 109 €	2 376 732 €
D6	Aquisição de bens de capital	16 049 853 €	7 921 403 €	10 493 353 €	1 027 188 €	14 505 091 €
D7	Transferência e subsídios de capital	-	43 626 €	2 140 €	0 €	41 486 €
D7.1.1	Administrações Públicas	-	43 626 €	2 140 €	0 €	41 486 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	43 626 €	2 140 €	0 €	41 486 €
D9	Despesa com ativos financeiros	-	130 000 €	0 €	0 €	130 000 €
Total		181 661 987 €	91 319 752 €	90 444 905 €	31 437 985 €	213 974 819 €

Quadro 101 – Alterações orçamentais da despesa

DOR5.4 - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0 €	19 089 €	19 089 €	0 €
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cações e garantias	0 €	125 €	20 010 €	(19 885 €)
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	736 667 €	6 104 086 €	5 458 719 €	1 382 034 €
Total		736 667 €	6 123 301 €	5 497 819 €	1 362 149 €

Quadro 102— Operações de tesouraria

DOR5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

O mapa, que dado a sua extensão se apresenta em anexo (anexo n.º 2), detalha a situação de todos os contratos com execução financeira no ano de 2020, sendo discriminados os contratos celebrados por cada uma das Entidades Constitutivas da Universidade NOVA de Lisboa.



DOR5.6 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento																														
	Concurso público			Concurso limitado por			Procedimento			Diálogo			Ajuste			Total															
	Número dos contratos	Preço contratual	[2]	Número dos contratos	Preço contratual	[4]	Número dos contratos	Preço contratual	[5]	Número dos contratos	Preço contratual	[6]	Número dos contratos	Preço contratual	[7]	Número dos contratos	Preço contratual	[8]	Número dos contratos	Preço contratual	[9]	Número dos contratos	Preço contratual	[10]	Número dos contratos	Preço contratual	[11]	Número dos contratos	Preço contratual	[12]	
Empreitada de obras públicas	1	€ 346 339	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	8	€	442 860	€	14	€	218 427	€
Aquisição de serviços	62	€ 4 168 239	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	115	€	5 262 683	€	3 494	€	10 676 241	€
Locação ou aquisição de bens móveis	37	€ 3 544 129	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	30	€	805 282	€	1 920	€	3 134 121	€
Concessão de obras públicas	0	€	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€
Concessão de serviços públicos	0	€	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€
Sociedade	0	€	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€
Outros	0	€	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€
Total	100	€ 8 058 707	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	0	€	153	€	6 510 825	€	5 428	€	14 028 789	€

Quadro 103 – Contratação administrativa – Adjudicação por tipo de procedimento

Na tabela infra discriminamos o número e valor dos contratos celebrados no ano de 2020, mediante a tipologia de procedimento pré-contratual escolhida para a formação dos mesmos. Este mapa inclui os valores agregados de todas as Entidades Constitutivas da Universidade NOVA e Lisboa. No ano em análise, foram escolhidos para a formação dos contratos os procedimentos por Concurso Público, Consulta Prévia e Ajuste Direto, sendo celebrados 5681 contratos, totalizando 28,6 milhões EUR de adjudicações.

DOR5.7 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - DESPESA

Tipo de despesa	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]-[6]	[8]
Transferências correntes					
040102	55 001 €	55 001 €	55 001 €	0 €	0 €
0403034403	279 617 €	279 617 €	279 617 €	0 €	0 €
0403045842	0 €	0 €	0 €	0 €	7 163 €
04030501PS	145 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030501TC	60 395 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030502PS	7 088 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030502TC	42 013 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030503PS	19 704 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030503TC	55 221 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030504PS	25 345 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030504TC	550 798 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030505RC	10 088 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030505TC	44 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030507PS	585 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030508TC	924 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030509TC	2 560 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030510PS	315 340 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030510RC	87 579 €	0 €	0 €	0 €	0 €
04030511PS	8 020 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0403055019	78 597 €	78 597 €	78 597 €	0 €	0 €
0403055298	40 947 €	40 946 €	40 946 €	0 €	0 €
0403055305	4 059 €	4 059 €	4 059 €	0 €	0 €
0403055309	1 524 €	1 524 €	1 524 €	0 €	0 €
0403055312	295 440 €	295 440 €	295 440 €	0 €	0 €
0403055320	198 €	198 €	198 €	0 €	0 €
0403055322	4 960 €	4 960 €	4 960 €	0 €	0 €
0403055326	414 368 €	414 368 €	414 368 €	0 €	0 €
0403055353	24 445 €	24 445 €	24 445 €	0 €	0 €
0403055355	74 306 €	74 306 €	74 306 €	0 €	0 €
0403055359	22 926 €	22 926 €	22 926 €	0 €	0 €
0403055389	3 627 €	3 627 €	3 627 €	0 €	0 €
0403055393	57 329 €	57 329 €	57 329 €	0 €	0 €
0403055406	27 871 €	27 871 €	27 871 €	0 €	0 €
0403055807	156 449 €	156 449 €	156 449 €	0 €	37 554 €
0403055840	44 099 €	44 099 €	44 099 €	0 €	0 €
0403055841	839 615 €	839 614 €	839 614 €	0 €	0 €
0403055842	7 163 €	7 163 €	7 163 €	0 €	0 €
0403055960	10 962 €	10 962 €	10 962 €	0 €	0 €
0403085858	22 993 €	22 993 €	22 993 €	0 €	0 €
0403085968	106 334 €	106 334 €	106 334 €	0 €	0 €
0403095858	15 329 €	15 329 €	15 329 €	0 €	22 993 €
0403095968	37 341 €	37 341 €	37 341 €	0 €	30 193 €
040501B001	9 074 €	0 €	0 €	0 €	0 €
040701	1 146 981 €	1 146 980 €	1 051 651 €	0 €	58 741 €
040802B000	2 500 €	(0 €)	(0 €)	0 €	2 489 €
040802B0A0	6 319 013 €	6 287 278 €	6 281 362 €	0 €	305 150 €
040802B0B0	33 790 €	30 827 €	30 827 €	0 €	2 489 €
040802B0C0	11 532 €	11 522 €	11 522 €	0 €	0 €
040802B0D0	427 935 €	328 028 €	328 028 €	0 €	16 539 €
040802B0E00	41 493 €	39 750 €	39 750 €	0 €	534 €
040901	462 697 €	457 818 €	457 718 €	0 €	0 €
040902	60 357 €	60 356 €	60 356 €	0 €	0 €
040903	138 882 €	135 323 €	135 323 €	0 €	6 025 €
Total transferências corrent	12 465 604 €	11 123 382 €	11 022 037 €	0 €	489 871 €
Transferências de capital					
0803075326	39 346 €	39 346 €	39 346 €	0 €	0 €
0803075356	0 €	0 €	0 €	0 €	2 138 €
Total transferências de capi	39 346 €	39 346 €	39 346 €	0 €	2 138 €
Subsídios					
050701A000	45 000 €	45 000 €	45 000 €	0 €	0 €
050701B000	35 000 €	35 000 €	35 000 €	0 €	0 €
Total subsídios	80 000 €	80 000 €	80 000 €	0 €	0 €

Quadro 104- Transferências e subsídios - Despesa

DOR5.8 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - RECEITA

Tipo de receita	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
	[4]	[5]	[6]=[4]-[5]	[7]
Transferências correntes				
060102	506 477,00	1 960 178,71	-1 453 701,71	23 220,00
060201	96 000,00	272 885,48	-176 885,48	0,00
060202	0,00	3 345,00	-3 345,00	0,00
0603011974	0,00	78 169,95	-78 169,95	78 169,95
0603012194	40 097,99	40 097,99	0,00	0,00
0603014388	5 349,31	5 349,31	0,00	0,00
0603014394	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00
0603014440	71 622 127,00	73 043 697,00	-1 421 570,00	0,00
0603054253	2 797,23	2 797,23	0,00	0,00
0603062641	110 457,47	110 457,47	0,00	0,00
06030701PS	1 058,00	0,00	1 058,00	0,00
06030701RC	63 145,00	0,00	63 145,00	0,00
06030702PS	8 296,00	0,00	8 296,00	0,00
06030702RC	360 512,00	0,00	360 512,00	0,00
06030702TC	62 895,94	0,00	62 895,94	0,00
06030703PS	71 447,00	0,00	71 447,00	0,00
06030703RC	24 703,00	0,00	24 703,00	0,00
06030704RC	51 731,00	0,00	51 731,00	0,00
06030704TC	70 622,14	0,00	70 622,14	0,00
06030705PS	14 848,00	0,00	14 848,00	0,00
06030705RC	66 517,00	0,00	66 517,00	0,00
06030706RC	10 565,00	0,00	10 565,00	0,00
06030707PS	8 174,00	0,00	8 174,00	0,00
06030707RC	244 920,00	0,00	244 920,00	0,00
06030708PS	145,00	0,00	145,00	0,00
06030708RC	12 744,00	0,00	12 744,00	0,00
06030709RC	6 911,00	0,00	6 911,00	0,00
06030709TC	3 122,00	0,00	3 122,00	0,00
06030710PS	7 150,00	0,00	7 150,00	0,00
06030710TC	49 768,00	0,00	49 768,00	0,00
06030711PS	315 340,00	0,00	315 340,00	0,00
06030711RC	74 835,00	0,00	74 835,00	0,00
06030711TC	10 629,00	0,00	10 629,00	0,00
0603075242	12 792,00	12 792,00	0,00	0,00
0603075277	14 700,00	14 700,00	0,00	0,00
0603075298	1 091 095,12	1 160 908,26	-69 813,14	0,00
0603075309	38 730,00	19 365,00	19 365,00	0,00
0603075314	0,00	38 327,81	-38 327,81	0,00
0603075322	5 876,85	5 876,85	0,00	0,00
0603075326	4 858,77	4 858,77	0,00	0,00
0603075416	36 843,00	36 842,36	0,64	0,00
0603075807	15 044,00	15 043,30	0,70	0,00
0603075840	33 806,87	50 680,84	-16 873,97	0,00
0603075844	0,00	534,24	-534,24	0,00
0603075848	21 236,42	21 236,42	0,00	0,00
0603075875	0,00	0,00	0,00	0,00
0603075893	16 899,40	16 899,40	0,00	0,00
0603075979	95 251,00	95 250,39	0,61	0,00
0603105367	4 049,00	4 048,67	0,33	0,00
0603105736	5 348,52	5 348,08	0,44	0,00
0603105807	58 524,00	58 523,90	0,10	0,00
0603115326	7 418,00	7 417,18	0,82	0,00
0603115367	3 599,00	3 598,82	0,18	0,00
0603115619	2 480,18	2 480,18	0,00	0,00
0603115746	1 000,00	82 735,34	-81 735,34	0,00
060501B003	0,00	30 000,00	-30 000,00	0,00
060501B004	0,00	0,00	0,00	0,00
060501B006	5 800,00	5 800,00	0,00	0,00
060501B014	141 106,95	141 106,95	0,00	0,00
060501B017	21 600,00	21 600,00	0,00	0,00
060501B018	0,00	311 724,00	-311 724,00	0,00
060501B019	2 900,00	2 900,00	0,00	0,00
060701	1 047 739,45	3 320 640,90	-2 272 901,45	17 250,00
060801	3 000,00	32 642,28	-29 642,28	0,00
060901	7 091 639,43	10 513 244,80	-3 421 605,37	316 042,36
060904	243 859,00	1 058 763,55	-814 904,55	0,00
060905	0,00	192 167,46	-192 167,46	94,80
Total transferências correntes	83 965 581,04	92 820 035,89	-8 854 454,85	434 777,11
Transferências de capital				
1003014440	193 698,00	208 164,00	-14 466,00	0,00
1003085298	29 404 082,48	29 700 821,01	-296 738,53	0,00
1003085765	5 265,20	5 265,20	0,00	0,00
1003085807	12 614,00	12 613,20	0,80	0,00
1003085979	1 902,00	1 901,84	0,16	0,00
1003095298	1 213 058,31	1 213 057,56	0,75	0,00
1003095393	973,24	973,24	0,00	0,00
1003095724	4 513,00	4 512,69	0,31	0,00
1003095841	24 071,43	24 071,43	0,00	0,00
1003105298	100 853,94	100 853,94	0,00	0,00
100701	82 889,00	82 888,15	0,85	0,00
100901	1 303 567,64	1 303 566,70	0,94	0,00
Total transferências de capital	32 347 488,24	32 658 688,96	-311 200,72	0,00

Quadro 105 – Transferências e subsídios - Receita

DOR5.9.2 - DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

Classificação Económica associada a cada uma das rubricas do O.T.A.S.	Descrição	Dívida vencida		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) [C]				Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo	Médio/longo prazo	< 90	[90 - 180]	[180 - 365]	> 365 dias		Curto prazo	Médio/longo prazo	SOMA
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]	[E]=[2]+[3]+[4]+[d]	[F]=[A]+[C]	[G]=[B]	[H]=[E]+[G]
	Despesas Correntes	4 553 829 €	0 €	436 700 €	19 788 €	1 601 €	4 577 €	25 967 €	5 016 496 €	0 €	5 016 496 €
	Despesas com Pessoal	2 465 819 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 465 819 €	0 €	2 465 819 €
0101	Remunerações Certas e Permanentes	2 351 433 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 351 433 €	0 €	2 351 433 €
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais	114 385 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	114 385 €	0 €	114 385 €
0103	Segurança Social das quais:	1 610 614 €	0 €	3 639 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 614 253 €	0 €	1 614 253 €
010301; 010302	Encargos com a saúde										
010301; 010302	ADSE e outros da AP										
010302	Outros sectores fora da AP										
010305	Contribuições de segurança social	1 610 614 €	0 €	3 639 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 614 253 €	0 €	1 614 253 €
010305 A0 A0	CGA	680 578 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	680 578 €	0 €	680 578 €
010305 A0 B0	Segurança Social - Regime Geral	926 900 €	0 €	3 639 €	0 €	0 €	0 €	0 €	930 539 €	0 €	930 539 €
010305 A0 C0	Outras	3 136 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3 136 €	0 €	3 136 €
010304; 010306 a 010310	Outras	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
02	Aquisições de Bens e Serviços	455 757 €	0 €	412 447 €	19 788 €	673 €	4 577 €	25 039 €	893 243 €	0 €	893 243 €
03	Juros e outros encargos	0 €	0 €	0 €	0 €	11 €	0 €	11 €	11 €	0 €	11 €
04	Transferências Correntes	2 183 €	0 €	639 €	0 €	917 €	0 €	917 €	3 739 €	0 €	3 739 €
0403 a 0406	Administrações Públicas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0401; 0402; 0407 a 0409	Outras Transferências correntes	2 183 €	0 €	639 €	0 €	917 €	0 €	917 €	3 739 €	0 €	3 739 €
05	Subsídios	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
06	Outras Despesas Correntes	19 457 €	0 €	19 974 €	0 €	0 €	0 €	0 €	39 431 €	0 €	39 431 €
	Despesas de Capital	111 210 €	0 €	214 342 €	0 €	0 €	0 €	0 €	325 552 €	0 €	325 552 €
07	Aquisições de Bens de Capital	111 210 €	0 €	214 342 €	0 €	0 €	0 €	0 €	325 552 €	0 €	325 552 €
08	Transferências de Capital										
0803 a 0806	Administrações Públicas										
0801; 0802; 0807 a 0809	Outras Transferências de Capital										
09	Aquisição de ativos financeiros										
10	Reembolsos de passivos financeiros										
11	Outras Despesas de Capital										
	Soma	4 665 040 €	0 €	651 041 €	19 788 €	1 601 €	4 577 €	25 967 €	5 342 048 €	0 €	5 342 048 €

Quadro 106 – Dívidas por antiguidade de saldos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Salgueiro & Associados, SRDC, Lda.
SRDC nº 314
Registada na CNVM com o nº 22181601

RS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Universidade Nova de Lisboa (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, (que evidencia um total de 401.565.165 euros e um total de fundos próprios de 228.174.515 euros, incluindo um resultado líquido de 3.492.785 euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na seção "Base para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Universidade Nova de Lisboa em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a Entidade apresenta um total de Ativos Físis Tangíveis que ascende a um valor líquido 219.162.185 euros, dos quais 141.219.302 euros são referentes à rubrica de Edifícios e Outras Construções. Com a transição para o novo referencial contabilístico, SNC-AP, em 2019, a Entidade deveria ter procedido à atualização do valor dos seus Edifícios e Outras Construções para o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tal como previsto na MCP 5, o que até à data do presente relatório não se verificou, aplicando-se esta realidade à totalidade das Entidades Constituintes que compõem a Universidade Nova de Lisboa, à exceção da Nova SBE cujos imóveis que compõem a referida rubrica não foram adquiridos através de transações sem contraprestação e, por isso, a valorização ao VPT não é aplicável. Apesar de se encontrar em curso um procedimento interno de identificação e regularização desses valores, não foi possível obter evidência de auditoria, suficiente e apropriada, que nos permita concluir quanto ao impacto que a situação acima descrita poderá ter quer no Ativo quer no Património Líquido da Fundação da Universidade Nova de Lisboa a 31 de dezembro de 2020.

Rua Cidade de Córdoba, 2A
2610-038 Alfragide

1 de 5

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 não integram a informação sobre a contabilidade analítica prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revizores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revizores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESERVA

Conforme referido no ponto 1 do relatório de gestão e na nota 17 do anexo às demonstrações financeiras, a pandemia da doença Covid-19 originou na economia um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Apesar dos eventuais impactos que esta situação possa provocar, a Entidade considera que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da sua atividade, estando igualmente assegurados os compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de

demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR NELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conturo, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e,

com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades:

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental de receita (que evidencie um total de receita cobrada líquida de 204.367.330 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencie um total de despesa paga líquida de reposições de 167.521.199 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relativo previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema

Salgueiro & Associados, SAOC, Lda.
SAOC nº 310
Registada na CIMA com o nº 10161601

de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 16 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alfragide, 14 de Junho de 2021



Salgueiro & Associados, SAOC, Lda. (SAOC nº 310),
Representada por,
Hugo Alexandre Martins Salgueiro (ROC nº 3499)

Rua Cidade de Coimbra, 2A
2610-038 Alfragide

Página 5

RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO

Salgueiro & Associados, SRDC, Lda.
SROC nº 310
Registada no CRRM com o nº 2016168d

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos Senhores,

Em cumprimento das nossas funções legais, apresentamos o nosso relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim que como o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Gestão da Fundação Universidade Nova de Lisboa, relativamente ao exercício económico de 2020, os quais incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o correspondente anexo.

No desempenho das funções de Fiscal Único, acompanhamos a atividade desenvolvida pela Fundação da Universidade Nova de Lisboa no referido período, através da leitura das atas do Conselho de Gestão e de contactos com a Fundação. Vigiamos a observância da lei e dos estatutos, efetuamos as verificações julgadas necessárias nestas circunstâncias e comprovamos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento de contas, procedemos à apreciação das mesmas, bem como do Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Gestão, que traduz de modo adequado a situação, atividade e evolução da Fundação.

Decorrente do exame efetuado, emitimos uma Certificação Legal das Contas com reservas, que deve ser considerada como fazendo parte deste relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em conta os aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é do parecer que as Contas apresentadas merecem aprovação.

Alfragide, 14 de junho de 2021.

O Fiscal Único,



Salgueiro & Associados, SRDC, Lda. (SROC nº 310),
Representada por Hugo Alexandre Mateus Salgueiro (ROC n.º 1499)

Rua Cidade de Córdoba, 2A
2610-038 Alfragide

LISTA DE SIGLAS

1A1V – Primeiro Ano Primeira Vez

A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

ABET – *Accreditation Board for Engineering and Technology*

ACEF – Avaliação dos Ciclos de Estudos em Funcionamento

AHA – *Active and Healthy Ageing*

AE – Associação de Estudantes

ADSE – Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções

AEFCT – Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia

AEFCSH – Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

AEFD – Associação de Estudantes da Faculdade de Direito

AEFCM – Associação de Estudantes da NOVA Medical School | Faculdade de Ciências Médicas

ADISEGI – Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

AIESEC – *Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales*

ANI – Agência Nacional de Inovação

ANPROALV – Agência Nacional do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

AT – Autoridade Tributária

CADI – Centro(s) de Desenvolvimento Académico e Inovação

CAE – Comissão de Avaliação Externa da A3ES

CAI – Comissão de Apoio à Internacionalização da NOVA

CBHE – *Capacity Building in the field of Higher Education/Reforço de Capacidades no domínio do Ensino Superior*

CCV – Conselho de Criação de Valor

CEDOC – Centro de Estudos de Doenças Crónicas

CEU – Campeonatos Europeus Universitários

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNAES – Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

CNU – Campeonato Nacional Universitário

CoLAB – Laboratórios Colaborativos

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRIS – *Current Research Information System*

CUL – Campeonatos Universitários de Lisboa
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGES – Direção-Geral do Ensino Superior
DGO – Direção-Geral do Orçamento
DGS – Direção-Geral da Saúde
DR – Diário da República
DRH – Divisão de Recursos Humanos
DRI – Divisão de Relações Internacionais
EC – Entidade(s) Constitutiva(s)
ECTS – *European Credit Transfer and Accumulation System*
EEC – Estímulo ao Emprego Científico
EIA – *European Innovation Academy*
ELA – Esclerose Lateral Amiotrófica
EMJMD – *Erasmus Mundus Joint Master Degree/Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus*
ERC – *European Research Council*
ERP – *Enterprise Resource Planning*
ES – Ensino Superior
ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
ETI – Equivalente a Tempo Integral
EVP – *European Visiting Program*
FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional
FC&T – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FFCT – Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia
FT – *Financial Times*
GACV – Gabinete de Apoio à Criação de Valor da Reitoria da NOVA
GPPQ – Gabinete de Promoção do Programa Quadro de IC&DT
GRHU – Grupo de Resolução *de High Users*
H2020 – Horizonte 2020
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IC&DT – Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
IAS – Indexante de Apoios Sociais
IAT – Instituto de Artes e Tecnologia

ICM – *International Credit Mobility*

ICP – Programa Internacional de Capacitação

IEESP – Inquérito ao Emprego no Ensino Superior Público

IES – Instituições de Ensino Superior

IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência

INCM – Imprensa Nacional da Casa da Moeda

INDEZ – Inquérito às remunerações e ao número de efetivos das instituições de ensino superior público, com referência a dezembro

INE – Instituto Nacional de Estatística

INET-md – Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança

IoT – *Internet of Things*

ISW – *International Staff Week*

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

KAHE – Knowledge Alliances for Higher Education/Alianças de Conhecimento

LOE – Lei do Orçamento de Estado

LVCR – Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação e Ciência

MI – Mestrado Integrado

MoU – Memorandum of Understanding/Memorando de Entendimento

MTA – *Material Transfer Agreement*

NCE – Novos Ciclos de Estudos

NCP – Normas de Contabilidade Pública

NDA – *Non-Disclosure Agreement*

NDS – *NOVA Doctoral School*

NPMI – Instituto de Medicina de Precisão da NOVA

NOVA – Universidade Nova de Lisboa

Nova SU – Associação de Estudantes da Nova *School of Business and Economics*

NOVA ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

NOVA FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

NOVA FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

NOVA FD – *NOVA School of Law*/Faculdade de Direito

NMS|FCM – *NOVA Medical School*|Faculdade de Ciências Médicas

NOVA IHMT – Instituto de Higiene e Medicina Tropical

NOVA IMS SU – Associação de Estudantes da NOVA *Information Management School*
NOVA ITQB – Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier
Nova SBE – Nova School of Business and Economics
OBIPNOVA – Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE – Orçamento do Estado
OMS – Organização Mundial de Saúde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PERA – Pedido Especial de Renovação da Acreditação
PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIN – Programa de Interobservação da NOVA
PLOP – Países de Língua Oficial Portuguesa
POC-Ed – Plano Oficial de Contas para o setor da Educação
PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública
R – Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa
RAIDES – Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior
RAS – Residência Alfredo de Sousa
RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RCP – Remunerações Certas e Permanentes
RFS – Residência Fraústo da Silva
RG – Receitas Gerais
RJEP – Regime Jurídico de Emprego Público
RJIES – Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior
RL – Residência do Lumiar
RLE – Resultado Líquido do Exercício
RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida
RP – Receitas Próprias
RUN – Repositório Institucional da Universidade NOVA de Lisboa
SASNOVA – Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa
SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SIIGNOVA – Sistema Integrado de Informação de Gestão da NOVA
SIMAQ – Sistema Interno de Monitorização e Avaliação da Qualidade
SMS – Student Mobility for Studies/Mobilidades de estudantes para estudos
SMT – Student Mobility for Traineeships/Mobilidades de estudantes para estágios



SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SNU – Seleções Nacionais Universitárias

SP – Strategic Partnerships/Parcerias Estratégicas

SPEAR – *Supporting and Implementing Plans for Gender Equality in Academia and Research*

SPU – Semestre Pré-Universitário.

STA – Staff Teaching Assignment/Mobilidade de pessoal para missões de ensino

STT – Staff Mobility for Training/ Mobilidade de pessoal para fins de formação

THE – Times Higher Education

TNU – Torneios Nacionais Universitários

UE – União Europeia

UC – Unidade(s) Curricular(es)

UI – Unidades de Investigação

UI&D – Unidades de Investigação e Desenvolvimento

UIIN – *University Industry Innovation Network*

UNICA – Rede das Universidades das Capitais Europeias

UNICON – *Executive Education University Consortium*

UO – Unidade(s) Orgânica(s)

WP5 – *Workpackage 5*

YERUN – *Young European Research Universities Network*